



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS - FACALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS**



MARTA ROQUE BRANCO

**ALICE VAZ DE MELO E O MEMORIALISMO EM IVINHEMA: *UMAS E OUTRAS*
SOBRE A CIDADE MENINA**

Dourados – MS

2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS - FACALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS



MARTA ROQUE BRANCO

**ALICE VAZ DE MELO E O MEMORIALISMO EM IVINHEMA: *UMAS E OUTRAS*
SOBRE A CIDADE MENINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Letras – Literatura e Práticas Culturais.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Bungart Neto.

Dourados – MS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

B816a	<p>Branco, Marta Roque.</p> <p>Alice Vaz de Melo e o memorialismo em Ivinhema : <i>Um e Outras</i> sobre a cidade menina / Marta Roque Branco – Dourados, MS : UFGD, 2014. 139 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Paulo Bungart Neto. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Alice Vaz de Melo (obra literária). 2. Memórias – Ivinhema-MS. 2. I. Bungart Neto, Paulo. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 809</p>
-------	---

Responsável: Vagner Almeida dos Santos. Bibliotecário - CRB.1/2620

BANCA EXAMINADORA

MARTA ROQUE BRANCO

**ALICE VAZ DE MELO E O MEMORIALISMO EM IVINHEMA: *UMAS E OUTRAS*
SOBRE A CIDADE MENINA**

Paulo Bungart Neto – FACALES/UFGRD
(Presidente/Orientador)

Losandro Antonio Tedeschi – FCH/UFGRD
(Membro Titular)

Gicelma Fonseca Chacarosqui Torchi – FACALES/UFGRD
(Membro Titular)

Rogério Silva Pereira – FACALES/UFGRD
(Membro Suplente)

Dedico este trabalho aos meus pais que me ensinaram a lutar por meus ideais com dedicação e coragem. Minhas referências!

AGRADECIMENTOS

“(…) E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar (...)”.

(“Caminhos do coração” – Gonzaguinha)

Escrever uma dissertação de Mestrado é uma experiência enriquecedora que nos modifica a cada etapa trilhada ao longo de dois anos de leituras, discussões, pesquisas, orientações, tudo na tentativa de buscar respostas às nossas aflições de pesquisador. Mas essa tarefa contínua e enigmática que é percorrer os caminhos intermináveis da construção do conhecimento só se torna realizável graças a muitas pessoas que participam, direta ou indiretamente dessa trajetória, até mesmo sem saber realmente o que buscamos e para que nos envolvemos em tamanho desafio. E são a essas pessoas que contribuíram de forma decisiva para a concretização desse sonho que gostaria de agradecer:

Aos meus pais, Orides e Nilza, meus grandes exemplos de vida. A vocês, minha eterna gratidão. Obrigada pelo amor incondicional!

Aos meus irmãos queridos Marli e Maicon, presença sempre constante em minha vida, especialmente pelas descontrações em meio às pilhas de livros. Com vocês exercito a fraternidade. Obrigada pela força!

Aos meus familiares, tios e primos, agradeço por todo o apoio. De modo especial a meus avós, Olinda, pelas orações, e Francisco, pela preocupação constante em me alertar sobre os perigos da rodovia e por lembrar-me de colocar na bolsa “uma blusa e a capa de chuva”. Obrigada por tornarem minha vida mais divertida!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Bungart Neto, pela disponibilidade na orientação deste trabalho, pela preciosa ajuda na definição do *corpus* em estudo, pela infatigável orientação científica, revisão crítica do texto, pelos esclarecimentos, opiniões e sugestões, pela indicação de bibliografias indispensáveis para a temática em análise, acessibilidade, cordialidade e simpatia demonstradas, partilha de seus conhecimentos, confiança que sempre me concedeu e pelo permanente estímulo que, por vezes, se tornaram decisivos em

determinados momentos da elaboração desta dissertação. Você foi e é referência profissional para meu crescimento.

Às minhas queridas e inesquecíveis colegas e amigas de curso, pelos momentos divididos juntos, por fazer de nossas aulas um exercício de troca constante. Sentirei saudades imensas. Foi bom poder contar com vocês!

À banca de qualificação: professores doutores Losandro Antonio Tedeschi, Alexandra Santos Pinheiro e Rogério Silva Pereira pelas importantes contribuições.

Ao corpo docente do PPG – Letras da UFGD, na área de Literatura e Práticas culturais, aos quais cito com orgulho e eterna gratidão: Leoné, Paulo Nolasco, Rogério, Alexandra, Célia e Paulo Bungart, pela competência e disposição em compartilhar experiências.

À secretária do PPG – Letras, Suzana Marques, pela disponibilidade, simpatia e gentileza. Obrigada pela ajuda!

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa de Ensino Superior, pela concessão de bolsa que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, e de modo especial, agradeço a Deus pelo amparo nos momentos difíceis, pela força concedida na concretização desse sonho, e, principalmente, por colocar todas essas pessoas maravilhosas no meu caminho.

Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei. Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse, não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria tempo futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente. Como então podem existir esses dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e o futuro ainda não chegou? Quanto ao presente, se continuasse sempre presente e não passasse ao pretérito, não seria tempo, mas eternidade. Portanto, se o presente, para ser tempo, deve tornar-se passado, como podemos afirmar que existe, se sua razão de ser é aquela pela qual deixará de existir? Por isso, o que permite afirmar que o tempo existe é sua tendência para não existir.

(Santo Agostinho, 2006, p. 268)

BRANCO, Marta Roque. **Alice Vaz de Melo e o Memorialismo em Ivinhema: *umas e outras sobre a cidade menina***. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Práticas Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD), Dourados-MS, 2014.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em Literatura e Práticas Culturais tem como *corpus* de análise 11 crônicas de Alice Vaz de Melo, publicadas na sessão “Um e Outras” do jornal *O Grito*, entre os anos de 1970 e 1971, e dois textos com características de diário, datados de abril e agosto de 1962. As crônicas relatam, por intermédio da memória, os acontecimentos que envolvem a formação e o desenvolvimento da cidade de Ivinhema, uma pequena cidade do interior de Mato Grosso do Sul, em seus primeiros anos de emancipação. Já os dois textos íntimos estão voltados para questões relacionadas à memória. Para alcançar os objetivos propostos: o de perceber as manifestações fenomenológicas da memória e verificar a presença de aspectos históricos e culturais nesses escritos, os textos serão analisados pelo viés dos estudos memorialísticos, com o auxílio de autores como Maurice Halbwachs, Santo Agostinho, Paul Ricoeur, Jacques Le Goff, Karl Erik Schollhammer, Tânia Regina de Souza, dentre outros, utilizados com o propósito de demonstrar que, ao longo do tempo e em ramos distintos do conhecimento humano, a questão da memória e suas manifestações recebem diferentes abordagens. Está também presente na discussão o espaço que a literatura confessional, até pouco tempo vista como um “gênero menor”, ocupa hoje em dia nos estudos literários, fato que se deve, em muito, aos estudos de Philippe Lejeune, que se dedica ao reconhecimento do gênero memorialístico enquanto representante da “boa” literatura. Para o desenvolvimento deste estudo, foram implementadas estratégias de investigação tais como: levantamento de material bibliográfico com o propósito de investigar as produções de Alice Vaz de Melo que se enquadram no gênero memorialístico; e pesquisas sobre as influências e contribuições da autora para a cidade em que residia.

PALAVRAS-CHAVE: Alice Vaz de Melo; memorialismo sul-mato-grossense; jornal *O grito*; Ivinhema.

ABSTRACT

This Master degree dissertation in Literature and Cultural Practices has the corpus of analysis composed by eleven (11) chronicles written by Alice Vaz de Melo and published in the session “Umas e outras” [“Ones and others”] of the newspaper “O grito” [“The scream”], between 1970 and 1971, and two texts with characteristics of a diary, dated April and August 1962. The chronicles report, through memories, the events involved in the formation and development of the city called Ivinhema, a small town in Mato Grosso do Sul, in their early years of emancipation. The two intimate texts are also related to memory. To achieve the proposed objectives: understand the phenomenological manifestations of memory and verify the presence of historical and cultural aspects within these writings, the texts will be analyzed by the memoirs studies bias, with the help of authors such as Maurice Halbwachs, St. Augustine, Paul Ricoeur, Jacques Le Goff, Karl Erik Schollhammer, Tania Regina de Souza, among others, used for the purpose of showing that, over time and in different branches of human knowledge, the issue of memory and its manifestations are given different approaches. It is also present in the discussion the position that confessional literature, until recently seen as a "minor genre", occupies today in literary studies, a fact that should, by far, the studies of Philippe Lejeune, dedicated to the recognition the memoir genre as a representative of "good" literature. To develop this study were implemented research strategies such as: survey of publications for the purpose of investigating the productions of Alice Vaz de Melo who fit in the memoir genre, and research on the influences and contributions of the author to the city where she resided.

KEYWORDS: Alice Vaz de Melo; memorialism in Mato Grosso do Sul; newspaper O Grito; Ivinhema.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – UM PERCURSO HISTÓRICO PELAS TEORIAS DA MEMÓRIA: A COMPLEXIDADE DOS ESTUDOS MEMORIALÍSTICOS	16
1.1. Na mitologia grega	18
1.2. A filosofia de Platão e Aristóteles	20
1.3. O pensamento filosófico teológico de Santo Agostinho.....	25
1.4. Maurice Halbwachs e a memória coletiva.....	31
1.5. Paul Ricoeur e a tríplice atribuição da memória.....	38
1.6. O panorama histórico de Jacques Le Goff.....	39
1.7. A memória e o esquecimento	45
CAPÍTULO 2 – LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL EM ALICE VAZ DE MELO.....	48
2.1. Sem centro nem periferia: novos olhares para as manifestações literárias.....	49
2.1.1. A presença/ausência da mulher na história e na escrita.....	57
2.1.2. Sobre a autora	63
2.1.3. Primeiros passos de Ivinhema.....	65
2.2. A literatura de Alice Vaz de Melo: a possibilidade de reconstruir uma época.....	67
CAPÍTULO 3 – A LITERATURA DE ALICE VAZ DE MELO: O OLHAR INDIVIDUAL DE UMA MEMÓRIA COLETIVA	73
3.1. Memórias do Vale do Ivinhema nas crônicas de Alice Vaz de Melo.....	74
3.1.1. Crônica do dia 11 de novembro de 1970: sétimo aniversário de emancipação política da cidade de Ivinhema.....	78
3.1.2. Crônica do dia 25 de agosto de 1970: origens diversificadas dos colonizadores	80
3.1.3. Crônica do dia 14 de agosto de 1970: preocupação com o patrimônio histórico.....	83
3.1.4. Crônica do dia 30 de outubro de 1970: apelo à indiferença diante dos atos de vandalismo	85
3.1.5. Crônica do dia 05 de setembro de 1970: cuidados com os espaços destinados ao lazer	87

3.1.6. Crônica do dia 7 de julho de 1970: denúncia aos descasos com a juventude.....	88
3.1.7. Crônica do dia 15 de setembro de 1970: a Santa Casa invisível	90
3.1.8. Crônica do dia 30 de setembro de 1970: marcas da narrativa tradicional	92
3.1.9. Crônica do dia 19 de março de 1971: uma lição de moral.....	97
3.2. Gênero memorialístico: a escrita de si.....	99
3.2.1. Lejeune e o “Pacto autobiográfico”	101
3.2.1.1. O diário.....	103
3.2.2. Registros do cotidiano: uma memória viva	106

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ALICE VAZ DE MELO: A VOZ FEMININA DA LITERATURA MEMORIALÍSTICA DO VALE DE IVINHEMA	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO 1.....	121
ANEXO 2.....	136

INTRODUÇÃO

Apesar de vasta, a produção memorialística do Mato Grosso do Sul permanece, de modo geral, desconhecida do público leitor e até mesmo da comunidade acadêmica. Em todas as regiões do estado podemos encontrar interessantes autores e obras do gênero, característica que o projeto “A memorialística no Mato Grosso do Sul como gênero representativo da identidade cultural fronteiriça”, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Bungart Neto, pretende demonstrar, contribuindo para tirar do anonimato as mais diversas obras do gênero confessional.

Assim, no sudeste do estado, temos, por exemplo, as *Memórias de Jardim e Senhorinha Barbosa Lopes*, de Samuel Xavier Medeiros; da região sul, obras como *Só as doces... uns ‘causos’ por aí*, de Elpídio Reis (Ponta Porã); e *Chão do Apa: Contos e memórias da fronteira*, de Brígido Ibanhes (nascido em Bella Vista, Paraguai, e radicado em Dourados); de Ribas do Rio Pardo, a obra *Onde cantam as seriemas*, de Otávio Gonçalves Gomes; da região do Pantanal, *O pescador de sonhos*, do ex-governador de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Pedro Pedrossian (nascido em Miranda), bem como diversas obras do corumbaense Renato Báez (por exemplo: *Corumbá: Memórias & notícias* e *Corumbá: Lembranças e tradições*); da capital Campo Grande, os registros de Maria da Glória Sá Rosa, cearense de nascimento e campograndense por adoção (*Deus quer o homem sonha a cidade nasce: Campo Grande – Cem anos de história*; e *Crônicas de fim de século*, dentre outras); e as memórias dos irmãos Barros, nascidos em Cuiabá, criados em Corumbá e há muitos anos habitantes da capital sul-mato-grossense (Manoel de Barros e suas *Memórias inventadas*, escritas em verso; e Abílio Leite de Barros, *Histórias de muito antes*, coletânea de contos e memórias). Nota-se, portanto, somente dentre os autores citados acima (há vários outros, não mencionados) que a produção memorialística no Mato Grosso do Sul é vasta e diversificada, nada ficando a dever aos outros estados ou regiões do Brasil.

Do Vale do Ivinhema, compondo o conjunto de obras confessionais dos escritores sul-mato-grossenses, podemos citar os escritos de Alice Vaz de Melo, dos quais este estudo visa destacar dois textos com traços característicos de diário, datados de 1964 e algumas das crônicas publicadas na sessão “Umas e Outras”, do jornal *O Grito*, entre os anos de 1970 e 1971, principalmente as que discutem aspectos culturais e históricos do desenvolvimento de Ivinhema. Tais textos se fazem pertinentes à medida que revelam a complexidade de obras literárias ricas em aspectos histórico-identitários sobre a formação e desenvolvimento de uma

pequena cidade do interior de Mato Grosso de Sul, fato que se deve ao envolvimento social, histórico e cultural da autora com seu tempo e seu lugar, preocupações estas que a fizeram destacar-se e ser ouvida dentro de um espaço ainda desconhecido e com poucos recursos, especialmente por ser mulher em um tempo e local em que as mulheres ocupavam espaços limitados. Diante da temática retratada pela autora, percebe-se que, além de romper as regras do silêncio imposto ao sujeito feminino, as produções de Alice merecem destaque por se tratar de uma dupla transgressão: a autora vem a público para falar de questões públicas. Seus textos, especialmente as crônicas, apresentam uma mulher que não se baseia em cenas domésticas, em problemas íntimos, ela vai muito além, suas práticas discursivas pertencem a esferas políticas e culturais, espaços destinados até então apenas ao gênero masculino.

Com o intuito de apontar a relevância das produções de Alice Vaz de Melo para a formação histórica e cultural de Ivinhema, tirar essas obras do anonimato e inseri-las no conjunto de produções que contribuem significativamente com a memória da região, motivos que nos levaram à escolha do *corpus* em questão, as páginas que seguem encontram-se divididas em três capítulos: o capítulo posterior a esta introdução é composto por um percurso histórico acerca de algumas teorias que compõem o campo dos estudos memorialísticos, tais como: o fenômeno mnemônico na mitologia grega, alicerçado na obra *Teogonia* do poeta Hesíodo; as filosofias de Platão e Aristóteles, discutidas no livro *A memória, a história, o esquecimento*, de Paul Ricoeur, que aprofunda as ideias produzidas pelos filósofos gregos; o pensamento filosófico teológico de Santo Agostinho, exposto em sua obra *Confissões*, mais especificamente nos livros X e XI, nos quais explica seus conceitos sobre memória e tempo, respectivamente; se estendendo até os estudos de Maurice Halbwachs, que acrescenta à discussão o aspecto social e coletivo da memória, estudos estes presentes em *A memória coletiva*. Nesse mapeamento, também serão abordados alguns teóricos contemporâneos que se dedicam a pesquisar sobre a fenomenologia da memória como, por exemplo, Tânia Regina de Souza, Karl Erik Schollhammer, Adélia Bezerra Meneses, dentre outros.

Aparece também nesse primeiro capítulo uma breve apresentação da discussão feita por Paul Ricoeur acerca de duas vertentes que teorizam a memória: uma baseada na abordagem individual da memória, vista até então como resultado da impressão de eventos reais na mente humana, representada aqui por Santo Agostinho, outra alicerçada no aspecto social e tem como precursor Maurice Halbwachs. Paul Ricoeur, nessa discussão, faz um paralelo entre as duas teorias e propõe uma terceira vertente intermediária, com traços presentes nas duas anteriores.

No trajeto, receberá destaque também o panorama histórico de Jacques Le Goff presente em seu livro *História e memória*, escrito em 1988, no qual faz um panorama histórico das transformações por que passou o conceito de memória, apresenta os contextos que ocasionaram tais transformações e relata a respeito do surgimento da memória nas ciências humanas e a presença de seus estudos no campo científico global.

Ainda nessa primeira parte, receberá especial atenção as diferentes abordagens atribuídas ao fenômeno do esquecimento, desde a mitologia, onde era tido como um mal que poderia ocasionar a morte, passando por Platão, que o concebia como uma deficiência, até algumas concepções contemporâneas que compreendem o esquecimento como um fator fundamental para se pensar a memória, por ser ele quem nos livra do acúmulo de informações e nos protege das banalidades cotidianas.

Na sequência, com o intuito de contextualizar as produções da escritora em discussão, terá ênfase questões como: as contribuições dos estudos pós-coloniais para a reflexão sobre os discursos hegemônicos que envolvem os escritos literários, presentes aqui para justificar a importância de se voltar para os escritos de Alice Vaz de Melo como representante de uma literatura que surge “das margens”, desconhecida por muitos e originária de um contexto nada propício, por fazer parte de uma pequena cidade do interior de Mato Grosso do Sul (ainda Mato Grosso na época de seus escritos) e com o fator agravante de ser mulher em um tempo e lugar em que às mulheres não eram destinados espaços sociais de relevância. A restrita participação da mulher no meio social e, mais visivelmente, nas produções literárias, também será discutida neste segundo capítulo.

A fim de melhor entender a relevância da autora e de seus escritos, faz-se necessária a construção de uma breve biografia de Alice Vaz de Melo durante o período de sua produção literária. Também é válido mencionar os primeiros acontecimentos históricos da formação da cidade de Ivinhema a partir de seu processo de colonização e durante o período correspondente aos escritos da autora.

Para auxiliar na contextualização da escritora e suas produções, ainda acompanharão as questões anteriores as relações entre Literatura e História, sobretudo pelos olhares da corrente chamada “Nova História” que vê na literatura a possibilidade de reconstruir uma época. Essa relação de interação entre esses dois saberes é visível nos textos de Alice Vaz de Melo por se tratar de um gênero literário com representações de um determinado tempo e lugar. Suas crônicas são fontes de conhecimento, pois trazem as marcas da vida de uma

sociedade e dos costumes da região. Representam, portanto, o espaço histórico da colonização e desenvolvimento de sua cidade.

No terceiro capítulo aparecerá a análise das crônicas selecionadas como *corpus* deste estudo, e os dois textos íntimos já mencionados. Serão utilizados como aporte teórico os autores apontados anteriormente, atentando-se para fatores como: as manifestações mnemônicas na descrição dos fatos; a evocação da memória coletiva no retorno às ocorrências do passado; o envolvimento e preocupação da autora com o meio em que vive; a reconstrução histórica de um período por meio do olhar individual construído na vivência e na experiência de grupo; os traços característicos do gênero crônica, dentre tantos outros aspectos possíveis neste trabalho.

Por se tratar de textos pertencentes a gêneros diferentes, crônica e diário, e pela diferente abordagem que ambos apresentam: o diário volta-se para o privado, enquanto que a crônica refere-se ao público, fará parte deste capítulo uma breve apresentação de ambos os gêneros. Como apoio aos apontamentos que caracterizam o gênero crônica, que servirá de auxílio para as análises dos textos de Alice Vaz de Melo publicados na sessão “Umas e Outras” do jornal *O Grito*, nos anos de 1970 e 1971, estarão os conceitos de autores como Massaud Moisés, José Couto Vieira Pontes e Antonio Candido.

Já como suporte aos textos íntimos estarão presentes os estudos feitos por Philippe Lejeune acerca da literatura confessional, especialmente no que se refere à caracterização do diário. Nesse momento, destacaremos como a literatura íntima, à qual, até pouco tempo, era negada o mesmo valor artístico conferido aos textos ficcionais pela crítica tradicional, hoje tem ocupado papel relevante nos estudos literários. Veremos que o reconhecimento dos textos memorialísticos enquanto gênero literário é, em grande proporção, mérito de Philippe Lejeune, que dedica vários anos de seus estudos à caracterização da autobiografia e dos demais subgêneros da literatura confessional. Devido à importância dos estudos desse autor, alguns de seus conceitos estarão expostos nesse capítulo, especialmente os traços voltados para a autobiografia, por ser ela o ponto de partida para o entendimento dos demais subgêneros da literatura íntima.

Nos anexos constarão as 11 crônicas selecionadas para estudo nesta dissertação, bem como os dois textos íntimos, ambos transcritos na íntegra para melhor apreciação e também como forma de tirar do anonimato as produções de Alice Vaz de Melo, ainda desconhecidas do público leitor sul-mato-grossense.

Para finalizar esta introdução, vale dizer que cada linha percorrida está marcada pelo forte anseio de que este estudo desperte o interesse do leitor para conhecer melhor as produções de Alice Vaz de Melo, seja por sua atitude transgressora de romper com a suposta “inferioridade” do discurso feminino, seja por suas contribuições à memória coletiva, ou por tantas outras possibilidades de leitura não destacadas neste trabalho. Que esta dissertação possa dar conhecimento da coletividade criada pelo olhar individual de Alice Vaz de Melo e a individualidade proporcionada por sua participação nos diversos grupos a que pertencia.

Capítulo 1 – Um percurso histórico pelas teorias da memória: a complexidade dos estudos memorialísticos

A destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro. (...) Para mim, a memória é a forma mais alta da imaginação humana, não é apenas a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve o homem se dissolve (Octavio Paz, 1989, p. 14).

Se voltarmos o olhar para o senso comum, veremos que, quase sempre, a memória está associada à soma de lembranças existentes no consciente. No pensamento popular, a memória é vista como a capacidade de tornar presente o passado, de reter ideias, impressões e conhecimentos, de armazenar dados referentes a acontecimentos vivenciados.

No entanto, a fenomenologia da memória não a entende como um simples registro de um tempo vivido. As reflexões que envolvem tal assunto arrastam-se por séculos e em cada sociedade, ou até mesmo em diferentes concepções de uma mesma época. Os estudos memorialísticos, longe de uma definição consensual, mostram a complexidade que envolve esse fenômeno. Uma observação mais detalhada sobre a memória nos conduz a um vasto campo de investigações que nos leva a pensar em marcas que vão além de um simples armazenamento de informações. Uma abordagem mais detalhada perceberá questões como, por exemplo, a influências da experiência sobre as impressões do passado, as possibilidades de reconstrução dadas pela dimensão temporal, a convivência com um determinado grupo social, dentre outros fatores. É o que Tânia Regina de Souza convida o leitor a pensar no decorrer do primeiro capítulo de seu livro *A infância do velho Graciliano*:

Falar sobre memória implica penetrar num campo vasto de indagações, que nos conduzem para além de conceitos que a admitem como puro armazenamento de informações passadas. Deve-se considerar, por exemplo, que impressões passadas, ao serem atualizadas através da função psíquica, trazem em si a marca indelével da experiência, impressões que se tornam possíveis em função das relações inter-humanas. Essas experiências podem ser consideradas, até certo ponto, experiência singular, na medida em que estão contidas nas recordações de acontecimentos que estruturam a vida interior do ser humano. Mas observa-se que a experiência individual desenvolve-se na consciência com um determinado grupo social, e muitas vezes necessita resgatá-lo, para construir a si própria. Penetra assim na memória coletiva, mas permanece no seu caminho ao se revelar através da consciência pessoal e impõe o seu próprio ponto de vista. Contudo a palavra experiência traz consigo um leque de possibilidades, entre as quais está a sua dimensão temporal (SOUZA, 2001, p. 21).

Outro fator fundamental presente nos estudos mnemônicos é a influência do inconsciente na atividade de rememoração. É Freud quem atenta mais profundamente para tal fenômeno, mas em pensadores anteriores ao pai da psicanálise já consideravam a manifestação de ações involuntárias, embora com menor destaque e importância. Em Platão e Aristóteles, temos a *mneme*, que diz respeito às lembranças encontradas involuntariamente, aquelas que surgem à mente sem um esforço de recordação. Santo Agostinho, em *Confissões*

(2006), também faz menção às imagens que “irrompem em turbilhão” à memória, mas que são afastadas pela “mão do espírito” na busca das lembranças “certas”.

Podemos dizer, portanto, que a memória exerceu diferentes papéis ao longo da história. Ela transformou-se consideravelmente desde o tempo em que era aclamada como a divindade que tornava presente o passado e gerava as filhas que presidiam a função da arte e das ciências. Com o decorrer do tempo, a memória foi analisada e reduzida a funções fisiológicas e psíquicas, adquiriu diversas atribuições de valor e importância dentro das inúmeras teorias do conhecimento.

Devido à complexidade dos estudos memorialísticos, torna-se indispensável, para as análises posteriores acerca dos textos de Alice Vaz de Melo, um estudo mais aprofundado sobre o memorialismo, viés que norteará o terceiro capítulo deste trabalho. Para tanto, percorreremos algumas abordagens fenomenológicas da memória, tais como: a mitologia clássica, a filosofia grega, de Platão e Aristóteles, o pensamento teológico de Santo Agostinho, a memória coletiva de Maurice Halbwachs, as observações críticas de Paul Ricoeur e o percurso histórico de Le Goff. Ganha destaque, porém, nesse trajeto, a memória percebida dentro de um contexto social, visto que os textos de Melo, especialmente as crônicas jornalísticas, fazem referência aos acontecimentos da comunidade à qual a autora pertencia.

1.1. Na mitologia grega

Desde a mitologia grega, as preocupações em explicar a presença da memória já se faziam presentes. É em *Teogonia*¹, poema de Hesíodo que constitui o mito da origem do mundo segundo os gregos, que tomamos conhecimento da origem da memória. Os gregos fizeram da memória uma deusa – Mnemósine, filha da união entre Gaia e Urano (Terra e Céu) que, unindo-se a Zeus, gerou nove musas: Clio (história), Euterpe (música), Talia (comédia), Melpômene (tragédia), Terpsícore (dança), Erato (elegia), Polímnia (poesia lírica), Urânia (astronomia) e Calíope (eloquência). As nove filhas de Zeus com a Memória têm por função

¹ *Teogonia* (theos, deus + genea, origem) é também conhecida por Genealogia dos Deuses. Poema mitológico, em 1022 versos hexâmetros, escrito por Hesíodo no séc. VIII a.C., constitui-se no mito sobre a origem do mundo segundo os gregos, que se desenvolve com geração sucessiva dos deuses, e na parte final, com o envolvimento destes com os homens, originando assim os heróis. Nesse mito, as divindades representam fenômenos ou aspectos básicos da natureza humana, expressando as ideias dos primeiros gregos sobre a constituição do universo.

presidir as diversas formas do pensamento. Os gregos divinizaram a função psicológica da memória e suas funções.

Filha da primeira geração dos deuses, Mnemosine, de acordo com a Teogonia, era quem guardava a poesia lírica, revelando ao poeta, por meio do canto das musas, os segredos do passado, os mistérios do além e os grandes feitos dos heróis. Assim, o poeta era instrumento da memória, estando, pois, intimamente ligados. Mnemosine é irmã de Cronos (o Tempo), daí a íntima relação entre Memória e Tempo. Cronos destrona seu pai e é destronado por seu filho Zeus, que adquire poder na união com a deusa.

É da união com a Memória que Zeus adquire poder para exercer sua autoridade sobre os deuses olímpicos. Como aponta Schüler em “A fragmentação da memória”: “Sem a memória, sem memória, Zeus estaria mais próximo das rochas do que dos homens, silencioso, insciente do passado, sempre idêntico a si mesmo, sem planos. Pouco se distinguiria dos seus antepassados”, e ainda “A memória tira Zeus da mesmidade da natureza e o naturaliza nas flutuações da cultura” (1991, p. 418). À Memória, essa união traz a incumbência de narrar os feitos que levaram Zeus ao trono, resgatar as imagens do que passou, reorganizar os fatos, preservar as recordações, reconstruir ações passadas. Mas como reconstruir sem imaginar? Essa indagação presente no texto acima mencionado nos leva a pensar a memória associada à imaginação. Assim expressa o crítico:

Como reconstruir sem imaginar? A imaginação abre no factual a brecha da liberdade, mundos sonhados, o fervilhar dos possíveis. Como refazer sem imaginar o perfil do passado, de que faltam documentos? Dotada de imaginação, a Memória liberta das prisões da insignificância cotidiana, tão frágil que perece ao acontecer. Vencendo a fugacidade que se desdobra em presente, passado e futuro, a Memória eterniza (SCHÜLER, 1991, p. 420).

Segundo Schüler, cabe à memória não apenas a função de narrar o passado, mas também tirar-nos das “insignificâncias” do cotidiano por meio da imaginação e eternizar o que por si só se perderia no tempo. As ações da memória dentro dessa perspectiva mitológica envolvem a comunidade e o que nela está vivo, ativo, ideia que mantém proximidade com o que será discutido por Maurice Halbwachs em *A memória coletiva*. A Memória tem por atribuição não apenas o simples reconhecimento de acontecimentos passados, ela promove um constante reviver, é um recordar das coisas depois que elas desaparecem². É a Memória

² As crônicas de Alice Vaz de Melo publicadas na sessão “Um e Outras” do jornal *O grito* cumprem com essa função mítica da Memória, já que seus textos resgatam acontecimentos passados, livrando-os da morte, do esquecimento. Ao passar para o papel as lembranças de fatos históricos mergulhados em

quem livra o passado da “morte”, da instabilidade gerada pelo esquecimento (Lemosyne). A função da Memória é, pois, imortalizar acontecimentos passados

Numa concepção mítica da memória, é ela quem nos identifica como indivíduos e como coletividade, pois liga o presente ao passado e mostra ao ser como ele se constituiu, revela o que foi e no que se fundamenta o que virá a ser.

1.2. A filosofia de Platão e Aristóteles

É difícil dizer com precisão quando surgiram as primeiras ideias que tratam da memória como forma física. No entanto, as primeiras contribuições mais significativas e básicas voltadas para tal fenômeno aparecem no século IV a. C. e são feitas por Platão, através da metáfora da cera, e por Aristóteles, o primeiro a elaborar uma terminologia mais científica dos estudos da memória. A filosofia grega oferece uma base inicial para pensar a memória: Platão introduz o paradoxo do *eikon*, denominado como a presença no espírito de uma coisa material ausente, Aristóteles acrescenta aos estudos da memória a marca temporal. De um lado, a imaginação e a fantasia, de outro, a anterioridade.

É em Paul Ricoeur que nos apoiaremos para aprofundar as ideias produzidas pelos filósofos gregos. Ricoeur, em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, promove um diálogo que abrange desde Platão até Maurice Halbwachs e realiza uma fenomenologia da memória com o intuito de perceber como se dá a representação de algo. Interessa-nos por enquanto as considerações que envolvem as teorias platônica e aristotélica.

Ricoeur, na primeira parte do livro, debate em torno das aporias entre memória e imaginação. Retomando a filosofia grega, procura distinguir entre o que é simplesmente imaginado e o que é recuperado pela memória daquilo que tenha ocorrido no passado. De acordo com o autor, na tradição filosófica a memória era vista como província da imaginação. No entanto, a memória ligada à imaginação sofria uma desvalorização pela crítica da imaginação que a situava numa parte inferior do conhecimento.

Em decorrência dessa crítica da imaginação e conseqüente desvalorização da memória, viu-se necessária a dissociação da imaginação e da memória. A memória, então, passa a ser associada à realidade anterior, com uma marca temporal, enquanto que a imaginação se volta para o fantástico, a ficção, o possível, o utópico. Assim, memória e imaginação passam a apresentar convergências e divergências: como traço comum, a presença

suas impressões pessoais, a cronista promove um constante reviver do que por si só se perderia no tempo.

do ausente, e como traço diferencial, a imaginação se destaca pela visão de um irreal enquanto que a memória se fundamentava em um real anterior.

A filosofia socrática traz dois pensamentos diferentes, mas complementares que discutem essa relação entre memória e imaginação: um platônico e outro aristotélico. É com eles que Ricoeur inicia sua fenomenologia da memória. Assim ele fala sobre a herança grega:

O problema suscitado pela confusão entre memória e imaginação é tão antigo quanto a filosofia ocidental. Sobre esse tema, a filosofia socrática nos legou dois *topois* rivais e complementares, um platônico, o outro aristotélico. O primeiro centrado no tema da *eikon*, fala de representação presente de uma coisa ausente; ele advoga implicitamente o envolvimento da problemática da memória pela da imaginação. O segundo, centrado no tema da representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, preconiza a inclusão da problemática da imagem na da lembrança. É com essas versões da aporia da imaginação e da memória que nos confrontamos sem cessar (RICOEUR, 1991, p. 27).

A teoria de Platão é centrada na ideia de *eikon*, conceito fundamental para os estudos da memória, que considera a lembrança como representação presente de algo ausente. Dentro dessa aparente ambiguidade – presença do ausente – o filósofo faz-nos refletir “o que” e “como” nos lembramos. Para pensar nessas indagações, Platão elabora dois conceitos: *mneme* e *anamnesis*. O primeiro refere-se a uma lembrança passiva, involuntária, ou seja, corresponde ao simples fato de ter uma lembrança, não exige nenhum esforço de rememoração, é apenas encontrada. O segundo conceito, ao contrário, diz respeito à lembrança pela busca voluntária, aquela que exige um esforço de rememoração, é uma evocação consciente.

A ideia da *eikon* em Platão está associada à de *tupos* (impressão), relação que aparece na metáfora do bloco de cera onde compara o erro ao apagamento das marcas ou ajustamento a uma imagem errada e coloca desde o início o problema do esquecimento, duplamente empregado: como apagamento dos rastros ou falta de ajustamento da imagem presente à impressão deixada na alma. É Ricoeur quem retoma os escritos de Platão:

Sócrates: “Pois então, digamos que se trata de um dom da mãe das Musas, Memória: exatamente como quando, à guisa de assinatura, imprimimos a marca de nossos anéis, quando pomos esse bloco de cera sob as sensações e os pensamentos, imprimimos nele aquilo que queremos recordar, quer se trate de coisas que vimos, ouvimos ou recebemos no espírito. E aquilo que foi impresso, nós o recordamos e o sabemos, enquanto a sua imagem (*eidolon*) está ali, ao passo que aquilo que é apagado, ou aquilo que não foi capaz de ser impresso, nós esquecemos (*epilelesthai*), isto é, não o sabemos”

(191d). Observemos que a metáfora da cera conjuga as duas problemáticas, a da memória e a do esquecimento (1991, p. 28).

A metáfora do bloco de cera, como aponta Ricoeur, une duas problemáticas: memória e esquecimento. Segundo ela, a opinião verdadeira corresponde a um encaixe exato das marcas da cera, enquanto que a opinião falsa se associa a um defeito de ajustamento, equivale à ligação de uma sensação, a um pensamento. Temos aqui, de acordo com Ricoeur, uma metáfora passiva, já que se refere a uma marca deixada por um sinete.

Na metáfora da cera, o que se discute são as “regras” de funcionamento do momento da rememoração, vista como identificação de uma impressão anterior que pode, como já vimos, resultar de um ajustamento defeituoso. Há, portanto, dentro do enigma “presença da ausência”, a possibilidade de falsidade, já que uma coisa pode ser tomada por outra.

Segundo Ricoeur (1991), é em *O Sofista* que Platão vai discutir o problema da imagem, do falso e do não-ser. Neste diálogo, passa-se da metáfora do bloco de cera para a do retrato. Surge, então, a arte mimética que é capaz de fazer as coisas ditas parecerem verdadeiras. É à arte mimética que Platão aplica o método da divisão: separa a arte de copiar, ligada à *eicástica*, do simulacro, ao qual se adere o termo *phantasma*. Cria-se, portanto, uma arte *eicástica* e uma arte *phantástica*.

Segundo Ricoeur, toda a arte mimética apresenta dificuldades de ordem racional. O autor questiona a definição de imagem e aponta duas dificuldades: a primeira está na ausência da coisa referida, ou seja, à anterioridade da marca presente na memória e suas afecções, a segunda está no tipo de relação entre *eikon* e a marca primeira. Ricoeur comenta:

Façamos um primeiro balanço aporético de nossa travessia dos escritos platônicos relativos à memória. Podemos escalonar as dificuldades da seguinte maneira. A primeira diz respeito à ausência (observada de passagem) de referência expressa à marca distintiva da memória, isto é, à anterioridade das “marcas”, das *semeia*, nas quais se significam as afecções do corpo e da alma às quais a lembrança está ligada. [...] A segunda dificuldade diz respeito ao tipo de relação que existe entre a *eikon* e a marca primeira, como está esboçado no âmbito das artes de imitação (1991, p. 31).

Voltando-nos para Aristóteles, é sobre seu texto *De memoria et reminiscencia* que Ricoeur se debruça para apontar suas contribuições aos estudos de memória. Vale lembrar que esse título também encabeça a primeira parte do livro *A memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur, tamanha é a contribuição da obra para a fundamentação teórica sobre a fenomenologia da memória.

No texto acima mencionado, Aristóteles discute, segundo Ricoeur, duas questões primordiais: a primeira se debruça acerca da “coisa” lembrada sobre a qual se aplica a frase que acompanha toda a pesquisa de Ricoeur – “A memória é do passado”. Essa marca temporal, essa sensação do tempo é o que distingue o antes e o depois, o instante anterior e o posterior. Para ele, a ligação entre ambas se sustenta pelo fato de as duas pertencerem à mesma parte da alma: a alma sensível.

Para Ricoeur, a segunda questão de Aristóteles traz um problema: quando a afecção está presente e a “coisa” está ausente, como nos lembramos daquilo que não está presente? Para Aristóteles, esse impasse será solucionado se considerarmos a afecção como uma espécie de pintura a que chamamos memória.

Nesta solução, uma nova aporia é destacada por Ricoeur: “De que nos lembramos, então? Da afecção ou da coisa de que ela procede?” (1991, p. 36). Como solução desse problema, Ricoeur recorre à “categoria de alteridade”, que se fundamenta em associar a noção de desenho, de inscrição, à noção de impressão, ou seja, a afecção seria ela mesma (*phantasma*), e a representação de outra coisa (*eikon*), como, por exemplo, a figura pintada de um animal pode ser ela mesma e, ao mesmo tempo, a representação do animal. A esse respeito, Ricoeur elucida:

A solução a essa aporia reside na introdução da categoria de alteridade, herdada da dialética platônica. A associação da noção de desenho, de inscrição, à noção de impressão, diríamos hoje (*graphie*), aponta para a solução. De fato, cabe à noção de inscrição comportar referência ao outro; o outro que não a afecção enquanto tal. A ausência, como o outro da presença! Tomemos um exemplo, diz Aristóteles: a figura pintada de um animal. Pode-se fazer uma dupla leitura desse quadro: considerá-lo quer em si mesmo, como simples desenho pintado num suporte, quer como uma *eikon* (“uma cópia”, dizem nossos dois tradutores). É possível, porque a inscrição consiste nas duas coisas ao mesmo tempo: é ela mesma e a representação de outra (*allou phantasma*); aqui, o vocabulário de Aristóteles é preciso: ele reserva o termo *phantasma* à inscrição enquanto ela mesma, e o termo *eikon* para a referência a outra coisa que não a inscrição (1991, p. 36).

Essa resolução é bastante significativa, mas vem acompanhada por seus próprios impasses que surgem da concorrência entre a impressão de quem imprimiu a imagem, uma causa exterior, e a dupla leitura da inscrição. Essa difícil relação entre a “coisa” e sua afecção é o ponto crucial de toda a problemática da memória nos estudos de Ricoeur.

Em Aristóteles, temos também a distinção entre *mneme* e *anamnesis*, conceitos que surgem com Platão e são retomados por Aristóteles. Este vê os conceitos sob duas distinções:

a *mneme* diz respeito à simples lembrança, a uma evocação simples e está sob o império do agente da impressão, enquanto que a *anamnesis* refere-se a uma busca ativa pelo esforço da recordação e essa busca constitui uma espécie de raciocínio. O elo entre lembrança ativa (*anamnesis*) e lembrança passiva (*mneme*) é o intervalo de tempo entre a impressão original e o seu retorno.

Aristóteles defende que a noção de distância temporal é inseparável da noção de memória e garante a distinção entre memória e imaginação. Dentro dessa noção de tempo associado à memória está uma das grandes contribuições de Aristóteles aos estudos mnemônicos, já que esta percepção vem acompanhada da distinção entre presente, aquilo que está ligado à sensação, e o passado, que existe enquanto memória e sob sua jurisdição.

Diante dessa filosofia aristotélica, Ricoeur aponta os impasses e as contribuições do filósofo para uma fenomenologia da memória: devemos a Aristóteles a distinção entre *mneme* e *anamnesis*; é ele quem faz do tempo o responsável pela diferenciação entre lembrança e imaginação; mantém o duplo impasse: saber se entre imagem-lembrança e impressão original, a relação é de semelhança ou de cópia; ignora os riscos de erro ou até de ilusão na concepção de *eikon* centrada na semelhança; por não considerar os graus de confiabilidade da memória, exclui da discussão a noção de semelhança icônica; considera *eikon* e *tupos* as únicas categorias disponíveis para explicar o funcionamento da memória cotidiana; introduz a categoria de alteridade no centro da relação entre *eikon* e afecção inicial. Algumas delas podemos observar no trecho que segue:

A contribuição maior consiste na distinção entre *mneme* e *anamnesis*. Nós a encontraremos mais adiante com outro vocabulário, o de evocação simples e do esforço de recordação. Ao traçar, então, uma linha entre a simples presença da lembrança e o ato de recordação, Aristóteles preservou para sempre um espaço de discussão digno da aporia fundamental trazida à luz pelo *Teeteto*, a da presença do ausente. O balanço de sua contribuição para esta discussão apresenta contrastes. De um lado, ele aguçou a ponta do enigma ao fazer da referência ao tempo a nota distintiva da lembrança no campo da imaginação. Com a lembrança, o ausente traz a marca temporal do anterior. Em contrapartida, ao assumir, por sua vez, como quadro de discussão a categoria da *eikon*, ligada à da *tupos*, ele se arrisca a manter a aporia num impasse. O impasse é mesmo duplo. De uma parte, durante toda a nossa investigação, uma questão delicada será a de saber se, entre imagem-lembrança e a impressão original, a relação é de semelhança, até mesmo de cópia (RICOEUR, 1991, p. 38).

Em meio à observação das heranças platônica e aristotélica, algumas divergências se destacam: para Platão, conhecer é relembrar o que está no mundo inteligível, e os objetos do

mundo sensível são fontes para recordar o que está no domínio do inteligível e que foi anteriormente reconhecido por ela como verdade. Ao contrário, Aristóteles acredita que a memória busca suas lembranças no mundo sensível, não no inteligível. Há entre os pensamentos dos filósofos algumas convergências: ambos associam memória ao passado, e Aristóteles também aceita que a memória pertence à alma, a diferença está em como a coisa ausente se faz presente.

Dentre essas relações de semelhanças e diferenças entre Platão e Aristóteles, conserva-se um vínculo que se destaca sobre todas as relações apontadas: entre ambos existe uma fidelidade aos termos socráticos “aprender” e “procurar”. Para os dois filósofos, é preciso primeiro “aprender” para depois “procurar”. É com essa observação que Ricoeur termina o item I do 1º capítulo de seu livro *A memória, a história, o esquecimento*:

[...] Mas entre Platão e Aristóteles permanece um vínculo mais forte do que o da aporia em vias de resolução. Esse vínculo é o da fidelidade socrática no emprego de dois termos emblemáticos: “aprender” e “procurar”. Primeiro, é preciso ter “aprendido”, depois, penosamente “procurar”. Por causa de Sócrates, Aristóteles não pôde, nem quis “esquecer” a *anamnesis* de Platão (1991, p. 39-40).

Dessa forma, temos em Platão e Aristóteles os primeiros pensadores que buscaram uma base física da memória em oposição à base espiritual da mitologia. A memória, em ambos os filósofos, perde seu caráter mítico, é dessacralizada. Eles desenvolveram conceitos científicos fundamentais que contribuíram significativamente para os estudos da memória.

1.3. O pensamento filosófico teológico de Santo Agostinho

Outro filósofo que trouxe grandes contribuições para os estudos memorialísticos foi Santo Agostinho³. Convertido ao cristianismo no ano 386, ele narra sua jornada espiritual em *Confissões*, obra dividida em treze livros que se tornou fundamental tanto para a teologia cristã, quanto para a literatura e os estudos sobre memória. Interessa-nos mais especificamente os livros X, que traz sua teoria sobre memória, e XI, no qual expõe seus conceitos sobre o tempo.

³ Santo Agostinho (354 – 430) ensinou retórica nas cidades italianas de Roma e Milão, onde teve contato com o neoplatonismo cristão. As suas *Confissões*, escritas entre os anos 397 e 398, são geralmente consideradas como a primeira autobiografia da literatura ocidental. Nela, Agostinho descreve sua vida desde seu nascimento até sua relação com Deus, e termina com um longo discurso sobre o livro do Gênesis, no qual ele demonstra como interpretar a Bíblia. Mesmo sendo uma autobiografia, as *Confissões* não deixam de ter a marca filosófica de Agostinho, é o que se pode observar nos livros X e XI que terão maior enfoque neste trabalho.

Para Agostinho, a memória é, de um modo geral, composta de imagens produzidas por percepções, pensamentos e tudo o que nela depositamos e ainda não foi atingido pelo esquecimento. Nela estão todas as lembranças que aprendemos por meio do testemunho dos outros ou por nossas experiências. Enfim, é uma forma de percepção interna chamada de introspecção. Tais definições aparecem no Capítulo VIII do livro X de *Confissões*, tais como:

Chegarei assim diante dos campos, dos vastos palácios da memória, onde estão os tesouros de inúmeras imagens trazidas por percepções de toda espécie. Lá também estão armazenados todos os nossos pensamentos, quer aumentando, quer diminuindo, ou até alterando de algum modo o que nossos sentidos apanharam, e tudo o que aí depositamos, se ainda não foi sepultado ou absorvido pelo esquecimento. [...] A memória armazena tudo isso em seus vastos recessos, em suas secretas e inefáveis sinuosidades, para lembrá-lo e trazê-lo à luz conforme a necessidade. Todas essas imagens entram na memória por suas respectivas portas, sendo ali armazenadas (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 218-219).

Essas imagens afluem à mente sob duas maneiras: elas podem aparecer de forma involuntária, de imediato, ou de forma voluntária, por meio de uma busca mais demorada. As imagens que surgem de forma involuntária são rejeitadas por Agostinho por trazerem consigo a marca do desconhecido, diferente das imagens trazidas das lembranças como resultado de uma busca. Estas atendem suas expectativas e podem ser organizadas sequencialmente. Como elucidada o autor:

Quando ali penetro, convoco todas as lembranças que quero. Algumas se apresentam de imediato, outras só após uma busca mais demorada, como se devessem ser extraídas de receptáculos mais recônditos. Outras irrompem em turbilhão e, quando se procura outra coisa, se interpõem como a dizer: “Não seremos nós que procuras?” Eu as afasto com a mão do espírito da frente da memória, até que se esclareça o que quero, surgindo do esconderijo para a vista (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 218).

O filósofo ainda diferencia memória sensitiva e memória intelectual. A primeira mantém a imagem do objeto depositada em um “palácio”. Aqui, o que entra na memória são as imagens das coisas sensíveis, elas ficam à disposição do pensamento que as evoca. A memória intelectual, diferentemente daquela, não se constitui pela imagem da “coisa”, mas de sua própria existência. Ela é composta não pela representação, mas pelas próprias realidades como, por exemplo, as noções de literatura. Outras realidades, o que deixam na memória são imagens e não as realidades em si, como é o caso do cheiro de um perfume que deixa sua

imagem gravada na memória mesmo este não estando mais presente, esperando que a lembrança a reproduza. Santo Agostinho fala sobre a memória intelectual da seguinte forma:

E não se limita a isto a imensa capacidade de minha memória. Ali estão, como em um lugar recôndito, que aliás, não é um lugar, todas as noções aprendidas das artes liberais, pelo menos as que ainda não esqueci. Mas, neste caso, não são as imagens dela que trago em mim, mas as próprias realidades em si. As noções de literatura, a dialética, as diferentes espécies de questões, tudo o que sei a respeito desses problemas estão em minha memória, mas não estão ali como a imagem solta de uma coisa, cuja realidade se deixou fora. Nesse caso seria como um som que se ouve e passa, como a voz que deixa no ouvido um rastro, que permite que a lembremos, como se ainda soasse embora já não soe (2006, p. 220).

Nesse trecho em que o pensador diferencia memória intelectual e memória sensitiva, fica perceptível sua preocupação em distinguir “ciência/realidade e imagem”, preocupação essa que está presente também no livro XI ao discorrer sobre a fidelidade da memória aos acontecimentos armazenados e a reconstrução destes realizada por intermédio da imaginação.

Ainda no livro X, Agostinho fala sobre o esquecimento e a sua presença na memória. Como o esquecimento pode estar presente na memória e não nos esquecermos dele se sua função é apagar o que existe na memória? Podemos perceber tais questionamentos no trecho que segue:

Mas, o que é esquecimento, senão falta de memória? E como pode ele estar presente na minha lembrança, se sua presença significa não lembrar? Mas se nos lembramos, o guardamos na memória, e se nos é impossível reconhecer o que significa a palavra esquecimento, quando a ouvimos, a não ser que dele nos lembremos, logo a memória é a que retém o esquecimento. Ele está na memória, pois do contrário, nós o esqueceríamos; mas, ele presente, nós nos esquecemos. Segue-se que ele não está presente à memória por si mesmo, quando nos lembramos dele, mas por sua imagem. Do contrário, o esquecimento não faria com que nos lembrássemos, mas com que nos esquecêssemos. Mas, enfim, quem poderá descobrir, quem poderá compreender o modo como isto se realiza? (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 226).

O paradoxo presente nesse trecho se destaca como exemplo de que o que a memória sensitiva retém é a imagem da coisa e não a coisa em si. O que fica na memória, então, é a imagem do esquecimento e não o próprio. Se assim o fosse, não nos lembraríamos do esquecimento. A atividade da memória é, por sua vez, uma tentativa de livrar do esquecimento as coisas passadas. Sem memória, as coisas passadas não seriam acessíveis, não

haveria passado e nem futuro, pois só podemos fazer previsões futuras a partir das lembranças presentes das coisas passadas.

É sobre esta relação entre os tempos passado, presente e futuro que Santo Agostinho discorrerá no livro XI de *Confissões*. O filósofo inicia sua análise do tempo com a pergunta “Que fazia Deus antes de criar o céu e a terra?” (2006, p. 266). O termo “antes” indica temporalidade e, tendo em vista o princípio de eternidade, tal termo se apresenta como um equívoco: o tempo está ligado à criatura e não ao que é eterno. Desse modo, é inadequado pensar na sequência “tempo-criação-tempo”. Antes da criação, só existia Deus, que é eterno. Tempo e eternidade não apresentam, pois, medidas comuns. Não se percebe o tempo antes de sua existência. Assim encontramos no capítulo XIII de seu livro:

[...] Como, pois, poderiam transcorrer os séculos se tu, criador, ainda não os tinha criado? E poderia o tempo fluir se não existisse? E como poderiam os séculos passar, se jamais houvessem existido? Portanto, como és o criador de todos os tempos, – se é que houve algum tempo antes da criação do céu e da terra – como se pode afirmar que ficaste ocioso? Pois também criaste esse tempo, e este não poderia passar antes que o criasses. [...] se porém antes do céu e da terra não havia tempo algum, porque perguntam o que fazias então? Não poderia haver então se não existia o tempo. [...] Todos os tempos são obra tua, e tu existes antes de todos os tempos; é pois inconcebível que tenha existido tempo quando o tempo ainda não existia (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 266-267).

O tempo para Santo Agostinho surge no momento da criação do mundo e, como tal, também é uma criatura de Deus, mas não é, no entanto, eterno como seu criador. Deus é anterior ao tempo, ele é eterno e eternidade é aquilo que não é temporal. O tempo faz parte da criação, é criatura. Fora da criação existe somente a eternidade de Deus.

Diante dessas observações, então, “O que é o tempo?”. É com base nesse questionamento que o filósofo elabora a estrutura da temporalidade, na qual se discute a visível aporia: a existência ou não do tempo nas perspectivas passado, presente e futuro. Como existe passado e futuro se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? E se o presente não se tornasse passado seria tempo ou eternidade? Essas indagações aparecem no trecho que segue:

[...] sei que, se nada passasse, não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria tempo futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente. Como então podem existir esses dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e se o futuro ainda não chegou? Quanto ao presente, se continuasse sempre presente e não

passasse ao pretérito, não seria tempo, mas eternidade (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 268).

Agostinho também discute a medição do tempo quanto ao passado e ao futuro. Como medir o que já passou e não mais existe ou o que ainda não se faz presente? No que se refere ao tempo presente, o filósofo menciona que não apresenta extensão, pois este se refere a um curto instante, já que tudo o que passou é pretérito e o que está por vir é futuro. O presente é um pequeno intervalo que transforma futuro em passado. Logo, se passado e futuro não existem e o presente não apresenta extensão, não se pode medir o tempo, pois ele não se divide em antes e depois.

É importante observar que Agostinho estuda o tempo abstrato, aquele existente na alma humana e não o tempo como o ser físico que se mede a partir do movimento de corpos externos ao ser humano. A perspectiva psicológica dada ao tempo por Santo Agostinho o coloca em relação com o espírito humano e não com a sua existência. Dessa forma, a existência do tempo está ligada ao espírito do homem e é nesse espírito que aparece as três divisões. A medição do tempo se realiza, então, na alma, pois é nela que se mantém a memória do passado e a espera/previsão do futuro.

Aos questionamentos anteriores, Agostinho aponta como solução a teoria do tríplice presente, colocando a memória como um presente das coisas passadas, a esperança como um presente das coisas futuras e a percepção direta como um presente das coisas presentes. Segundo o autor:

O que agora parece claro e evidente para mim é que nem o futuro, nem o passado existem, e é impróprio dizer que há três tempos: passado, presente e futuro. Talvez fosse mais correto dizer: há três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. E essas três espécies de tempos existem em nossa mente, e não as vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é a percepção direta; o presente do futuro é a esperança (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 273).

Agostinho dá ao tempo um sentido interno e coloca passado, presente e futuro como diferentes variações de um presente único, como fases de um só tempo. Percebemos o tempo quando pensamos/falamos nas coisas passadas ou futuras, mas é do presente que pensamos/falamos das coisas passadas ou futuras. O passado, então, é um presente que se volta para o que se passou e o futuro, um presente que espera pelo que está por vir. Quando se volta para o passado, o que se narra, ainda que verdadeiro, não são as coisas em si, mas as

imagens expressas na memória. E as coisas futuras se fazem presentes pela premeditação, pelas expectativas, já que ainda não se tornaram ações executadas.

Quando narramos coisas verdadeiras de um acontecimento passado, é da memória que tiramos, e o que extraímos da memória não é a coisa passada, mas a sua imagem gravada no espírito. Quanto ao futuro, se faz presente pela previsão e esta se explica pela espera que, semelhante à memória, fundamenta-se em uma imagem já existente, não como imagem do passado, mas como um sinal das coisas futuras.

Sobre as dimensões temporais descritas por Santo Agostinho, Tânia Regina de Souza, em *A infância do velho Graciliano: memórias em letras de forma*, comenta que a razão da indivisibilidade do tempo está associada à consciência, pois é nela que se dá a conservação e acumulação do passado no presente e a antecipação do futuro. De acordo com a autora:

[...] A consciência possui a função de reter o que já aconteceu e de antecipar o que ainda não aconteceu. Não há, para a consciência, o presente reduzido a um instante matemático. O que separa o passado do futuro é um instante puramente teórico. Instante que é impossível de ser captado, pois, se o surpreendemos, ele já é passado. A consciência é, portanto, ponto de união entre passado e futuro e é também razão da indivisibilidade do tempo interior (SOUZA, 2001, p. 24).

Agostinho conclui que o tempo não é divisível em espaços separados, portanto não há passado, presente e futuro, mas sim “presente do passado, presente do presente e presente do futuro”, tempos estes que só existem na alma humana, pois é ela que espera o futuro, fixa o presente e guarda na memória o que passou. O que medimos, na verdade, são as impressões que ficam na memória, e não as coisas em si.

Todos estes questionamentos mostram a complexidade do pensamento agostiniano. Suas indagações sobre a fenomenologia da memória é fonte na qual bebem muitos estudiosos contemporâneos, seja nos estudos sobre o esquecimento, nas reflexões acerca da memória e as reproduções do que nela arquivamos ao longo do tempo, ou até mesmo quanto à presença do tempo nas atividades mnemônicas levando em consideração a perspectiva de que o gênero memorialístico se volta para o passado por meio das expectativas do presente. As grandes contribuições de Santo Agostinho, portanto, estão em perceber no tempo o aspecto psicológico, na submissão dos tempos passado e futuro ao presente, nas reflexões sobre o esquecimento, nas observações do tempo (criação) com relação à eternidade (criador), e na interpretação da teoria platônica sobre a memória.

1.4. Maurice Halbwachs e a memória coletiva

Os estudos apresentados até aqui pensam a memória a partir de uma abordagem individual. Santo Agostinho, por exemplo, a vê como uma atividade singular, sua teoria pertence ao que podemos chamar de “tradição do olhar interior”. Até então, a memória era vista como o resultado da impressão de eventos reais na mente humana. É Maurice Halbwachs quem vai introduzir nos estudos da fenomenologia da memória o aspecto social e coletivo.

Em *A memória coletiva*, livro publicado postumamente em 1950, Halbwachs retira a memória de uma esfera meramente individual e toma como ponto de referência do seu estudo os contextos sociais, já que, segundo ele, as lembranças não existem apartadas da sociedade. O ponto central da teoria de Halbwachs neste livro está em considerar a memória como um fenômeno social, uma reconstrução do passado a partir de espaços sociais do presente.

Dividido em quatro capítulos: “Memória individual e memória coletiva”, “Memória coletiva e memória histórica”, “A memória coletiva e o tempo” e “A memória coletiva e o espaço”, o livro apresenta um tom que ultrapassa a sociologia clássica por trabalhar com elementos da vida cotidiana, com situações concretas do homem no dia a dia.

Já no primeiro capítulo do livro, é visível o constante esforço de Halbwachs em comprovar a inexistência de uma memória exclusivamente individual. Para ele, esta revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciadas por cada um, não podendo se distanciar das memórias coletivas, pois, ainda que esteja só, o indivíduo é o resultado das interações sociais, seus pensamentos e atos o constituem socialmente. Segundo o sociólogo, o indivíduo vê o mundo por meio de construções coletivas como, por exemplo, a linguagem.

De modo geral, a memória é, para Halbwachs, uma construção psíquica que representa o passado de forma seletiva, e traz marcas não apenas do indivíduo que a representa, mas também de todo o contexto a que este pertence. Nessa perspectiva, podemos dizer que memória individual e memória coletiva se completam. A memória individual não deixa de existir, mas sua natureza pessoal é convertida em memória coletiva, pois está arraigada em diferentes contextos e traz a presença de outras pessoas⁴. Há, portanto, uma relação

⁴ As crônicas de Alice Vaz de Melo, especialmente a que aparece publicada na sessão “Umas e Outras” do jornal *O Grito*, no dia 11 de novembro de 1970, e que será analisada mais adiante, exemplifica esse conceito defendido por Halbwachs. Nela, a autora reconstrói o passado a partir de espaços sociais do presente. Nessa atividade de rememoração, fica visível a complementaridade entre memória individual e memória coletiva, já que Alice relembra os acontecimentos por meio de sua memória pessoal, mas esta é resultado de interações sociais vivenciadas, traz a presença de outras pessoas que compõem o contexto apresentado.

inseparável entre ambas as memórias. No entanto, a memória coletiva tem maior peso que a memória individual.

O predomínio da memória coletiva sobre a individual deve-se ao fato de o homem se constituir fundamentalmente na sua interação com a sociedade, com os diversos grupos a que pertence (família, escola, trabalho, religião), e são essas múltiplas relações sociais que trazem a consciência da individualidade. As diferenças individuais de cada memória se constituem com as diferentes relações entre o que o autor denomina “memória de grupo”. A memória individual é uma parcela de experiência de várias memórias coletivas, é uma combinação aleatória das memórias adquiridas nos diversos grupos que influenciam o indivíduo.

Dentro dos diferentes grupos sociais, a duração da memória está limitada à duração de cada grupo e à permanência do indivíduo no mesmo. Por conseguinte, a passagem por um determinado grupo e o não retorno ao mesmo pode provocar o esquecimento, independente da intensidade do envolvimento no acontecimento. A falta de contato pode apagar as lembranças. Perder o contato pode ser sinônimo de esquecimento⁵. A esse respeito, Halbwachs escreve:

Esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam. Esquecer uma língua estrangeira é não estar mais em condições de compreender os que se dirigiam a nós nesta língua, quer fossem pessoas vivas e presentes, quer autores cujas obras líamos (2006, p. 37).

Ao perder o contato com um grupo, lembranças serão apagadas e os testemunhos não serão capazes de se reconstruírem. Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos. Para que um evento possa ser reconstruído, uma base comum entre os componentes do grupo é fundamental, as lembranças precisam ser compartilhadas. Sem nos identificarmos com o testemunho do outro, não poderemos reconstruir o acontecimento testemunhado, pois as lembranças não serão reconhecidas. E quanto mais distantes do grupo, maior o grau de dificuldade da identificação do testemunho alheio. A proximidade com o grupo torna mais fácil a recordação.

Podemos dizer, portanto, que a duração de uma memória está limitada à duração da memória do grupo, e para que esta memória permaneça, é necessário que se preserve as relações entre seus integrantes. A memória coletiva tem como base, então, as lembranças que

⁵ A esperança de que a falta de contato possa apagar as lembranças produzidas pela vivência no grupo é o desejo principal explorado por Alice no texto “Decisão”, datado de agosto de 1962: “E na minha troca, apenas uma vantagem quero levar: a esmola do esquecimento”. Nesse caso, a não permanência do indivíduo no grupo faz parte de uma decisão que objetiva exatamente apagar as lembranças, trata-se de um esquecimento necessário e intencional.

os indivíduos retomam enquanto integrantes do grupo. A não identificação com o mesmo impossibilita a rememoração de fatos experimentados por seus integrantes.

Halbwachs encerra o primeiro capítulo do livro com a conclusão de que cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, exercendo influência sobre ela e sendo influenciada pelos contextos sociais a que pertence, como se vê a seguir:

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Dessa forma, podemos inferir, seguindo o pensamento de Halbwachs, que o indivíduo participa de dois grupos de memória: um individual e um coletivo. O primeiro tem lugar no contexto de sua vida pessoal, de sua personalidade, exprime o resultado de sua trajetória ao longo de sua vida, o segundo, como membro de um grupo social.

No segundo capítulo, dando sequência aos estudos sobre memória, Halbwachs vai discutir e diferenciar memória coletiva e memória histórica. Para o autor, o termo “memória histórica” é inadequado, pois associa dois termos opostos: história é a reunião dos fatos que se destacaram na memória dos homens, mas selecionados segundo regras impostas. Na história há uma interrupção entre a sociedade que lê e os testemunhos do acontecimento do passado. A memória traz a sensação de reconstrução de lembrança num movimento contínuo. Vejamos como o autor explica:

[...] a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. [...] Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, indivíduo do grupo tenha a sensação de que ela remonta a lembrança de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados? (HALBWACHS, 2006, p. 100-101, grifo do autor).

Outro aspecto que torna inadequado o termo “memória histórica” inadequado, segundo o autor, é que a história corresponde a um ponto de vista adulto, deixando de lado as lembranças de infância que são conservadas pela memória coletiva.

Feita esta observação, o que Halbwachs discute, então, é a diferença entre memória coletiva e história. Dois aspectos principais distinguem os dois termos: a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, não é artificial, conserva do passado o que está vivo. A história divide a sequência do tempo em períodos e dá a impressão de que tudo se renova de um período para outro. A memória coletiva não apresenta separações claras, o presente se opõe ao passado, este já não existe mais. Já a história distingue os períodos históricos e tanto passado quanto presente são reais. O segundo aspecto é que só existe uma história, mas muitas memórias coletivas. O autor define a história da seguinte maneira:

Nossa história não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto (HALBWACHS, 2006, p. 78-79).

Dessa forma, podemos traçar um paralelo entre memória coletiva e história: a história pode se apresentar como universal, mas não existe memória que se aplica a todos, a memória coletiva existe dentro de um grupo limitado no tempo e no espaço; a memória coletiva se volta para as semelhanças, a história para as diferenças, para as mudanças; a história examina de fora e abrange períodos longos, a memória coletiva olha de dentro do próprio grupo por um curto período, enquanto existirem seus componentes; a história é informativa, a memória é comunicativa; a história pretende dar conta das transformações da sociedade, enquanto que a memória procura garantir a permanência do tempo e da homogeneidade da vida; a memória coletiva apresenta um contexto mais denso e contínuo, a história retoma o passado de forma esquemática e resumida; a memória coletiva é múltipla, a história é única; a história visa examinar minuciosamente o detalhe dos fatos, a memória coletiva não é artificial e visa buscar no passado o que ainda está vivo ou é capaz de sobreviver na consciência do grupo.

Para que a memória alcance a história, é preciso sair de si e perceber como a imagem afeta o grupo⁶. Não se trata de uma impressão pessoal, mas de uma marca superficial. A

⁶ Ao reconstruir a memória coletiva de seu grupo com a narração dos fatos históricos e do desenvolvimento da cidade de Ivinhema com os costumes, os anseios e os problemas de seu tempo, as crônicas de Alice Vaz de Melo, como veremos nos próximos capítulos, apresentam-se como fonte riquíssima para o historiador, pois trazem a possibilidade de reconstruir uma época com dados que outras fontes não dariam. Os textos se constituem, portanto, como um evidente testemunho de sua época.

história, por sua vez, precisa se juntar às memórias pessoais. Se a memória histórica não for guardada interiormente, ela não será recordada. A história, então, necessita de uma memória para existir.

Ainda definindo a memória coletiva, Halbwachs menciona que esta apresenta diversos fatores que contribuem para a atividade da rememoração. Dentre eles, o autor destaca a importância dos marcos temporais (fatos considerados socialmente significativos), que serão trabalhados no terceiro capítulo do livro, e os marcos espaciais (voltados para lugares que mantém a memória viva por mais tempo). Este último ocupa o quarto capítulo de sua obra.

No terceiro capítulo, ao abordar o primeiro fator mencionado, Halbwachs defende que o homem mede o tempo a partir de elementos da natureza, pois os estados de consciência não apresentam pontos de referência suficientemente definidos para auxiliar todas as consciências. Por ser variável, o tempo psicológico⁷ não pode ser tomado como ponto de referência equivalente para todas as consciências. Podemos citar como exemplo a comparação feita por Halbwachs entre o tempo de uma criança e o tempo de uma pessoa idosa. Para esta, tomando como base suas experiências anteriores, o tempo pode transcorrer de forma mais lenta, enquanto que para a criança, no auge de suas impressões e observações, o tempo parece decorrer de forma mais acelerada. Até mesmo para uma única pessoa o tempo interior parece transcorrer de forma irregular, é o que acontece quando, por exemplo, alguns momentos nos parecem intermináveis, enquanto outros transformam horas em momentos imperceptíveis⁸. Sobre essa irregularidade das durações individuais, Halbwachs explica:

Os homens concordam em medir o tempo através de certos movimentos que ocorrem na natureza, como os dos astros, ou criados e regulados por nós, como em nossos relógios, porque na sequência de nossos estados de consciência não conseguiríamos encontrar pontos de referência definidos suficientes, que pudessem valer para todas as consciências. É próprio que as durações individuais tenham um conteúdo diferente, embora a sucessão temporal de seus estados seja mais ou menos rápida, de uma para outra e também, em cada uma, em períodos diferentes (2006, p. 116).

⁷ O primeiro a falar em “tempo psicológico”, praticamente o criador de tal idéia, foi Henri Bergson (1859-1941). O filósofo francês revolucionou a era moderna com seus conceitos de tempo fundamentado na consciência. O tempo sob o domínio da vida interior apresenta duração irregular segundo as sensações geradas pela percepção do momento presente.

⁸ Um exemplo das irregularidades do tempo psicológico apontadas por Halbwachs fica visível no início da crônica de Alice Vaz de Melo do dia 11 de novembro de 1970, já mencionada anteriormente, que retrata as comemorações do sétimo aniversário de emancipação política da cidade: “Parece que foi ontem...”. A expressão utilizada para referir-se a sete anos de tempo transcorrido mostra que a autora reconstrói os fatos pela memória e pela emoção que envolve a passagem festiva, daí explica-se o fato de sete anos trazerem a impressão de momentos imperceptíveis.

Devido a essas variações do tempo interior, o homem se guia por mudanças e movimentos exteriores buscando estabelecer divisões mais regulares. Assim, as divisões convencionais do tempo são impostas de fora. O tempo coletivo, aquele que se estende a todos, não passa de uma criação artificial, é abstrato. Mas Halbwachs questiona se há realmente a existência de um tempo único e universal que impõe suas divisões a todos os grupos:

Diremos então que existe um tempo único e universal a que todas as sociedades se referem, cujas divisões se impõem a todos os grupos e que esta oscilação comum, transmitida a todas as regiões do mundo social, restabelece entre elas as comunicações e relações que suas mútuas barreiras tenderiam a impedir? (2006, p. 134).

A resposta aparece um pouco mais adiante:

Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada um com sua própria duração. O que distingue os tempos coletivos não é que uns passem mais depressa do que os outros. Não se pode nem dizer que esses tempos passam, pois cada consciência coletiva pode se lembrar, e a subsistência do tempo parece muito bem ser uma condição da memória. Os acontecimentos se sucedem no tempo, mas o tempo em si é um contexto imóvel. Os tempos são mais ou menos vastos, permitem que a memória retroceda mais ou menos longe no que se convencionou chamar de passado (HALBWACHS, 2006, p. 153).

Para Halbwachs, não há um calendário único, cada sociedade elabora o seu segundo as suas necessidades: há calendários religiosos, de negócios e vários outros. Cada grupo tem dias específicos para coisas determinadas, tem sua própria duração, os pontos de referência se modificam, de onde se conclui que o tempo não é universal. Há uma multiplicidade de tempos como há uma multiplicidade de grupos. No entanto, os tempos dos diferentes grupos se mesclam e se cruzam.

É no tempo que nos apoiamos para reconstruir uma lembrança, é ele que oferece ao pensamento a matéria do acontecimento, pois o contexto temporal particulariza um acontecimento e possibilita sua recordação por meio de vestígios do momento em que ele aconteceu. Para Halbwachs, o tempo só é real quando oferece ao pensamento a matéria do acontecimento. É com essa observação que o autor encerra o capítulo “A memória coletiva e o tempo”:

[...] O tempo só é real na medida que tem um conteúdo, ou seja, na medida que oferece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Ele é limitado e relativo, mas tem uma realidade plena. É bastante amplo para oferecer às consciências individuais um contexto de respaldo suficiente para que estas possam nele dispor e reencontrar suas lembranças (2006, p. 156).

Quanto aos marcos espaciais, Halbwachs menciona que não há memória coletiva fora de um contexto espacial. Não seria possível retomar o passado se ele não estivesse preservado em um ambiente material que nos rodeia. Por meio do espaço (lugares), a memória encontra o passado no presente. Vejamos como o sociólogo define o espaço e sua importância para a memória coletiva:

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem uma às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça (HALBWACHS, 2006, p. 170).

A imagem do lugar por si só não é suficiente para que as lembranças reapareçam, assim como a moldura de um quadro não o evoca, mas não há grupo que não mantenha relação com o lugar e cada grupo constrói um contexto à sua maneira. Por isso, há tantas maneiras de representar o espaço quanto a quantidade de grupos, e é desse contexto espacial que cada grupo resgata suas memórias coletivas, já que, como afirma Halbwachs, “somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes” (2006, p.189).

Com as observações da obra de Maurice Halbwachs, podemos perceber que as reflexões do sociólogo estão centradas no aspecto social da memória. O autor vê na memória individual aspectos sociais relacionados à experiência do sujeito dentro dos grupos a que pertence e a memória coletiva como conjunto de evocações realizadas coletivamente dos acontecimentos vivenciados pelo grupo. Essas evocações são auxiliadas por fatores externos que marcam tais acontecimentos. Dentre esses fatores ganham destaque o tempo e o espaço, componentes que auxiliam na rememoração dos fatos.

As contribuições de Halbwachs para os estudos mnemônicos estão, sobretudo, no fato de atribuir à memória um aspecto social, em dar a ela um caráter mais objetivo, e em perceber

ambas as memórias, individual e coletiva, como um movimento de completude, de construção mútua. Halbwachs apresenta um novo olhar para as relações entre indivíduo e grupo social. Enfoca a coletividade criada por cada parcela individual e a individualidade proporcionada pela participação nos diversos grupos sociais.

É dentro desse aspecto social da memória que serão abordados os escritos de Alice Vaz de Melo nos próximos capítulos deste trabalho, fato que se deve à abordagem social dos acontecimentos por ela evocados. Especialmente nas crônicas do jornal *O grito*, a escritora se mostra pertencente a um grupo social e assume seu papel dentro do contexto a que pertence. Seu comprometimento com o meio em que vive revela as influências do grupo sobre si e a sua função de também influenciá-lo. Seus textos se mostram como o olhar individual de uma memória coletiva, traço condizente com os conceitos de Maurice Halbwachs.

1.5. Paul Ricoeur e a tríplice atribuição da memória

Alguns anos depois da publicação de *A memória coletiva*, Paul Ricoeur, no capítulo “Memória pessoal, memória coletiva” presente na primeira parte do livro *A memória, a história, o esquecimento*, percorre duas vertentes que teorizam a memória: a da tradição filosófica denominada por ele como “mirada interior”, que foca na subjetividade do indivíduo e tem como adeptos alguns filósofos como Santo Agostinho, por exemplo, e outra centrada no aspecto social, chamada de “mirada exterior”, voltada para os conceitos de Maurice Halbwachs, que defende uma inversão nos processos de derivação da memória.

Ricoeur se desprende do dilema “Memória individual ou coletiva?” e busca um plano intermediário que se pauta em uma mútua complementaridade entre os dois enfoques antagônicos: a tese filosófica da memória vê o sujeito como autor de seus próprios atos, a tese sociológica não se identifica com uma condição solitária e sim com uma forma comunitária. Nesta, a experiência do outro é tão primitiva quanto a experiência de si, o sujeito é membro de um grupo e é, portanto, afetado por ele.

Nesse paralelo entre Santo Agostinho, para o qual a memória é singular, e Halbwachs, que vê a memória como uma atividade coletiva, Ricoeur propõe novas reflexões sobre a temática da memória. Para ele, memória individual e memória coletiva se cruzam. Enquanto alguns traços parecem caracterizar a memória como sendo exclusivamente pessoal devido ao sentimento de pertencimento da memória resultante das experiências vividas pelo indivíduo, outros atestam a importância da noção de memória coletiva, especialmente pelo auxílio que as

narrativas coletivas dão às lembranças individuais. Daí a distinção feita pelo autor entre “rememoração”, atividade atribuída à memória individual e “comemoração”, exercício resultante da memória coletiva. Assim, o fenômeno da memória poderia ser atribuído a si e aos outros.

Ao fazer uma síntese da obra de Halbwachs, Ricoeur diz que o sociólogo relaciona a memória a uma entidade coletiva e afirma que para lembrar precisamos dos outros, ou seja, os indivíduos são incapazes de sozinhos se lembrarem dos acontecimentos passados. Ricoeur aponta que o ponto alto do capítulo “Memória individual e memória coletiva” está na denúncia de que pensar que as lembranças partem de nós que somos seus originários é ilusória, visto que não nos lembramos sozinhos, as relações sociais são inerentes ao trabalho de recordação. Paul Ricoeur reconhece as contribuições deixadas por Halbwachs, mas critica seu radicalismo quanto à negação da memória individual.

Ao final do capítulo, Ricoeur sugere que entre a memória individual e a memória coletiva existe um plano intermediário onde ocorrem as trocas entre ambas as memórias. A esse plano, o autor intitula como plano da relação com o próximo. Próximo seria aquele que aprova a existência do indivíduo e é por ele aprovado. Surge, então, uma tríplice atribuição da memória: “a si, aos próximos, aos outros”. Assim o autor explica:

Gostaria de terminar este capítulo e esta primeira parte com uma sugestão. Não existe, entre os dois polos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos? Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias das relações entre o si e os outros. [...] portanto, não é apenas uma hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros (Ricoeur, 2007, p. 141-142).

1.6. O panorama histórico de Jacques Le Goff

Outro autor significativo para os estudos da memória é Jacques Le Goff. Em seu livro *História e memória*, escrito em 1988, o autor faz um panorama histórico das transformações por que passou o conceito de memória e os contextos que ocasionaram tais transformações. No oitavo capítulo da obra, o autor se dedica ao surgimento da memória nas ciências humanas

(história e antropologia) e discute mais a memória coletiva que a individual, mas descreve também tal fenômeno no campo científico global.

A memória vista como atividade de conservar informações envolve os estudos de psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia e até mesmo a psiquiatria quando envolve as perturbações da memória. Tais estudos se ocupam da ordenação, dos aspectos estruturais e organização da memória, mas não se atém para a complexidade do processo de releitura de tais vestígios. Daí a necessidade de ultrapassar essa visão mais mecânica, aproximando os estudos mnemônicos das ciências humanas e sociais. Dessa forma, Le Goff prioriza em seus estudos a atividade narrativa por ter ela, antes de tudo, uma função social: a de transmitir a outrem uma informação, ideia em que também Tânia Regina de Souza se pauta no livro supracitado. Para ela, “O ato de narrar uma experiência, por exemplo, comporta uma “função social” [se referindo aqui à ideia de Le Goff]. A função social se daria justamente em razão de a comunicação ser fundamentalmente a transmissão a outrem de um acontecimento ou objeto na ausência deste” (SOUZA, 2001, p. 26).

Le Goff, ao falar da memória, menciona cinco diferentes períodos de transmissão das manifestações mnemônicas: o período “da transmissão oral”, “o da escrita com tábuas ou índices”, “o das fichas simples”, “o da mecanografia”, “o da seriação eletrônica”.

Às sociedades ágrafas pertencia a memória oral, que era guardada e transmitida por historiadores da corte, espécie de guardiões da memória. A memória oral, para Le Goff, traz maiores possibilidades de criação e justifica mencionando Goody, um antropólogo britânico que, ao analisar o mito do Bagre⁹, percebe diferentes versões de uma mesma história, e daí conclui que nas sociedades orais as memórias são “gerativas” e não “mecânicas”. A reprodução da memória palavra por palavra estaria, então, ligada à memória escrita, enquanto que a oral ganha maior liberdade e possibilidade de criação.

Nas sociedades orais, a memória coletiva se ordena em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo, o prestígio das famílias dominantes e o saber técnico. É o que podemos perceber no trecho que segue:

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo, que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes, que se exprime pelas genealogias; e o saber técnico, que se

⁹ O mito do Bagre, tradição dos dagari, tem cerca de doze mil versos breves e leva oito horas para ser recitado. O conteúdo narra a criação do mundo e as relações humanas para com seus deuses, incluindo questionamentos filosóficos-existenciais.

transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa (LE GOFF, 2003, p. 427).

O surgimento da escrita provoca transformações na memória coletiva, permite duplo progresso: a comemoração/celebração de um acontecimento memorável e a escrita de documentos em suporte destinados a tal fim. Nesta última forma se destacam duas funções principais: o armazenamento de informações ao longo do tempo e do espaço, e a correção ou reordenação de palavras ou frases, atividade possível dentro da esfera visual.

É com os gregos, segundo Le Goff, que se percebe de forma clara a evolução para uma história da memória coletiva. Na mitologia e na lenda, Mnemon era a pessoa que acompanhava constantemente o herói para lembrar-lhe de ordens divinas cujo esquecimento lhe traria a morte. Nas cidades, eram eles quem conservavam na memória o que era útil religiosa ou juridicamente e foram transformados em arquivistas com o aparecimento da escrita.

Le Goff lembra que no *Fedro*, com a lenda do deus Thot, Platão salienta que, ao inventar números e letras, o deus transforma a memória em escrita, o que a enfraquece, já que o indivíduo deixará de exercitar a memória para buscar as lembranças em sinais exteriores (alfabeto).

A filosofia grega dessacraliza a memória, mas não procura fazer do passado um conhecimento. Em Platão e Aristóteles, a memória se manifesta como parte sensível da alma e não como parte intelectual. Em Platão, a memória perde seu caráter mítico ao apresentar a metáfora do bloco de cera, que permite guardar as impressões nele feitas. Em Aristóteles, a memória – *mneme* – se constitui como mera capacidade de conservar o passado e reminiscência – *anamnesis* – como capacidade de evocar voluntariamente esse passado.

A dessacralização da memória associada à invenção da escrita permite à Grécia, de acordo com Le Goff, o desenvolvimento de novas técnicas de memória: a mnemotécnica, que acentua o caráter técnico da memória e se fundamenta em dois princípios: a lembrança das imagens e o recurso de uma organização. Os objetos da memória estariam, assim, divididos como um edifício, disposto em lugares distintos.

Na Idade Média, a memória coletiva passa por significativas transformações, dentre as quais Le Goff destaca a propagação do cristianismo como religião e ideologia, ou seja, ocorre a cristianização da memória. O cristianismo estabelece forte relação entre memória e religião: o conteúdo da fé se pauta em atos divinos do passado. A lembrança se torna tarefa religiosa

fundamental, é o que se pode perceber no Antigo Testamento da Bíblia, por exemplo, ou na cena da última ceia. O ensino cristão se alicerça na memória.

A memória cristã se manifesta principalmente em torno de Jesus (Natal, Paixão, Ressurreição e cotidianamente na Eucaristia) e com menor ênfase nos santos e nos mortos (túmulos, relíquias, dias festivos, orações em memória aos mortos). É Santo Agostinho quem adapta a oratória cristã medieval no que se refere à memória, dando a esta maior profundidade psicológica. Sobre isso, Le Goff menciona: “Com Agostinho, a memória penetra profundamente no homem interior, no seio da dialética cristã do interior e do exterior, de onde saíram o exame de consciência, a introspecção, e também a psicanálise” (2003, p. 441).

Além da relação com o cristianismo, Le Goff menciona que na Idade Média a memória exercia papel importante também no mundo social, cultural, escolástico e historiográfico, o que é possível perceber, por exemplo, na veneração aos mais velhos tidos como “homens-memória”. Nesta época, escrita e oralidade caminham juntos, resultando em um equilíbrio entre memória oral e memória escrita. Esta convivência igualitária permanece por longo tempo também no domínio literário. No sistema escolástico, no entanto, predomina a oralidade. Assim Le Goff caracteriza a memória na Idade Média:

Cristianização da memória e da mnemotécnica, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória do ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento, enfim, de tratados de memória (*artes memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média (2003, p. 438).

A partir do século XII, os manuscritos se multiplicam e no final do mesmo século a retórica clássica se transforma em técnica de uso administrativo (*Ars dictaminis*). Em 1235 é escrito o segundo tratado de tal gênero (*Rhetorica novissima*) em que Boncompagno define a memória como sendo “um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças a sua semelhança com as passadas” e diferencia memória natural e memória artificial. Esta última o autor exemplifica com sinais bíblicos como o canto do galo para São Pedro. Também integra os sistemas da moral cristã da era medieval na ciência da memória.

No século XIII, Tomás de Aquino e Alberto Magno concedem, segundo Le Goff, um lugar importante à memória. Alberto Magno insiste na importância da aprendizagem da memória nas técnicas mnemônicas e põe a memória em relação aos temperamentos, às

disposições orgânicas de um indivíduo e considera a melancolia o estado mais propício por trazer sensibilidade à recordação. Tomás de Aquino formula, a partir da doutrina clássica dos “lugares” e das “imagens”, regras mnemônicas: para a atividade de memória é necessário encontrar simulacros referentes ao que se quer recordar, ordenar com exatidão o que se deseja buscar na memória e refletir frequentemente sobre o que se deseja recordar. Essas regras de Tomás de Aquino exerceram grande influência sobre os teóricos da memória, nos pedagogos, teólogos e artistas por vários séculos, especialmente entre os séculos XIV e XVIII.

De acordo com Le Goff, o aparecimento da imprensa vem revolucionar, de modo mais expressivo no Ocidente, a memorização do saber. A imprensa traz a possibilidade de textos novos, aumentando, assim, a memória coletiva e exteriorizando a memória individual.

De fins do século XVII até o término do XVIII, entra em declínio a comemoração dos mortos. A Idade das Luzes parece querer afastar a memória dos mortos, que retorna logo após a Revolução Francesa.

É no século XVIII que se criam os depósitos centrais de arquivo. Neste século também exerce papel fundamental na ampliação da memória coletiva o aparecimento dos dicionários, que se constituem como forma evoluída de memória exterior.

No século XIX e início do XX, dentre as principais manifestações coletivas da memória, Le Goff destaca a construção de monumentos aos mortos, especialmente aos soldados desconhecidos logo após a Primeira Guerra Mundial, que busca ultrapassar os limites da memória associada ao anonimato, e o surgimento da fotografia, que revoluciona a memória com sua precisão visual e preservação dos efeitos do tempo. A fotografia, com seu poder de retenção e de verdade visual, passa a construir os arquivos da memória familiar.

Com Freud, no século XIX, a memória se abre para grandes debates. O psicanalista destaca o caráter seletivo da memória, segundo o qual as lembranças humanas surgem de forma parcial a partir dos elementos exteriores.

No século XX, além da expansão para o campo da filosofia e da literatura, a memória passa por uma acentuada revolução com o aparecimento das grandes máquinas de calcular ao longo da Segunda Guerra Mundial. Desenvolve-se, nesse momento, a memória eletrônica, que se distingue da memória humana por sua grande estabilidade e facilidade de evocação. No entanto, apesar de suas facilidades, a memória eletrônica só funciona sob o comando do homem. Não passa, portanto, de um auxiliar da memória humana.

O aparecimento da memória eletrônica traz como consequência a inserção dos calculadores nas ciências sociais, especialmente na história e a influência por analogia da

memória eletrônica sobre outras memórias, como, por exemplo, o da biologia. A formação das ciências sociais é outro fator que traz, segundo Le Goff, grandes transformações à memória coletiva, que se instala em meio a elas exercendo importante papel na interdisciplinaridade.

Le Goff menciona ainda que as últimas décadas do século XX são marcadas pela reavaliação das complexas relações entre história e memória. A memória está na base da história, mas só recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia, mais precisamente com os historiadores da Nova História em fins da década de 1970, quando o estudo da memória já estava avançando em outras ciências como a Psicanálise, a Sociologia, a Filosofia, dentre outras. No pensamento tradicional, a história era o que mantinha viva a memória dos grandes feitos, era o espelho da memória. Esta, por sua vez, era a reflexão da verdade. Com a Nova História, as relações entre história e memória tornaram-se mais complexas, ambas perderam o caráter radicalmente objetivo e outros fenômenos como a interpretação, a distorção, o processo de seleção consciente ou não passaram a fazer parte de seus estudos.

Jacques Le Goff conclui seu ensaio citando o valor da memória para a construção da identidade. Para ele, a evolução das sociedades comprova o relevante papel que a memória coletiva desempenha. A memória coletiva, especialmente a partir da segunda metade do século XX, ocupa lugar essencial nas grandes questões das sociedades, tanto entre as classes dominantes, quanto nas dominadas. Ela se torna elemento fundamental de uma identidade individual ou coletiva. Assim o autor menciona:

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF, 2003, p. 469).

A memória coletiva tornou-se também, segundo Le Goff, um objeto de poder. Cabe aos cientistas da memória lutar pela sua democratização para que a memória possa “salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (2003, p. 471). Como aponta o autor, “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem” (2003, p. 471).

1.7. A memória e o esquecimento

Juntamente com os diversos conceitos de memória vistos até aqui, merece destaque também as diferentes abordagens atribuídas ao fenômeno do esquecimento. Desde a mitologia grega, segundo a qual o esquecimento poderia levar à morte, passando por Platão, que o concebia como uma deficiência, um erro essencial da alma, dentre outras concepções atribuídas pelos autores acima mencionados, até os dias atuais, vários estudiosos se voltaram para a relação entre memória e esquecimento.

Diferentemente da mitologia grega ou da teoria de Platão, que atribuíam valor negativo ao esquecimento, escritores modernos concebem tal fenômeno como fator fundamental para se pensar a memória. Para estes, é ele que nos livra do acúmulo de informações e nos salva da trivialidade do dia a dia. Podemos perceber esse aspecto indispensável do esquecimento nas reflexões de Schollhammer em seu texto *Memória e esquecimento*:

O esquecimento não é apenas o limite negativo do conhecimento, senão uma instância significativa cujo papel é realizar exclusão no material percebido. Eventualmente pode ser entendido como um filtro que protege o sujeito contra uma total absorção na multiplicidade infinita do real (SCHOLLHAMMER, 1991, p. 203).

Schollhammer exemplifica sua ideia mencionando o conto “Funes, El memorioso”. de Jorge Luis Borges, que trata do estranho caso de Funes, personagem cuja memória é tão poderosa que o torna prisioneiro de sua própria capacidade. A ausência do esquecimento impossibilita-o de raciocinar sobre o que viveu por estar preso aos detalhes. Sua vivência do passado era tão real quanto o presente, fato que o torna incapaz de refletir sobre ele e abstrair as banalidades de sua vivência, o que nos leva a crer que é impossível refletir sem esquecer.

Além da função de fazer esquecer o excesso de informações e abrir espaço para a reflexão, o esquecimento também traz a possibilidade da criação e a abertura para a imaginação. É graças ao esquecimento que podemos dar novos significados à nossa história. Sobre isso, Schollhammer comenta:

[...] o sempre perseguido e criticado esquecimento torna-se um aliado da imaginação, a faculdade humana que permite a transposição de um fato percebido à existência, ou à hipótese da existência, de uma noção ou de uma ideia geral. É a imaginação que possibilita pensar a existência da realidade além da momentaneidade perceptiva e da limitação da experiência concreta e

que entende-se assim como uma espécie de “memória do futuro”. A imaginação tem a liberdade de estruturar e ordenar o seu material de modo diferente da memória, mesmo sustentando-se sempre nela. [...] A imaginação organiza-se de uma maneira mais próxima ao trabalho do sonho e consegue sugerir novas lógicas de causalidades diferentes cujos deslocamentos abrem um outro mundo possível (1991, p. 204-205).

Seguindo o mesmo pensamento que defende o papel essencial do esquecimento na atividade de rememoração, Jô Gondar, em seu texto “Memória, tempo e história”, defende que o que traria problemas para a memória e também para a história não é a presença do esquecimento e sim sua ausência. Ele se torna indispensável na medida em que for concebido de maneira criativa. O esquecimento faz da memória algo em construção. Como afirma a autora:

É o esquecimento do esquecimento que nos conduz a pensar a memória como uma lembrança acabada, ao invés de a concebermos processualmente, como algo em construção. Construção eminentemente social: assim como o lembrar, o esquecimento é um ato social e histórico, e não um fenômeno espontâneo provocado pela passagem do tempo. Ao esquecermos que esquecemos tendemos a naturalizar o esquecimento e a encobrir o devir: o tempo deixa de pensado em sua potência de transformação e transforma-se num caminho de manutenção do mesmo (GONDAR, 2008, p. 97).

É o esquecimento, enfim, que permite reconstruir o passado sob a perspectiva do presente e é dessa condição que nasce o gênero memorialístico que será abordado na sequência. O narrador de memória lida com o passado a partir da realidade do presente, e preenche as lacunas deixadas pelo esquecimento com novos valores a partir de sua recriação/imaginação, sem esquecer, é claro, do contexto social em que está inserido. Entre essa possibilidade do esquecimento e reelaboração dos fatos e a verdade dos mesmos, está a literatura. Como aponta Tânia Regina de Souza em seu livro *A infância do velho Graciliano*:

Entre a possibilidade de esquecimento e a veracidade do resgate da memória impõe-se a literatura que, imbricada ao conceito de arte, admite duas concepções. Uma busca na dimensão semântica do texto a imaginação da realidade e do mundo. A outra fundamenta-se sobre o material no qual a arte está moldada. Em outras palavras, é a possibilidade de perceber na linguagem e suas articulações o transcendente da escritura; seus vínculos externos e vestígios culturais (SOUZA, 2001, p. 33).

Após a exposição de algumas abordagens relacionadas à memória e aos fenômenos que acompanham seus estudos como, por exemplo, o esquecimento, o espaço, o tempo, podemos perceber que falar sobre memória envolve um complexo espaço de reflexão que nos

leva muito além de conceitos que a denominam como um simples armazenamento de dados. Vimos que este conceito não considera aspectos como o distanciamento dos fatos vividos, suas modificações, as experiências e a perspectiva atual do narrador, as impressões do momento do relato, dentre outros. Cabe lembrar também a grande diversidade de enfoque que envolve os estudos memorialísticos dos quais vimos a memória pelo viés da mitologia, da filosofia, da sociologia, dentre outros.

Devido a essa complexidade, nos deteremos nas próximas páginas à abordagem do gênero memorialístico na literatura a partir de conceitos que associam memória individual e memória coletiva, ou seja, estudos voltados para escritos que se constituem como olhar individual sobre a memória coletiva.

Capítulo 2 – Literatura e memória cultural em Alice Vaz de Melo

[...] a reconstituição do passado vivido pela narrativa histórica dá a ver uma temporalidade que só pode existir pela força da imaginação (Sandra Jatahy Pesavento, 2006, p. 20).

Dois recortes ganham destaque neste capítulo: um deles refere-se às grandes contribuições dos estudos pós-coloniais para a reflexão sobre os discursos hegemônicos que envolvem os escritos literários, estudos estes que testemunham as forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social, e possibilita uma análise crítica de conceitos dominantes. Com essas novas possibilidades, a escrita pós-colonial abre espaço para as mais diferentes culturas que ficaram caladas por muito tempo, postas à margem por discursos elitistas. É com essa abertura ao novo, ao diferente, que se torna possível trazer para as discussões acadêmicas escritores ainda não consagrados e inseridos em espaços desconhecidos e com poucos recursos, como é o caso de Alice Vaz de Melo, especialmente por ser mulher em um tempo e local em que as mulheres ocupavam espaços limitados.

O outro recorte está voltado para as relações entre literatura e história, especialmente pelo viés da corrente chamada “Nova História”, que abre seus campos de pesquisa para novas fontes dentre as quais está o texto literário. É dentro dessa relação de complementaridade e intertextualidade que podemos nos voltar para os escritos de Alice Vaz de Melo como possibilidade de reconstruir uma época.

2.1. Sem centro nem periferia: novos olhares para as manifestações literárias

Durante muito tempo, a literatura desempenhou um papel fundamental para a propagação do poder hegemônico europeu sobre as colônias a ele submetidas, porque reproduzia a concepção de superioridade do europeu e de submissão do indivíduo nativo, desprezando a literatura local que é posta numa condição inferior, periférica, marginal, não canônica. Com o passar do tempo, a literatura pós-colonial modifica esse quadro, pois possibilita uma análise crítica da realidade desse povo que está sob o controle e o poder de outra cultura.

A crítica pós-colonial ganhou enfoque e força a partir dos anos 1950, com a estruturação dos estudos culturais e, apesar da reserva e dos debates, tal crítica vem crescendo continuamente, porque permite uma investigação abrangente da relação de poder em múltiplos contatos.

As teorias e críticas pós-colonialistas, cujos estudos apontam para uma sociedade heterogênea, procuram pôr em discussão as relações de poder que fortaleceram ao longo dos últimos séculos a estratificação das sociedades influenciadas pelo processo de colonização. O

discurso pós-colonial manifesta-se contra o discurso colonial na medida em que questiona as relações de dominação e desmascara o poder hegemônico exercido pelo colonizador.

Como aponta Eloísa Prati dos Santos em seu texto *Pós-colonialismo e Pós-colonialidade*:

A literatura pós-colonial não é, portanto, simplesmente aquela que veio depois do império, mas aquela que veio com o império, para dissecar a relação colonial e, de alguma maneira, resistir às perspectivas coloniais. A mudança de poder nas ex-colônias demandava uma descolonização simbólica dos sentidos dominantes, na qual a literatura toma parte relevante. Ao dar expressão à experiência do colonizado, os escritores pós-coloniais procuram subverter, tanto temática, quanto formalmente, os discursos que sustentam a expansão colonial: os mitos de poder, raça e subordinação, entre outros. A literatura pós-colonial mostra as marcas profundas da exclusão e da dicotomia cultural durante o domínio imperial, as transformações operadas pelo domínio cultural europeu e os conflitos delas decorrentes (2005, p. 343).

Constituindo-se como denúncia às relações hegemônicas de poder, os discursos pós-coloniais incluem formas que se estendem desde os discursos feministas e dos grupos minoritários étnicos até o discurso dos grupos periféricos, abrindo espaço para a manifestação das vozes silenciadas. Essa manifestação traz consigo a possibilidade de uma sociedade mais igualitária que desenvolve novas formas de pensamento em que não sobressai nenhum dos extremos, mas dá lugar a um hibridismo cultural que acolhe as diferenças sem uma hierarquia.

São vários os escritores que voltam seus olhares para um novo discurso que desconstrói a ideia de superioridade do colonizador sobre o colonizado e abre espaço para manifestações literárias que provém das “margens”, de lugares até então desconhecidos e desacreditados pela crítica. Eduardo Coutinho é um dos nomes que trazem para a discussão a relação de poder que o discurso colonial envolve, fala do novo espaço que as produções literárias já conquistaram e o visível atraso ainda com relação ao discurso crítico latino-americano.

Em seu texto apresentado no congresso da ABRALIC em 1991, por exemplo, denominado “Sem Centro nem periferia: é possível um novo olhar no discurso teórico-crítico latino americano?”, Eduardo Coutinho discute a questão centro *versus* periferia e coloca em destaque o fato de que a literatura latino-americana originou-se de um contexto de dependência que perdurou por mais de três séculos. O crítico ressalta que a literatura sempre demonstrou, em suas expressões, um alto grau de marginalização que parece ter sido superado

no século XX, depois do “boom” da ficção hispano-americana, quando o fenômeno da exportação literária consolidou-se definitivamente.

A literatura latino-americana, para Coutinho, dá um grande salto no século XX, passando de uma posição de marginalidade em relação à literatura mundial para outra de equilíbrio, na qual o intercâmbio é o eixo central que desfaz as limitações entre centro e periferia. Essa passagem de um sistema hierárquico para a abertura de um diálogo transcultural é marcada pela tomada de consciência dos escritores latino-americanos sobre a importância de suas obras no contexto internacional, sem perder de vista as próprias singularidades. É o que Coutinho expressa no trecho a seguir:

Essa tomada de consciência dos escritores latino-americanos, segundo a qual eles passaram a considerar-se como integrantes de um contexto mais amplo – a tradição literária ocidental – sem perder de vista as próprias singularidades resultantes do contexto histórico-cultural em que surgiram, constitui um dos aspectos mais relevantes da evolução da literatura no continente. Ela assinala a passagem de um sistema hierárquico próprio de qualquer processo de colonização, calcado na dicotomia centro x periferia, para uma situação de equilíbrio, baseada em verdadeiro intercâmbio (1995, p. 623).

No entanto, na concepção de Coutinho, essas modificações se restringem quase que exclusivamente às criações literárias. No que se refere ao discurso crítico, ainda recebe grande destaque a perspectiva eurocêntrica, que se volta para as produções da metrópole como referência e limita-se, salvo exceções, a reproduzir tais discursos.

O discurso crítico latino-americano que, desde o século XIX, pautava-se na importação do pensamento europeu, mantém ainda hoje o olhar voltado para as correntes teóricas daquele lugar, utilizando-se de teorias deslocadas para análises de produções da América Latina, sem a elaboração de um projeto intelectual como norte, ou, ao menos, uma reflexão criteriosa de suas contribuições. Essa atitude, segundo Coutinho, é característica de um pensamento colonizado, que importa a qualquer preço o produto do colonizador e os toma como pressupostos fundamentais na apreciação estética das produções literárias. Esses modismos e “ideias fora do lugar¹⁰” traçam paralelos desvantajosos à literatura latino-americana.

¹⁰ Originalmente, a expressão “ideias fora do lugar” é utilizada por Roberto Schwarz no estudo *Ao vencedor as batatas* (1977). Mencionando a disparidade entre a tentativa de implantação de uma economia liberal europeia em uma realidade de trabalho escravo como a brasileira, o autor questiona a aplicação das ideias europeias – econômicas ou culturais – no contexto brasileiro em sentido impróprio, ou seja, mostra que o pensamento eurocêntrico não contempla a heterogeneidade da história brasileira, e essa utilização inadequada e deslocada não considera as diferenças próprias de cada contexto, de cada história local.

Coutinho aponta dois métodos que contribuíram significativamente para acentuar essas práticas equivocadas: o comparativismo tradicional, que se baseava em noções sacralizadas como fonte e influência, e os modelos universais, que aplicavam de maneira dogmática teorias europeias tidas como universais a qualquer obra literária sem levar em conta seus diferentes contextos. Tais métodos conduzem o estudo por uma via unilateral que supervaloriza o texto da metrópole, visto como fonte/universal, e coloca o outro na condição de devedor/inferior. Esse sistema hierarquizante valida o discurso até então vigente da dependência cultural.

Esses paradigmas tradicionais que colocam o europeu como universal começam a ser questionados, segundo Coutinho, com o aparecimento de duas tendências: o desconstrutivismo e a revalorização da perspectiva histórica. Esta realça a questão do contexto, aquela destaca a noção da diferença. Desses novos posicionamentos, surge a luta contra o eurocentrismo, pondo em xeque um sistema de valores instituído por grupos detentores do poder. Como consequência, os paradigmas tradicionais cedem lugar a construções alternativas, e os estudos comparatistas se lançam na exploração da pluralidade resultante do contato entre colonizador e colonizado. Assim, o texto segundo não é mais o devedor, essa condição dá lugar à reciprocidade e não prevalece mais a relação de fonte e influência, mas o elemento de diferenciação. Assim o crítico elucidava:

Agora, o que se caracteriza como cópia imperfeita do modelo instituído pela cultura central passa a ser visto como resposta criativa, e o desvio de norma valoriza-se pela dessacralização que efetua do objeto artístico. Os critérios até então inquestionáveis de originalidade e anterioridade são lançados por terra e o valor da contribuição latino-americana passa a residir exatamente na maneira como ela se apropria das formas literárias europeias e transforma-as, conferindo-lhes novo viço (COUTINHO, 1995, p. 626).

No entanto, segundo Coutinho, o destaque para a questão da diferença proporcionada pelo desconstrutivismo, ao mesmo tempo em que rendeu importantes contribuições aos estudos da literatura latino-americana, também deu margem a um acentuado ufanismo, donde surge a necessidade de desarticulação do discurso que sustentava o comparativismo, para rearticulá-lo sobre novas bases.

A outra tendência mencionada, a revalorização da perspectiva histórica que chama a atenção para a questão do contexto, trouxe valiosas contribuições para os estudos comparatistas. Dentro desta perspectiva, o comparativismo deve se pautar nas relações das

diferenças com o sistema a que fazem parte e não dar destaque apenas para o elemento diferenciador.

Dessa ênfase na relação das diferenças com o sistema a que pertence é que se origina, segundo Coutinho, o termo “transculturização”, adaptado à literatura por Angel Rama com base nos estudos de Fernando Ortiz. O termo é utilizado para explicar as apropriações que a literatura latino-americana faz de correntes europeias. Esse processo não envolve uma aceitação pacífica do pensamento europeu, mas da transformação dessas ideias com a mescla de tendências existentes no contexto latino-americano, ou seja, trata-se de uma apropriação consciente que abstrai do outro o que é pertinente à própria cultura, num movimento de trocas constantes com perdas e ganhos de ambos os lados. O Antropofagismo pode ser tomado como exemplo desse novo posicionamento.

Para Coutinho, a ausência de uma tradição crítica e a necessidade de criação da mesma não pode adotar um pensamento extremista: nem adotar o pensamento europeu sem uma adequada reflexão e adaptação ao contexto de cada local, nem ignorar as contribuições estrangeiras para o desenvolvimento da crítica latino-americana. Deve sim, opor-se ao etnocentrismo e adotar um discurso alternativo calcado na transculturização. De acordo com Eduardo Coutinho:

Defender a criação de um discurso crítico próprio não significa de modo algum rejeitar o forâneo numa atitude irracional de xenofobia. Trata-se, isto sim, de combater o seu monopólio e de pôr em xeque a *Weltanschauung* etnocentrista de que ele era portador, submetendo-o a uma operação transculturadora à medida do que se vem realizando com os empréstimos literários. Trata-se, em outras palavras, de construir um discurso alternativo que relativize a autoridade do primeiro e seja capaz de estabelecer um diálogo franco, plural e em pé de igualdade com aquele (1995, p. 631).

A transculturização, prática já adotada na literatura latino-americana, deve, segundo o crítico, fazer parte também do discurso crítico literário da América Latina. É por intermédio da transculturização que o discurso crítico poderá deixar de percorrer uma via unilateral de um sistema hierarquizante para uma abordagem dialógica, alicerçada na aceitação das diferenças, onde ambos os discursos – o europeu ou o latino-americano – sejam tomados em “pé de igualdade”, estabelecendo um verdadeiro diálogo de culturas.

Coutinho encerra seu texto reafirmando a desproporcionalidade entre a literatura e a crítica literária latino-americana. Para ele, a literatura tem realizado grandes saltos no processo de transculturização, enquanto que o discurso crítico caminha a passos lentos na construção de uma tradição crítica voltada para o próprio *locus*. Para a crítica, então, urge a

necessidade de um discurso voltado para as realidades do próprio continente e que dê conta de analisar suas produções levando em conta seus contextos de funcionamento e suas relações com o sistema a que fazem parte.

As discussões propostas por Eduardo Coutinho apontam para a relação dialógica de escritores latino-americanos com a tradição estrangeira e convida à reflexão da pluralidade dos caminhos abertos como resultado do contato entre colonizador e colonizado. A produção de Coutinho motiva outros pesquisadores e críticos a pensar sobre a urgência em se desenvolver uma reflexão teórica que tome como ponto de partida ou de referência o *corpus* literário da América Latina e a focar a produção literária a partir de uma perspectiva própria, baseada na realidade do continente, buscando um diálogo no plano internacional.

Outro crítico que faz-nos refletir sobre as relações de poder entre o europeu e as colônias é Walter D. Mignolo. Em seu texto “A Razão Pós-Occidental: crise do ocidentalismo e a emergência do pensamento liminar”, presente no livro *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* (2003), Mignolo mostrará que o ocidentalismo é o poder hegemônico, o cartão postal do mundo moderno e os saberes subalternos constituem o lado obscuro, desvalorizado da modernidade. No entanto, atualmente o ocidentalismo encontra-se em profunda crise, e os saberes subalternos em significativa emergência, abrindo espaço para o aparecimento de um pensamento liminar, de uma razão pós-colonial que prioriza a colonialidade e a diferença colonial.

Mignolo elucida que em meio aos diálogos acadêmicos entre pós-colonialidade e seus equivalentes, surge a crítica do eurocentrismo e do ocidentalismo, além da descentralização da produção de conhecimento até então reservado pelo sistema mundial colonial/moderno à Europa, sistema este que, mesmo com versões iniciais do ocidentalismo não foi capaz de situar as epistemologias não ocidentais no mesmo nível da herança greco-romana. Esta herança é que fornecia as bases da epistemologia e hermenêutica modernas.

Dentro desse imaginário do sistema colonial/moderno, Mignolo contextualiza os termos “pós-modernidade” e “pós-colonialidade”. Para ele:

A pós-modernidade é tanto um discurso sobre a presunção do imaginário da “modernidade” quanto uma caracterização do presente histórico em que é possível tal discurso. Em contraste, a pós-colonialidade (e seus equivalentes) é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do “sistema mundial moderno” e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geohistóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos (2003, p. 136).

Essa reconfiguração geopolítica do conhecimento até então pautada na colonialização epistêmica e na subalternização de todas as formas de saberes que não estivessem calcadas nos cânones dos sistemas eurocêntricos, deve-se à emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica e à crítica da subalternização na perspectiva dos saberes subalternos.

Apesar da ambiguidade em alguns casos de uso da expressão “pós-colonial”, utilizada às vezes de forma confusa ou perigosa, como no caso de referência às situações sócio-históricas ligadas à expansão colonial e à descolonização através do tempo, Walter Mignolo explica que tal discurso contribuiu para a mudança na produção teórica e intelectual do que o autor chama de “gnose liminar”. Assim, o pós-colonial se constitui como parte da gnose liminar, pensamento este que se dá:

A partir e para além das disciplinas e da geopolítica do conhecimento, embutidas nos estudos de área; a partir e para além dos legados coloniais; a partir e para além das divisões de gênero e prescrições sexuais; e a partir e para além dos conflitos raciais. Assim, a gnose liminar é um anseio de ultrapassar a subalternidade e um elemento para a construção de formas subalternas de pensar. Dessa maneira, o “pós” em pós-colonial é significativamente diferente de outros “pós” em críticas culturais contemporâneas (MIGNOLO, 2003, p. 139-140).

Nesse pensamento, a gnose liminar enquanto conhecimento é construída nos espaços liminares, nas fronteiras da diferença colonial, e as perspectivas pós-coloniais provocam uma redistribuição da geopolítica hegemônica do conhecimento, pois apontam para um novo *locus* de enunciação como formação discursivas emergente e como forma de articulação da razão subalterna. Esta é definida pelo autor como resposta à necessidade de se repensar, de reconceituar e reescrever as histórias relatadas a partir de centros hegemônicos que estabelecem conceitos responsáveis pela divisão do mundo entre regiões e povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, conceitos estes que legitimam as produções dos grandes centros e excluem as produções advindas das margens. A razão subalterna é entendida, portanto, como um conjunto diverso das práticas teóricas emergindo *dos* e respondendo *aos* legados coloniais na interseção das histórias locais e dos projetos globais.

A teorização pós-ocidental/colonial e a razão subalterna visionam, segundo Mignolo, reinscrever na história o que foi reprimido pela razão moderna, objetivam pensar a partir da fronteira e sob a perspectiva da subalternidade, uma vez que, dentro dessa perspectiva, a prática teórica é dom e competência de seres humanos e não específica a grupos pertencentes a locais privilegiados.

Desse modo, Mignolo discute e questiona a relação entre locais geohistóricos e produção do conhecimento, entre localização geográfica e localização epistemológica e como essa relação é tecida pela diferença colonial e colonialidade do poder. Essas reflexões apontam para a relação entre o que se teoriza e a partir de onde se teoriza, mostra as implicações de *ser de* e *estar em*. É nesse sentido que o autor sugere que as perspectivas pós-coloniais implicam o reordenamento da geopolítica hegemônica do conhecimento, pois apontam para um novo *locus* de enunciação e constitui um novo sujeito epistemológico que pensa *a partir das e sobre as* fronteiras.

Mignolo também vai discutir a relação entre o conhecimento e sua localização geohistórica. O autor afirma que as diferenças se relacionam com originar-se de diferentes heranças coloniais e estar em diferentes locais geoculturais. Nessa perspectiva, a ideia de modernidade como um período histórico e como *locus* de enunciação que afirma sua própria superioridade, sua hegemonia sobre outras formas de raciocínio, passam a ser questionados pelos discursos e teorias pós-coloniais. Consequentemente, pode-se dizer que a literatura e as teorias pós-coloniais estão construindo um novo conceito de razão como um deslocamento do *locus* de enunciação.

Mignolo conclui o texto com a discussão sobre gênero e colonialidade do poder. Aparece aqui a crítica à dimensão patriarcal da colonialidade do poder. Isso se justifica, segundo o autor, pelo fato de que a introdução do gênero nos estudos culturais coloniais ratifica o rompimento epistemológico visado.

O texto de Mignolo constitui um exercício de descolonização intelectual que redefine e re-significa nossos horizontes políticos e epistemológicos como sujeitos históricos, pois descentra as tradicionais visões sobre o conhecimento e desconstrói o imaginário marcado por uma colonização intelectual eurocêntrica. O autor vai além da crítica à colonialidade do poder e dos processos de subalternização, ele aponta para novos *loci* de enunciação, a que nomeia como “gnose liminar”, ou seja, aponta para uma redistribuição geopolítica até então calcada na colonização do conhecimento e na subalternização de qualquer forma de manifestação que não partisse dos grandes centros. Mignolo também fala dos estudos subalternos numa perspectiva latino-americana para fazer um mapeamento da regionalização dos legados coloniais e dos *loci* de enunciação pós-colonial, revelando a existência de diferentes perspectivas dos estudos subalternos da América latina. Enfim, aponta para um deslocamento do *locus* de enunciação dos centros do sistema colonial/moderno para suas margens, para as fronteiras das diferentes histórias locais.

São essas novas possibilidades de se voltar para diferentes histórias locais, para lugares e produções até então consideradas inferiores e subalternas que permitem a este trabalho trazer ao conhecimento acadêmico uma autora como Alice Vaz de Melo, tanto por ser uma escritora ainda desconhecida pelo cânone literário oficial, quanto por se tratar de expressões que têm como *locus* de enunciação um contexto fronteiro, trazendo para sua escrita um olhar poético e social sobre a formação de um lugar constituído, como veremos em suas crônicas, pela mistura de povos e culturas, um lugar heterogêneo por natureza.

Ainda cabe mencionar que os escritos de Alice tornam-se relevantes para o contexto de sua época e chama a atenção especialmente por se tratar de uma mulher em um tempo e local em que as mulheres ocupavam espaços limitados, o que nos leva a crer que a escritora é uma mulher à frente do seu tempo, preocupada com o meio em que vive e transgressora de padrões convencionais para as mulheres de sua época. Para melhor entendermos essa condição transgressora, faz-se necessária uma breve observação sobre a restrita participação da mulher no meio social e, mais visivelmente, nas produções literárias.

2.1.1. A presença/ausência da mulher na história e na escrita

Falar sobre a presença/ausência das mulheres na trajetória da historiografia não é tarefa fácil, visto que, silenciadas por muito tempo, a elas foi destinada uma partilha desigual da história, da memória, dos relatos, da escrita, como se estivessem invisíveis no tempo durante séculos, ou, ao menos, distantes dos acontecimentos. Nas últimas décadas, no entanto, especialmente a partir dos anos 1980, a temática da história das mulheres vem despertando interesses de muitos estudiosos que visam a inserção do sujeito feminino como agentes históricos e não mais como meros reprodutores de uma história de submissão.

Mas se a história abrange todos os acontecimentos que envolvem a sociedade, como é possível pensar que as mulheres não pertencem à história? A esse respeito, Michelle Perrot, no início de seu texto *Minha história das mulheres*, esclarece:

A questão parece estranha. “Tudo é história”, dizia George Sand, como mais tarde Marguerite Yourcenar: “Tudo é história”. Por que as mulheres não pertenceriam à história? Tudo depende do sentido que se dê à palavra “história”. A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o *relato* que se faz de tudo isso. Os ingleses distinguem *story* e *history*. As mulheres ficaram muito tempo fora desses relatos, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do

tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abismal (2008, p. 16; grifo da autora).

O silêncio mais profundo que envolve o universo feminino está nos relatos da história, fato que ocorre por estes estarem vinculados, por muito tempo, ao espaço público, ambiente destinado apenas aos homens. Às mulheres cabiam os espaços privados: a casa, a família e os trabalhos domésticos eram suas ocupações. Os relatos históricos até o século XIX não fazem questão da presença feminina. Escrita fundamentalmente por homens, ignora-se, quase sempre, o que as mulheres pensam ou sentem, elas são mais imaginadas do que descritas ou contadas propriamente, criando, dessa forma, um quadro de representações e não de sujeitos ativos na realidade social.

Um exemplo do abismo existente entre a mulher descrita pelo imaginário masculino presente na ficção e a mulher na realidade, aparece no texto *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf. Assim a autora elucida:

Uma criatura muito estranha, complexa, emergente então. Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. Atravessa a poesia de uma ponta à outra; por pouco está ausente da história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer rapazola cujos pais lhe enfiassem uma aliança no dedo. Algumas das mais inspiradas palavras, alguns dos mais profundos pensamentos saem-lhes dos lábios na literatura; na vida real, mal sabia ler e escrever e era propriedade do marido (1990, p. 56).

Convencidas de sua função dentro do espaço privado e de sua insignificância em outras esferas sociais, as mulheres destroem seus papéis pessoais: “Queimar papéis, na intimidade do quarto, é um gesto clássico da mulher idosa”, afirma Perrot (2008, p.22), um dos motivos que explica a falta de fontes sobre a existência concreta do sujeito feminino na história.

Por muito tempo, o silêncio se constituiu como regra fundamental dos manuais de bom comportamento destinados ao chamado “sexo frágil”. Oportuno à posição secundária e subalterna ocupada pela mulher, o silêncio caiu bem ao rosto feminino, à desigualdade dos gêneros presentes em diversas esferas. Na esfera religiosa, as mulheres não podiam sequer participar dos momentos de orações nas sinagogas¹¹, “as grandes religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos.

¹¹ Ao considerarmos o processo histórico percebemos que, no caso da igreja, por exemplo, ainda hoje é negado à mulher o direito ao sacerdócio e, conseqüentemente, a trilhar a mesma ascensão permitida aos homens.

A hierarquia do masculino e do feminino lhes parece da ordem de uma Natureza criada por Deus” (PERROT, 2008, p. 83).

O espaço político também era ocupado apenas por homens com seus poderes e supremacia masculina. Como afirma Rita Terezinha Schmidt, em seu texto “Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina”, no século XIX a mulher era vista apenas como expressão de “uma sensibilidade contemplativa e exacerbada, sentimentalismo fantasioso, lampejos de histeria” (1997, p. 188). No mesmo sentido, Perrot, em “Práticas da memória feminina”, explica:

No século 19, por exemplo, os escrivães da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. Se o fazem, quando observam a presença feminina em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular. A visão das mulheres age como um pisca-pisca: elas são raramente consideradas por si mesmas, mas bem frequentemente com sintomas de febre ou de abatimento (2005, p. 33-34).

Nos espaços públicos, especialmente no que se refere aos aspectos econômicos, as mulheres tinham por função apenas representar visualmente a posição social do marido, como ornamentos disciplinados pela moda. Como aponta Perrot:

[...] A cidade do século 19 é um espaço sexuado. As mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica sua aparência, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função significar a fortuna e a posição de seu marido. Protagonistas no verdadeiro sentido da palavra, elas desfilam nos salões, no teatro ou no passeio, e é por suas roupas que os cronistas se interessam (2005, p. 34).

Mesmo na condição de ornamento, não é a todas as mulheres que se destina esse espaço. A função de representar visivelmente a posição do marido cabia às mulheres burguesas, já entre às mulheres do povo, a condição era ainda mais restrita. Por estas, interessa-se muito pouco, apenas quando ameaçam com seus murmúrios as convenções sociais. Os modos de observação das mulheres, portanto, obedecem a critérios de ordem e papel, e estão ligados às suas condições, ao lugar na família e na sociedade. Quando aparecem no espaço público, são estereotipadas, qualificadas, quase sempre, como histéricas.

Essa sujeição ao sistema tradicional patriarcalista mantida nas diversas relações sociais e construída com base em valores culturais, econômicos, religiosos, comportamentais, dentre

outros, está presente até mesmo na vida privada. Na família, as mulheres eram educadas para serem “boas” esposas/donas de casa, cabia a elas dedicar-se exclusivamente ao marido e aos filhos, enfim, aos afazeres domésticos.

Quanto à escrita, às mulheres cabiam os arquivos privados: diários íntimos, cartas familiares, autobiografias, gêneros que se tornam mais adequados às mulheres exatamente por sua natureza privada, mas destes registros mantiveram-se poucos devido ao caráter subalterno e olhar inferior que os escritos das mulheres recebiam. Uma correspondência quase nunca era publicada, a menos que retratasse a vida dos grandes homens.

Os registros femininos estão intimamente ligados também à sua condição social. É o que explica Perrot:

Assim, os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração, da encenação propriamente dita do teatro da memória. Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado das mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição (2005, p. 39).

Cabia-lhe, portanto, uma memória voltada para a família: conservar os traços da infância, o culto dos mortos, o cuidado com os túmulos, transmitir as histórias de família, dentre outras atividades voltadas para o íntimo, para o privado. “Na rememoração, as mulheres são, em suma, as porta-vozes da vida privada” (PERROT, 2005, p. 42).

Na literatura, especialmente no que se refere às produções clássicas já reconhecidas, a realidade não difere do contexto social, o papel secundário e a subordinação ao sistema patriarcalista mantêm as produções femininas distantes da grande diversidade de obras que constituem o cânone literário. Sobre isso, Navarro, em seu texto “Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea”, comenta:

Uma das razões desse silêncio é que a literatura produzida por mulheres foi sempre considerada “feminina”, isto é, inferior, preocupada somente com problemas domésticos ou íntimos e, por isso, não merecendo ser colocada na mesma posição da literatura produzida por homens, cujo envolvimento com questões “importantes”, isto é, com a política, história e economia foi sempre assumida sem discussão. O resultado disso é que editores ansiosos por publicar obras escritas por homens não se dispunham a fazer o mesmo com as mulheres romancistas (1995, p.13).

Virginia Woolf, no texto já citado, aponta outro fator que contribuiu para o anonimato da autoria do sujeito feminino nas produções literárias: as mulheres, ao longo da história de dominação dos homens, não escreveram porque a elas não foram dadas condições materiais, especialmente para que fossem instruídas e para que tivessem a vivência dos homens que circulavam pelas ruas, pelos cafés, nas guerras. Nas palavras de Woolf:

A liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não apenas nos últimos duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres têm tido menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, portanto, não têm tido a menor oportunidade de escrever poesia (1990, p. 131-132).

Mas é com a literatura, especialmente a partir dos estudos de Philippe Lejeune acerca da literatura confessional, que as possibilidades de inserção dos diários femininos e os relatos da vida privada se ampliam em grandes proporções, e abre espaço para um maior conhecimento do universo da escrita feminina e de uma representação a partir de suas próprias visões, não mais com o olhar do outro – do sujeito masculino.

O nascimento de uma história das mulheres ocorre, segundo Perrot no texto *Minha história das mulheres*, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos por volta dos anos de 1960 e dois séculos mais tarde na França. A autora aponta alguns fatores que contribuíram para o aparecimento da mulher nas ciências humanas: como fator científico, aparece a crise dos sistemas de pensamento como o marxismo, por exemplo, por volta de 1970, o que faz com que a história alie-se à antropologia e redescubra a família e, com ela, novos personagens, dentre os quais está presente a mulher. Dos fatores sociológicos se destaca a presença das mulheres nas universidades, quase um terço das matrículas em 1970. Nos fatores políticos, sobressai o movimento de liberação das mulheres, a partir de 1970, que pretendia criticar os saberes tidos como universais pelo seu caráter hegemônico.

Outro fator que contribui para a inserção da mulher nos relatos históricos é a construção da chamada “Nova História”, já mencionada anteriormente. A Escola dos Anais não coloca a mulher no centro de suas preocupações, mas, ao passar do espaço político para o social, dá lugar aos estudos sobre a vida privada e se volta para temas que incluem as mulheres na história. Como aponta Losandro Antonio Tedeschi, no texto “As mulheres e a história: entre a invisibilidade e o protagonismo nas narrativas históricas”:

O nascimento de novas abordagens e perspectivas na história com a fundação dos *Annales*, em 1929, traz consigo uma nova agenda que conquistará um espaço fundamental para emergência da história das mulheres: a crítica às narrativas históricas tradicionais, da história factual particularmente política ou econômica; a procura de colaboração com outras ciências; a substituição da história simplesmente narrada, pela história reflexiva (2012, p. 143).

Mas é com as contribuições dos estudos de gênero nas últimas décadas para a historiografia tradicional e com as lutas íntimas realizadas pelas mulheres, desde o século XIX e de forma mais expressiva a partir do século XX, que novos caminhos se abrem para a obtenção de direitos sociais e políticos. Mudanças estas que se efetivam com o feminismo que aparece como reivindicação da igualdade da mulher, questionando a supremacia masculina. Esse movimento, especialmente a partir de 1960, põe em xeque os padrões sociais em vigor. Sobre as contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres no protagonismo da história, Tedeschi, no texto supracitado, menciona:

A crítica ao estatuto marginal à qual a abordagem histórica tinha confinado as mulheres e a consciência que a história de mulheres se desenhava, sobretudo, na ausência e no silêncio que as envolvia, levaram o movimento feminista desde a década de 1960 a lutar pela necessidade de visibilizar as mulheres e o seu protagonismo na história. O silêncio e a ausência teriam de ser rompidos através da militância do movimento feminista, buscando visibilizar o protagonismo e a sua marca, apagadas pela cultura androcêntrica no decurso dos acontecimentos históricos (2012, p. 143-144).

Juntamente com o movimento feminista e os estudos de gênero que buscam rever o posicionamento da mulher dentro das estruturas sociais, os estudos pós-coloniais também visam discutir aspectos relacionados à presença feminina na produção histórica e à reorientação das análises de obras produzidas por mulheres. Essa preocupação busca revisar produções excluídas da historiografia tradicional, bem como do cânone literário. Na estreita relação entre os estudos pós-coloniais e o feminismo, os discursos são convergentes. Como aponta Bonnici e Zolin (2009, p. 266): “O objetivo dos discursos pós-coloniais e do feminismo, nesse sentido, é a integração da mulher marginalizada à sociedade”.

Dessa forma, os discursos pós-coloniais e feministas identificam-se no objetivo de integrar a mulher marginalizada à sociedade e substituir as estruturas de dominação, o que contribui para o desmascaramento dos fundamentos masculinos no cânone literário. Essas transformações se refletiram na literatura, dando abertura para várias escritoras questionarem os valores hierárquicos patriarcais que desenvolviam nas mulheres características como:

obediência, humildade, docilidade, bondade, cordialidade, traços estes impostos por normas sociais e culturais que permitem fácil dominação.

No entanto, embora a participação das mulheres no domínio político e econômico tenha se ampliado, essa não é uma realidade que abrange todos os contextos de forma igualitária. Na América Latina, por exemplo, esse acesso ainda se faz bastante restrito. A esse respeito, Navarro explica:

Embora as chances de participação das mulheres nas esferas políticas e econômicas da sociedade tenham sido levemente modificadas em tempos recentes, quando se examinam evidências empíricas, ainda se pode afirmar que a mulher latino-americana em geral ainda permanece em silêncio, sem voz e usualmente sem acesso a práticas discursivas políticas e culturais. (...) Considerando tal contexto, é extremamente importante estudar as obras de escritoras latino-americanas, discutindo como elas rompem a regra do silêncio imposto à mulher e desafiam, portanto, a construção social tradicional do sujeito feminino (1995, p.14).

Nesse sentido, as produções de Alice Vaz de Melo constituem-se como transgressão a essa ordem patriarcalista que silencia a voz feminina, visto que seus escritos são exemplo de uma participação ativa na vida da sociedade a qual pertencia. A autora, como poderemos ver mais adiante, era uma figura atenta a seu tempo, preocupada com o meio social e cultural de sua época. Com seu comportamento incomum às mulheres do seu tempo e de seu lugar – uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul, Alice, com suas denúncias, críticas, ou até mesmo com a romantização da história da cidade de Ivinhema e exaltação dos seus moradores, tornou-se uma figura expressiva e visivelmente de grande importância para a construção histórica e cultural de sua região. Alice transgride não apenas as leis do silêncio, mas também modifica o lugar de onde e para quem se fala: trata-se de uma mulher, nos anos de 1970, falando sobre política e cultura. Ela adquire voz e vai além dos espaços privados destinados às mulheres de seu tempo, adentra, e com bastante expressividade, os espaços públicos que, até então, pertencia ao sujeito masculino.

2.1.2. Sobre a autora

Também é indispensável para compreender a relevância de Alice Vaz de Melo e suas produções dentro do contexto em que estava inserida, a apresentação de uma biografia da autora e do lugar em que viveu a fim de contextualizar seus escritos, situá-la no tempo e no espaço para, assim, perceber a importância de sua obra dentro da construção histórica da

pequena cidade por ela retratada. Também é relevante mencionar sua vasta produção e as contribuições e importância das mesmas para a formação cultural de Ivinhema e, conseqüentemente, de Mato Grosso do Sul, visto que suas produções, especialmente as crônicas publicadas em *O grito*, narram fatos ocorridos antes de um período de transição histórica para a região, isto é, o desmembramento de Mato Grosso, ocorrido em 1977, com a conseqüente criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Filha única de Etelvina e Sebastião Vaz de Melo, Alice Vaz de Melo nasceu em 1938 e viveu no Vale do Ivinhema por volta dos anos 1960, a princípio no distrito de Amandina e mais tarde no centro da cidade, onde atuou diretamente na formação cultural do município, fundado em 1963, trabalhando como professora de séries iniciais.

Seu pai, descendente de italianos, era proprietário de um armazém e o tio, José Vaz de Melo, viria a ser mais tarde grande proprietário de terras naquele local. Sua mãe, portuguesa de nascimento, era de tradição religiosa, o que não foi suficiente para fazer de Alice pessoa fiel às tradições e ao moralismo da época. Prova disso foi seu casamento que durou cerca de três meses e os romances que vivenciou com importantes personalidades daquele lugar, um deles retratado em textos avulsos com aspectos de diário e intitulados *Em busca da mais gelada* e *Decisão*, que serão apresentados no terceiro capítulo deste trabalho.

Até sua morte, em 1996, aos 58 anos de idade, Alice produziu uma obra relativamente vasta para a época e até hoje desconhecida do público leitor sul-mato-grossense. Sua produção literária abarca gêneros como romance (*A dama da morte*, de 1968, já esgotado, e *O enterro*, descoberto há pouco), conto (inéditos e assinados com pseudônimos, motivo que os tornaram desconhecidos até mesmo da própria família), diário (obra que se perdeu em um incêndio), dois livros infantis e uma história em quadrinhos, que também se perderam no incêndio, crônicas (presentes na sessão “Umas e Outras” do jornal *O grito*, do qual participou como colunista entre os anos de 1970 e 1971 – parte do jornal também se perdeu devido à ação do tempo, mas o restante se encontra nos arquivos da Fundação Nelito Câmara, em Ivinhema). Além da literatura, dedicou-se à pintura (realizou trabalhos nas artes visuais, pinturas em telas de Brin, produções que se acabaram, visto que seus trabalhos eram repintados até se deteriorarem).

Alice desempenhou papel notório na formação daquela cidade, em grande parte por seu olhar atento aos acontecimentos e preocupação com o desenvolvimento sócio-histórico-cultural da região, bem como com a preservação do patrimônio cultural, dos bens públicos daquele lugar. Exemplo disso são as crônicas que denunciam os problemas de sua época e

alertam para os cuidados necessários e as providências cabíveis à conservação da memória coletiva de seu povo.

As produções de Alice Vaz de Melo se destacam, ainda, como fonte de informações para a história de Ivinhema por retratar os primeiros passos da chamada “cidade menina” e, até mesmo, os acontecimentos anteriores à sua emancipação como, por exemplo, a chegada dos primeiros trabalhadores, a derrubada das matas, as primeiras construções, e tantas outras conquistas decorrentes do progresso da região em desenvolvimento.

Para melhor contextualizar os relatos da autora sobre a região, é válido mencionar os primeiros acontecimentos históricos da formação da cidade de Ivinhema a partir de seu processo de colonização e durante o período correspondente aos escritos de Alice Vaz de Melo.

2.1.3. Primeiros passos de Ivinhema

Localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, na região da Grande Dourados, à margem direita do Rio Ivinhema, o município de Ivinhema¹² é limitado ao Norte pelo Ribeirão Piravevê, divisa com o município de Angélica, a Sul pelo Rio Guiray, divisa com o município de Jateí, a Leste pelo Rio Ivinhema, divisa com Nova Andradina, e Oeste, divisa com Deodópolis.

Com extensão de 2.491,67 Km², Ivinhema é fruto de duas colonizações: a primeira tem início em 1955, com a Imobiliária Sul de Mato Grosso e não alcança grande sucesso. Desta restaram algumas propriedades de pequena área e uma povoação com lento desenvolvimento que tem como núcleo Amandina, localidade que se tornará mais adiante distrito de Ivinhema. A segunda inicia-se em novembro de 1957, quando o empresário paulista Reynaldo Massi adquire grande quantidade de terra no Estado de Mato Grosso e constrói a empresa SOMECO S. A. (Sociedade de Melhoramentos e Colonização), que tem como função orientar os estudos da região, planejar as áreas sob sua responsabilidade, traçar programas para sua infraestrutura e utilização racional das terras. Essa área, a princípio, foi adquirida por Reynaldo Massi, empresário que visava construir e implantar uma cidade naquele local, motivo pelo qual a empresa é criada.

A primeira derrubada da mata virgem, ainda a golpes de machado, foice e outras ferramentas manuais, ocorre em 1960 pelos primeiros trabalhadores vindos do Paraguai. Em

¹² Como fonte de consulta para a contextualização histórica de Ivinhema, foi utilizada uma série de textos esparsos pertencentes ao arquivo da empresa SOMECO S. A. e cedidos para esta pesquisa em maio de 2013.

1962, são abertas as glebas Cristalino, Itapoã e Vitória, e em 1963 o Bairro Piravevê é colocado à venda, momento em que se constrói a primeira casa do setor urbano.

Como resultado do progresso da região, o governo estadual de Mato Grosso¹³ sanciona a Lei nº 1.949, em 11 de novembro de 1963, criando o município de Ivinhema, até então comarca de Dourados. O município foi instalado efetivamente apenas no dia 24 de abril de 1965, ano em que, sob a administração do primeiro prefeito, Carlos Alberto Correa Leite, um dos pioneiros daquele município, entra em funcionamento a prefeitura de Ivinhema.

Em 1964, passa a funcionar o Grupo Escolar de Ivinhema, primeira escola de primeiro grau da cidade sob o domínio particular da Someco, com a nomeação de quatro professoras, dentre as quais está Alice Vaz de Melo. Nesse mesmo prédio, por falta de instalação própria, entra em funcionamento o Ginásio Estadual de Ivinhema. O curso tem abertura em 1968, com 56 alunos, turma que se encerra em 1972, dentre os quais novamente está Alice Vaz de Melo. No ano de 1966, nove escolas rurais são criadas, ano em que também se inaugura o primeiro cinema.

Em setembro de 1967 é inaugurado o primeiro órgão estadual de Ivinhema, Acarmat (Associação de crédito e assistência rural de Mato Grosso do Sul), que ao longo do tempo passou a se chamar Empaer, Idraterra e finalmente Agraer, como hoje em dia é conhecido. No dia 11 de novembro de 1969 entra em funcionamento a biblioteca municipal.

Em 19 de setembro de 1977 é criado o distrito de Amandina pela Lei nº 3.910 e anexado ao município de Ivinhema. Mais tarde, pela Lei nº 4.004, de 30 de junho de 1978, e com a presença do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian, é criada a comarca de Ivinhema, abrangendo o município de Angélica, que se desmembrará de Ivinhema em junho de 1988.

Muitas dessas informações e acontecimentos aparecem nos escritos de Alice Vaz de Melo, uma das razões pela qual o próximo item tratará das relações entre literatura e história, e as contribuições que os textos literários possibilitam aos relatos históricos. Mas não é apenas a essas informações já mencionadas que se limita o texto literário, ele vai muito além dos simples relato dos acontecimentos. As produções de Vaz de Melo trazem as marcas dos costumes de uma época, dos anseios de um povo, das lutas e dos problemas enfrentados por aquela gente, revelam formas de pensar e de agir, fatos que permitem a reconstrução de uma época por um viés que vai além de dados informativos.

¹³ Até 1977, Ivinhema pertencia ao Estado de Mato Grosso. Com o desmembramento do Estado e consequente criação de Mato Grosso do Sul, Ivinhema passa a compor os municípios do Estado recém-implantado.

2.2. A literatura de Alice Vaz de Melo: a possibilidade de reconstruir uma época

A relação entre história e literatura, ligação visível nos textos de Alice Vaz de Melo, nem sempre apresentou convergências discursivas. Por muito tempo, acreditou-se que seus caminhos e fins eram opostos, apresentavam discursos divergentes: para a história, cabia a verdade científica, enquanto a literatura restringia-se a formas artísticas alicerçadas na ficção, no fantástico, no maravilhoso. Constituíam, portanto, polos antagônicos: verdade e ficção.

Os paradigmas de verdade e ficção, no entanto, sofreram um rompimento com a contestação da história como verdade, que ocorreu desde o século XIX e, de forma mais sistemática, no século XX com a Escola dos Anais, que passou a questionar a historiografia tradicional, segundo a qual a história era relatada como uma crônica de acontecimentos.

Com a “crise dos paradigmas”, o discurso histórico sofreu um grande abalo e, aos poucos, foi perdendo sua condição de pensamento autônomo e autolegitimador, o que desestabiliza o distanciamento até então existente entre as duas possibilidades de narrativa, a histórica e a literária.

Assim, os laços entre ambos os discursos se estreitam e vários estudiosos passam a dedicar-se aos estudos de tais relações e a discutir o diálogo da história com a literatura. É o caso, por exemplo, da historiadora Sandra Pesavento. Para ela, “literatura e história são narrativas que tem o real como referente para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativa, são representações que se referem à vida e que a explicam” (2006, p.14).

De acordo com essa concepção, o historiador e o literato comungam de um mesmo trajeto, ambos caminham na trilha do imaginário, já que este caminho aceita as duas formas de apreensão do mundo: a lógica, que compõe o conhecimento científico, e a conceitual, correspondente ao conhecimento sensível, e se constitui, segundo Pesavento, como um sistema de representação sobre o mundo que, sem se confundir com a realidade, coloca-se em seu lugar e tem nela seu referente.

Dessa forma, a história, que antes era vista como verdade científica, passa agora à construção de uma experiência, que reconstrói uma temporalidade e a transfere em narrativa. A literatura, por sua vez, de uma simples ficção, passa a ser uma impressão da vida, que revela e insinua verdades, tornando-se capaz de reconstruir a história e dar significado aos acontecimentos por meio de representações do que poderia ter sido. Ambas trabalham com a

interpretação da realidade, mas enquanto a história tem a intenção de se aproximar da verdade, a literatura não apresenta essa preocupação.

Tendo em vista esse novo olhar voltado para os possíveis traços convergentes e até mesmo complementares entre história e literatura, as crônicas de Alice Vaz de Melo, publicadas na sessão “Umas e Outras”, do jornal *O Grito*, entre os anos de 1970 e 1971, faz um levantamento de algumas representações históricas ocorridas nesse período. Tal discurso se faz pertinente à medida que revela a complexidade de textos literários ricos em aspectos histórico-identitários sobre a formação e desenvolvimento de uma pequena cidade do interior de Mato Grosso de Sul, fato que se deve ao envolvimento social, histórico e cultural da autora com seu tempo e seu lugar, preocupações estas que a fizeram destacar-se e ser ouvida dentro de um espaço ainda desconhecido e com poucos recursos, especialmente por ser mulher em um tempo e local em que as mulheres aparecem apenas como uma “leve sombra” das narrativas tradicionais.

A proposta de um novo paradigma histórico que contesta a historiografia tradicional pode ser discutida pelo viés da corrente chamada “Nova História”. Esta, segundo Peter Burke, originou-se associada à já mencionada Escola dos Anais, que propõe uma história mais abrangente, opondo-se ao paradigma tradicional da historiografia.

Definir a Nova História não é tão simples. A maneira mais viável de compreendê-la é percorrendo um caminho contrário, observando o que ela não é, como o fez Burke em seu livro *A Escrita da História*, publicado originalmente em 1991. Para ele, “A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional” (BURKE, 1992, p. 10). Ela tem como propósito a descentralização dos contextos, dos personagens e dos fatos até então predominantes, a flexibilização dos cânones historiográficos e, por consequência, a ascensão dos discursos locais, periféricos, dos excluídos.

Peter Burke diferencia a história tradicional da Nova História em seis pontos: 1) o paradigma tradicional diz respeito somente à história política nacional e internacional, excluindo a regional, já a Nova História interessa-se por toda atividade humana, enfatiza uma história total onde tudo pode ser analisado pelo viés histórico: a infância, a morte, o clima, dentre outros. Esta última elimina a diferença entre o que é central e o que é periférico na história; 2) a história tradicional pensa na história enquanto narrativa dos grandes fatos, como monumento, a Nova se preocupa com a análise das estruturas. Não se rejeita totalmente os acontecimentos, mas os aspectos estruturais dos fatos são mais fortes; 3) a historiografia tradicional olha de cima, apresenta uma visão elitista, a Nova olha de todos os ângulos

possíveis, é plural. Enquanto a primeira se preocupa com os feitos dos grandes homens: presidentes, reis, generais, a segunda inclui as pessoas comuns, a cultura popular; 4) a abordagem tradicional aceita apenas documentos oficiais como fonte, a Nova recebe fontes diversas, incluindo testemunhos do povo para garantir que a história não se dê apenas do ponto de vista oficial. Aqui literatura também pode ser utilizada como uma fonte histórica; 5) o historiador tradicional apresenta perguntas diretas e oferece explicações por meio da vontade do indivíduo histórico, já a nova história realiza um confronto entre os movimentos coletivos, as ações individuais, as tendências, os acontecimentos; 6) o historiador tradicional vê a história como uma ciência objetiva preocupada em descrever os fatos, o novo acredita que a realidade é relativa, lança uma desconfiança sobre a razão pura e o mundo é percebido como uma convenção. Graças à Nova História, deixa-se de acreditar que o historiador conta sempre uma verdade (Cf. BURKE, 1992, p. 10-15).

O novo paradigma historiográfico pensa os caminhos da história e sua produção. A narrativa não se prende nem à superficialidade dos acontecimentos, nem à rigidez temporal de um discurso analítico. Para tanto, Peter Burke acredita na necessidade de densificação da narrativa com a integração de quatro pontos como solução: a narração da história de populares no tempo e no espaço e a discussão/análise do impacto social que elas provocam; utilização de várias vozes com o intuito de captar os conflitos existentes; escrever a história de frente para trás, observando o peso do passado; e, por fim, relacionar estrutura com acontecimento.

Essa nova possibilidade de produção aproxima o trabalho histórico do fazer literário, pois as narrativas ficcionais apresentam suporte para direcionar o olhar do historiador para caminhos não percebidos em outras fontes. Por meio de fatos criados pela ficção, as narrativas literárias revelam e insinuam as verdades da representação ou do simbólico, registram a vida e, por isso, mostram-se como um notório e recorrente testemunho de seu tempo e podem ser analisadas como fontes documentais. Como aponta Pesavento:

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegoricamente. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu (2006, p. 22).

A literatura não se constitui como fonte enquanto dados acontecidos, mas como representação de uma sensibilidade, como registro dos sonhos, medos, costumes individuais e coletivos, enfim, da vivência em certo momento histórico. Ela permite pensar com mais liberdade, pensar as pistas, as possibilidades.

A Nova História, a partir de suas contestações ao tradicionalismo histórico e suas preocupações em tornar as produções históricas mais abrangentes, abre seu campo de pesquisa para servir-se de novas fontes e objetos, dentro dos quais está o texto literário com toda sua riqueza de “verdades ficcionais”.

Assim, as crônicas de Alice Vaz de Melo mostram-se como exemplos de um contexto no qual as fronteiras entre o literário e o histórico perdem os seus limites. Vaz de Melo traz em suas narrativas literárias as representações do espaço, dos costumes, dos anseios da realidade de uma época. Conta os acontecimentos gerados pelo desenvolvimento de Ivinhema – uma pequena cidade do interior de Mato Grosso do Sul ainda em seus primeiros anos de emancipação – e aponta para as causas e consequências dessas transformações. São textos que apresentam um recorte histórico coletivo a partir do olhar individual de uma figura atenta ao seu tempo, preocupada com o meio social em que vive e com perspectivas de um futuro promissor.

Para ilustrar essas contribuições das crônicas de Alice Vaz de Melo para a construção histórica da formação de Ivinhema, tomemos alguns trechos da crônica publicada no dia 11 de novembro de 1970, na coluna “Umas e outras” do jornal *O grito*, data em que se festejavam sete anos da emancipação da cidade. De um modo geral, este texto relata os acontecimentos que envolvem a formação e o desenvolvimento da cidade de Ivinhema com dados que sugerem as origens dos grupos que ali se estabeleceram antes mesmo da emancipação daquele lugar, quando ainda os primeiros colonos fixaram residência e as transformações por que passou a região até o momento da narração dos fatos. Descrevem também os costumes, alguns hábitos da sociedade da região à época, a paisagem e até mesmo os problemas enfrentados e as vitórias conquistadas por seus moradores.

As comemorações do aniversário do município dão ensejo a uma inspirada crônica na qual a diarista pretende fazer um “balanço” do que teria mudado ao longo dos sete anos de emancipação política de Ivinhema (entre novembro de 1963, data da autonomia, e novembro de 1970, data da publicação da crônica). Vejamos como o texto se inicia:

Parece que foi ontem... O ruído dos machados, o grito aflitivo das araras, a algaravia dos peões paraguaios, os ranchos junto ao Ponta Porã, a estrada

para a Gleba Azul que era apenas um nome e nada mais. E quem não se lembra ainda de quando a chaminé da Serraria Piravevê se tornou um marco em meio aos troncos calcinados? Motivo de orgulho para uns e de escárnio e desgraça para outros? [...] Sete anos... Fazem sete anos que nos trouxeram notícia de sua emancipação política à 11 de novembro de 1963. E quantos não acreditaram na sua sobrevivência? Para esses é a lição viva de uma terra bendita da terra prometida!

Esta crônica sobre o aniversário e emancipação da cidade relembra fatos do passado e compara Ivinhema em duas épocas diferentes: a da emancipação política e após sete anos de crescimento. A evocação da construção (“ruído dos machados”) e do desenvolvimento do lugar (os “ranchos” e os “peões paraguaios”, a chaminé da Serraria, etc.) dá margem a questionamentos relativos não apenas ao passado e à forma como esta ocupação e desenvolvimento se deram, mas também a preocupações quanto ao presente e ao futuro de um lugar que, em sua visão, constitui-se no “solo sagrado” de uma “terra prometida” e que, portanto, merece, além da homenagem sugestionada pela data comemorativa, uma reflexão profunda da comunidade em relação a tudo que se podia/pode esperar da cidade e dos habitantes, características presentes na importância dada à conservação da memória coletiva e social de Ivinhema.

A sugestão de reflexão sobre o progresso da cidade é direcionada especialmente àqueles que não acreditaram no sucesso de suas atividades iniciais, como se pode notar na sequência da mesma crônica:

Nós que a conhecemos sem armazéns, sem escolas, sem ônibus, sem correio, sem conforto algum, nós a saudamos hoje, com o coração cheio de alegria e embevecimento, com a alma repleta do justo orgulho daqueles que a viram crescer ou que estão crescendo juntos. [...] Foram sete anos de trabalho, de luta, de esperança. E para aqueles que com seu pessimismo pretenderam abafar a nossa fé em Ivinhema, o exame de consciência, e balanço obrigatório: Ginásio, ACARMAT, cinema, cafeeiros produzindo, soja, trigais, Banco, estradas! E as glebas que eram apenas nomes e mapas que não convenciam? Elas estão aí para provar que somos o que seremos, para provar que aqui só ficam as pessoas de fibra, de coragem, de brio!

A menção às conquistas de Ivinhema (Ginásio, cinema, cafeeiros, soja, Banco, etc.) aparece não apenas como evidência de que o descrédito de alguns pessimistas que “pretenderam abafar nossa fé” não abalou o empenho daqueles que lutaram/lutam pelo progresso da cidade, mas também como demonstração da esperança na construção de um lugar que traga orgulho àqueles que se empenham e festejam seu crescimento. O louvor aos

responsáveis por essas conquistas é indício do afeto, envolvimento e preocupação de Alice com o meio em que vive, lugar em “que só ficam as pessoas de fibra, de coragem, de brio”.

As crônicas de Alice são, como observamos no texto tomado como exemplo, fontes de conhecimento, o retrato de um determinado tempo e lugar que, por meio do olhar individual da autora, capta a essência de sua época. São textos que trazem as marcas da vida de uma sociedade e dos costumes da região, representam o espaço histórico da colonização e desenvolvimento de sua cidade. Elas narram os acontecimentos históricos e os costumes do período de colonização e desenvolvimento da cidade de Ivinhema, fato este que vem comprovar que os textos literários podem ser fontes riquíssimas para o historiador, que dá acesso privilegiado a possibilidades de leitura que outras fontes não dariam.

Alice, com seu olhar crítico, revela verdades e possibilidades do contexto de sua época. Seus textos expressam formas de pensar e agir, exprimem uma postura de comportamento e sensibilidade que torna possível pensar a literatura na relação com a história como um evidente testemunho de seu tempo, comprovando que a literatura, pode sim ser utilizada como possibilidade de conhecimento do mundo, como configuração dos costumes, comportamentos, sonhos, angústias dos homens sempre em movimento dentro de um certo momento da história. Possibilidades estas que se devem ao fato de a literatura trazer em si o privilégio de pensar o passado e anunciar o futuro.

É visível, dentro dessas representações, o papel fundamental que a memória exerce, recurso que, mesmo embebido por impressões particulares de um acontecimento coletivo, é responsável por trazer presente os conhecimentos adquiridos previamente. Nas crônicas de Alice, a memória se destaca com mais visibilidade no texto sobre o aniversário da cidade onde a autora relembra os acontecimentos ao longo de sete anos de transformação (anexo, p.133).

Capítulo 3 – A literatura de Alice Vaz de Melo: o olhar individual de uma memória coletiva

A cidade pode ser representada de diversos modos, através da sua descrição, a pintura de um dado espaço urbano pode ser uma forma distinta de representação, os adjetivos que qualificam esta ou aquela cidade por um grupo social podem revelar que representações são construídas em torno de uma espacialidade específica, neste caso, as cidades. Um outro exemplo, este mais restrito porque se dá no plano individual, é a forma como alguns autores representam em suas obras, a cidade ou as cidades que fazem parte de sua identidade principalmente estabelecendo laços de afetividade, perplexidade em relação às mudanças e diversas nuances que dizem respeito, tanto à forma, como à vida em suas intensas metamorfoses (Valéria Cristina Pereira da Silva, 2001, p. 77).

Diante das relações entre história e literatura já abordadas, a reciprocidade de contribuições que ambos os discursos apresentam, o papel fundamental da memória nesse processo e o auxílio que esta recebe da imaginação, por preencher os espaços vazios deixados pelo esquecimento, passemos a observação de alguns textos de Alice Vaz de Melo. Ganha destaque nas páginas seguintes as crônicas publicadas no jornal *O Grito*, principalmente as que discutem aspectos culturais e históricos do desenvolvimento de Ivinhema, aspectos estes ligados à vida comunitária, como a conservação dos cinemas e de outros bens públicos.

Um dos objetivos deste estudo, ao se reportar às crônicas da autora, é o de perceber a participação de tais textos na formação histórica e cultural de Ivinhema através, por exemplo, da interação da autora com os leitores do jornal, visto que os textos de Alice Vaz de Melo se constituem como importante testemunho do período de formação de sua cidade, uma vez que trazem as marcas da convivência do grupo social daquele lugar e as experiências dessa relação por meio das impressões da autora dentro da memória coletiva, e se enriquece na medida em que aproxima o passado do momento presente – memória e consciência – para uni-lo ao futuro e, assim, construir uma identidade histórica que traga em si as marcas construídas por cada contexto sócio, histórico e cultural.

Ganha enfoque na sequência um olhar voltado para o recente destaque que o gênero memorialístico, até pouco tempo inferiorizado em relação aos demais gêneros, adquiriu nos estudos literários. Reconhecimento que é, em grande proporção, mérito de Philippe Lejeune em seus vários anos de dedicação aos estudos dos diversos subgêneros que compõem a literatura confessional, dentro os quais está o diário. São nesses estudos que nos apoiaremos para analisar os dois textos íntimos que também fazem parte desse capítulo.

3.1. Memórias do Vale do Ivinhema nas crônicas de Alice Vaz de Melo

Terão destaque aqui as singularidades presentes nos escritos de Alice Vaz de Melo com o intuito de caracterizar sua técnica e perceber os traços memorialísticos presentes em cada texto. Antes, porém, de passarmos à observação e análise desses escritos, torna-se pertinente a este estudo uma pausa para destacar os traços que caracterizam a crônica, nos quais nos apoiaremos para classificar o gênero utilizado pela autora.

A crônica, a princípio, era um recurso textual utilizado para registrar os acontecimentos e fatos históricos. Só a partir do século XIX, com a difusão da imprensa, é que a crônica ganha sentido literário. Gênero bastante antigo, nasce da necessidade de relatar

os fatos e preservá-los na memória. No sentido etimológico, o vocábulo liga-se à definição original da palavra grega *chronos*, que significa “tempo”. Como aponta Massaud Moises no sexto capítulo do livro *A criação literária*:

Do Grego *chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), pelo latim *chronica* (*m*), o vocábulo “crônica” designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. Situada entre os anais e a História, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los (1983, p. 245).

Também o autor José Couto Vieira Pontes, no terceiro capítulo do livro *Histórias da literatura sul-mato-grossense*, fala sobre a etimologia da palavra, a origem desse gênero textual e traça algumas características atribuídas à crônica. Assim ele observa:

A crônica é um gênero literário muito antigo. Do grego KRONOS (tempo), encontramos-na nas produções literárias dos povos mais distantes, nascida naturalmente da imperiosa necessidade de narrar, contar, relatar e preservar a memória dos fatos. Mesmo porque outros gêneros, como o conto e a novela, somente assumiriam tecnicamente a forma como são concebidos hoje em dia nos séculos derradeiros da Idade Média com Boccaccio, Chaucer e outros. Tanto que, se um conto não é bom estruturalmente, costuma-se profligar as razões e os andaimes que lhe deram vida tachando-o de crônica (1981, p. 104).

Essa atribuição de negatividade à crônica que dá ao gênero a impressão equivocada de imaturidade e aceitação transitória faz com que a crônica tenha, em grande parte, o jornal como suporte principal de sua veiculação. O espaço jornalístico, por apresentar em suas folhas temas do cotidiano da vida real, do que ocorre na atualidade, traz a ideia de passageiro, de brevidade, sendo descartado logo em seguida. Por isso, muitas vezes, o gênero crônica é rotulado como “gênero menor”. De acordo com Pontes:

Essa feição pré-vestibulando ou de aspirante é responsável, em grande parte, pela sua sorte no mundo da criação literária, a de frequentar de preferência os espaços de jornais e revistas, temeroso o autor, evidentemente, de que, enfeixando num livro tais produções, fique sua obra comprometida pela sua aceitação transitória, pela sua natureza de arquivo, esgotando-se o interesse e a mensagem nela contida, ao correr dos anos, sem contar o risco de ficar relegada a gênero menor, a entidade anã da Literatura, apenas lembrada pelas antologias escolares (1981, p. 104-105).

Apesar de sua existência antiga, a crônica percorreu um longo caminho até ser reconhecido como gênero literário. Sua acessibilidade se firma quando o jornal se torna cotidiano, segundo Antônio Cândido, há aproximadamente 150 anos, conforme Antonio Candido, e, embora se caracterize como um “gênero menor”, adquire grandes proporções, pois “está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” (CANDIDO, 1992, p. 14). Como observa o crítico:

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus”, — seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós (CANDIDO, 1992, p. 13).

Por ser “filha do jornal” e se utilizar de elementos literários, a crônica apresenta natureza híbrida: é jornalística quando busca no cotidiano os fatos da vida real, reflete temas de um dado momento, informa o que acontece na atualidade, e é literária quando abre espaço para a ficção, como, por exemplo, através da criação de personagens. Ela também permite o posicionamento do cronista diante dos fatos relatados. A crônica, então, se desprende de alguns traços do jornalismo, tais como a imparcialidade, o objetivismo, o descomprometimento com interpretações, posicionamentos e opiniões e abre espaço para os horizontes ilimitados da criatividade literária. Pode ser ora factual, ora ficcional.

Conforme Antonio Candido (1992), a crônica não tem pretensão de prolongar-se, já que está diretamente ligada ao jornal que, por sua vez, só existe enquanto novidade, descartado logo em seguida e utilizado, normalmente, como embrulho. No entanto, apesar de derivar de “artigos de rodapé sobre questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias” (CANDIDO, 1992, p. 15), a crônica pode tomar dimensões mais complexas e ganhar espaços e durabilidades maiores que suas pretensões quando passa a compor as páginas de um livro. Ela “pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitada” (CANDIDO, 1992, p. 14). Como aponta o mesmo autor em seu texto *A vida ao rés-do-chão*:

[...] Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua expectativa não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passado do jornal ao livro, nós verificamos meio

espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava (CANDIDO, 1992, p. 14-15).

A crônica tem, como podemos perceber, relação primeira com as narrativas modernas: nasce de ambientes transitórios, instáveis, tem como traço a brevidade, a simplicidade, a observação do alheio, de falar de qualquer assunto, de narrar experiências dos outros, mas, por distanciar-se da objetividade própria do discurso jornalístico, pode adquirir dimensões maiores e ganhar o livro como suporte. Assim, apesar de ser feita para o jornal, a crônica pode perder seu caráter passageiro.

Outro fator que contribui para a durabilidade da crônica é que, quando comenta fatos do dia a dia, seus relatos procuram dar maior extensão aos acontecimentos, tornando-os mais generalizados. A crônica não está ligada, portanto, apenas aos fatos, mas à reflexão sobre eles, traço fundamental para a permanência da mesma. Como explica Massaud Moisés no texto já mencionado:

Ambígua, numa ambiguidade irreduzível, de onde extrai seus defeitos e qualidades, a crônica move-se entre ser *no* e *para* o jornal, uma vez que se destina, inicial e precipuamente, a ser lida no jornal ou revista. Difere, porém, da matéria substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso ou não, reside em transcender o dia-a-dia pela universalização de suas virtualidades latentes (...). O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, desentranhar do acontecimento sua porção imanente de fantasia (1983, p. 247; grifo do autor).

Com a expressão “a crônica move-se entre ser *no* e *para* o jornal”, o autor refere-se às duas categorias de textos linguísticos que se encontram no jornal: aqueles que realizam a função de informar os acontecimentos do dia e que somente ali cumprem sua missão, como, por exemplo, a notícia; e os que não visam os fatos do cotidiano e utilizam o jornal apenas como meio de comunicação, como um veículo de divulgação, mas não o único, como é o caso de um poema, por exemplo. Massaud coloca a crônica entre o ser “no” e “para” o jornal por esta oscilar “entre a reportagem e a Literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a criação do cotidiano por meio da fantasia” (MOISES, 1983, p. 247).

Destinada ao esquecimento ou não, a crônica, mesmo que por um instante, nos faz pensar, refletir, discutir, dialogar com o nosso tempo, porque, para a crônica, conforme Antonio Candido: “(...) tudo é motivo de experiência e reflexão, ou simplesmente

divertimento, de esquecimento momentâneo de nós mesmos a troco do sonho ou da piada que nos transporta ao mundo da imaginação. Para voltarmos mais maduros à vida, conforme o sábio” (1992, p. 20).

Os textos de Alice Vaz de Melo, publicados na coluna “Umas e outras” do jornal *O grito*, podem ser classificados como crônicas porque, de um modo geral, relatam os acontecimentos que envolvem a formação e o desenvolvimento da cidade de Ivinhema. Eles trazem em suas narrativas as experiências vividas em uma época e permitem-nos conhecer os anseios, sonhos e expectativas das pessoas de um determinado lugar. São crônicas que nos dão a possibilidade de representar temporalmente a história de uma determinada região com as realidades individuais e/ou coletivas de seu povo.

Nelas é possível encontrar dados que sugerem as origens dos grupos que ali se estabeleceram antes mesmo da emancipação daquele lugar quando ainda os primeiros colonos fixaram residência e as transformações por que passou a região até o momento da narração dos fatos. Descrevem também os costumes, alguns hábitos da sociedade da região à época, a paisagem e até mesmo os problemas enfrentados e as vitórias conquistadas por seus moradores.

Mas, mesmo buscando no cotidiano o corpo de sua existência, as crônicas de Alice permitem o posicionamento da autora diante dos fatos relatados e, apesar de ter como suporte o jornal, não respira os mesmos ares de objetividade próprios do discurso jornalístico. São textos que ultrapassam os limites da imparcialidade da informação e abrem espaço para a criatividade literária.

As crônicas de Alice Vaz de Melo são exemplos de que esse gênero possibilita maior liberdade de criação, traço peculiar que decorre justamente em consequência de sua natureza textual híbrida. São textos jornalísticos e literários que retratam o real de forma poética, como podemos observar na sequência.

3.1.1. Crônica do dia 11 de novembro de 1970: sétimo aniversário de emancipação política da cidade de Ivinhema

Para ilustrar a representação da cidade pautada na rememoração da autora, voltemos à crônica apresentada no capítulo anterior – a que trata sobre o aniversário da cidade – texto que remete à memória coletiva por meio de lembranças e recordações individuais. Nela, percebemos o papel fundamental que a memória exerce desde o início do texto: “Parece que

foi ontem...”, ou no decorrer da crônica: “Sete anos... fazem [sic] sete anos que nos trouxeram notícia de sua emancipação política à 11 de novembro de 1963 (...)”, e ainda: “Foram sete anos de trabalho, de luta, de esperança”. A crônica gira em torno de duas posições temporais: tem início no tempo passado com o resgate dos acontecimentos desde o início da colonização, e passa para a narração do progresso e a enumeração das conquistas após sete anos de emancipação política, que contextualiza o presente narrado.

A evocação do passado se dá pela imersão nos arquivos depositados na memória e que são resgatados pelo esforço da recordação, mas resgatar a memória não é apenas lembrar ou recordar, essa atividade mantém profunda relação com o tempo e com aquilo que está ausente. A autora relata nesta crônica os acontecimentos por ela vivenciados e reconstrói suas experiências de vida a partir da rememoração dos fatos e do convite aos leitores a reviver os eventos por todos experimentados. Alice reconstrói os fatos pela memória e pela emoção que envolve a passagem festiva.

A representação ocorre, dessa forma, em dois planos: o do conhecimento, por meio de registros de lembranças de pessoas que viveram em um dado momento, e o das emoções, porque o plano individual envolve laços de afetividade. Representar, então, é relembrar o que está ausente, é uma atividade psíquica que dá nova forma à coisa, resultado, portanto, da interação entre conhecimento, emoção, criatividade, construção, mas também de sonhos e utopias. Na crônica de Alice Vaz de Melo é perceptível esse elo entre conhecimento e subjetividade, especialmente em trechos como: “Mas a Ivinhema querida, mais progressista e esperançosa que nunca (...)”; ou: “(...) Para esses é a lição viva de uma terra bendita, da terra prometida!”, e ainda: “(...) nós a saudamos hoje, com o coração cheio de alegria e embevecimento, com a alma repleta do justo orgulho daqueles que a viram crescer ou que estão crescendo juntos”.

As representações da cidade feitas pela autora são resultantes de interações sociais, de suas relações com os diversos grupos a que pertencia e das impressões guardadas na memória dos acontecimentos envolvidos nas emoções momentâneas de sua subjetividade. Nesse trabalho de observação dos registros de uma época não se pode perder de vista que a representação individual não está dissociada das representações coletivas, porque o indivíduo é construído coletivamente e detentor de um imaginário criado pela sociedade. As representações sociais da cidade envolvem diferentes ideologias. A memória pessoal, dessa forma, não deixa de existir, mas sua natureza pessoal é convertida em memória coletiva, pois está arraigada em diferentes contextos e traz a presença de outras pessoas. Há, portanto, uma

relação de completude entre a memória individual e a memória coletiva, semelhante à ideia proposta por Maurice Halbwachs.

Mas a ideia de coletividade não está apenas implícita na memória individual de Alice como resultado de influências do grupo. Em sua crônica, a utilização do pronome pessoal “nós” e os verbos na primeira pessoa do plural trazem para o texto a presença de outras pessoas. A rememoração não é apenas uma atividade feita pela autora, mas também um convite aos que presenciaram os mesmos acontecimentos a resgatar em suas memórias o passado vivenciado coletivamente.

Essa crônica, portanto, elucida os conceitos de memória individual e memória coletiva defendidos por Maurice Halbwachs, já que os relatos de Alice apresentam aspectos sociais relacionados à sua experiência dentro do grupo a que pertence e sua memória individual, da mesma maneira, evoca a memória dos demais participantes desse grupo, construindo, assim, uma memória coletiva. Essas evocações são auxiliadas por fatores externos que marcam os acontecimentos referidos, como, por exemplo, a comemoração do tempo transcorrido e as conquistas decorrentes do período de emancipação do município.

A diversidade que envolve a memória coletiva aparece de forma mais acentuada nas crônicas de Alice Vaz de Melo ainda por representar um contexto em que a população se constitui especialmente pela heterogeneidade. São pessoas oriundas de lugares diversificados, como podemos perceber no fragmento: “(...) a algaravia dos peões paraguaios (...)”, presente no início da crônica acima mencionada, ou ainda em trechos de outras crônicas, como o que podemos ver no próximo texto a ser analisado.

3.1.2. Crônica do dia 25 de agosto de 1970: origens diversificadas dos colonizadores

Nesta crônica do dia 25 de agosto do mesmo ano percebe-se, além da formação da população apresentada no texto anterior, de peões paraguaios, a ideia da diversidade das origens dos colonizadores, que traz a noção de uma cidade formada por forasteiros, povos de vários lugares e que, por isso, trazem costumes e experiências diferentes, formando um ambiente cultural diversificado e heterogêneo. Experiências estas que precisam ser compartilhadas e adaptadas para que a população não se transforme em “verdadeiras ostras” fechadas em suas conchas ou em “ilhas” isoladas das outras pessoas:

Ninguém pode negar que, quase todos os moradores adultos de Ivinhema, vieram de outras cidades, outros ambientes, outras plagas... E sabe o que

aconteceu com todos nós, através dos anos? Nós estamos transformando em verdadeiras ostras! Sim, podemos nos vangloriar de que estamos construindo um magnífico arquipélago. Uma ilha aqui, outra ali, etc...

A imagem da população comparada a ostras ou a uma ilha faz menção a dois outros aspectos para os quais a autora se volta com o intuito de criticar e fazer seu leitor refletir sobre suas consequências: o egoísmo (palavra que aparece por duas vezes neste texto) e individualismo, atitudes que são referidas também em outras crônicas. A fim de provocar um exame de consciência no leitor, Melo recorre mais uma vez à rememoração do passado:

Vejamos: eu, você, quase todos ainda nos lembramos de pacatas cidadezinhas, onde todos se conheciam, se estimavam, discutiam... Havia sempre um professor que gostava de cantar em festinhas de aniversário, alguém que tocava violão, a moça vizinha que declamava, os rapazes que organizavam teatro, as donas de casa que se reuniam em qualquer casa para jogar, conversar ou simplesmente falar dos maridos que, ou estavam jogando, reunidos em algum bar ou pescando uma garrafa, no rio mais próximo. E as excursões, os pic-nics onde todas as famílias iam, tornando seu filhos os mais felizes do mundo?

Aqui, a cronista reconstrói, juntamente com o leitor, o passado vivenciado coletivamente. Os eventos realizados com a participação do grupo são exaltados pela escritora, como podemos perceber nos “pic-nics” familiares que trazem a felicidade aos filhos, e são esses acontecimentos que impedem a transformação da população em “ostras” ou em “ilhas”.

Para os que se distanciam da vivência coletiva e da interação social, Alice faz um apelo: “Você acha que estamos construindo a cidade perfeita para nossos filhos?”. A preocupação da autora com a boa convivência social é uma das características que ilustram sua inquietação com a sua realidade e com o futuro das próximas gerações. A cronista emite sua opinião e convida o leitor a pensar sobre o assunto, aproximando-o ainda mais de suas narrativas.

E os questionamentos continuam: “(...) se não fosse uns poucos meninos animados, existiria a quadra, a famosa quadra do Zé Martins? E o que você fez para incentivá-los? Nada. Eu sei porque nós nunca fazemos nada que anime a vida em coletividade...”. Alice se mostra consciente da realidade e das necessidades de sua época, por isso convida à reflexão e à mudança, critica as atitudes que considerava negativas, mostra as possíveis consequências do desinteresse com a interação social, comparando dois tempos diferentes: o passado e o “presente” (nesse caso, respectivamente, 1963 e 1970), fazendo previsões do que aconteceria

vir a acontecer no futuro caso as mentalidades não se modificassem: “Ou mudamos nossa mentalidade ou Ivinhema se transformará na cidade-egoísmo”.

No que se refere à memória, além da ênfase dada anteriormente, outro trecho merece destaque: “(...) No interior de São Paulo ou do Paraná, você deve se lembrar... Eu sei que se lembra, porque no seu álbum de fotografias, lá está a turma toda reunida em alegres brincadeiras e serões...”. Além da menção à diversidade na origem dos moradores de Ivinhema – São Paulo e Paraná –, está presente também a referência ao recurso da fotografia como auxílio à recordação dos eventos que ficaram no passado.

Retomemos aqui os escritos de Le Goff que mencionam a fotografia como um mecanismo que revoluciona a memória com sua precisão visual e preservação dos efeitos do tempo, com seu poder de retenção e de verdade visual. Alice, com um tom visivelmente irônico, recorre a um arquivo de memória bastante preciso para desmentir os comentários do tipo: “As crianças? Ora, elas não sabem nada. Os adolescentes? De que reclamam eles? Não precisam dessas bobagens de bailes e jogos, no meu tempo não tinha nada disso!”, comentários estes emitidos para camuflar vivências anteriores, negar as necessidades próprias de cada etapa da vida social, e que são gerados em consequência de atitudes individualistas e egoístas.

E essa preocupação com a convivência social aparece em todos os seus textos, seja no convite à recordação de um passado de luta e desenvolvimento, seja no incentivo ao progresso e no apelo aos que não acreditam no sucesso da cidade, nas críticas às atitudes geradas pelo egoísmo, nas censuras às depredações dos bens públicos, nas insinuações à desatenção dos responsáveis pelo cuidado ao patrimônio coletivo, nas denúncias aos descasos para com a população, especialmente no que se refere ao incentivo à juventude. Todas essas inquietações mostram o envolvimento de Alice Vaz de Melo com o seu tempo e seu lugar, com os acontecimentos da época, mas também com a memória coletiva que ficará como patrimônio cultural para as próximas gerações, empenhada na construção da identidade de sua região.

Exemplo desse envolvimento da autora com o seu meio fica visível na preocupação com a conservação de patrimônios e bens públicos (como quando fala, por exemplo, dos buracos das ruas), ou na crítica aos atos de vandalismos despendidos aos espaços de lazer, fato este que mostra a exata noção de Alice de que estes pertencem à memória e à história de toda a região, portanto, são bens comuns a todos os moradores, conscientes ou não disso. É o que podemos perceber nas próximas crônicas.

3.1.3. Crônica do dia 14 de agosto de 1970: preocupação com o patrimônio histórico

Diferentemente das crônicas anteriores, esta não recorre à rememoração de eventos passados, ela discute problemas sociais contemporâneos, é pautada em fatos do cotidiano pela observação dos pequenos e dos grandes acontecimentos sociais e coletivos.

Para melhor compreender as “pichações” que a cronista menciona, tomemos um trecho da crônica anterior, referente ao dia 4 de agosto de 1970, no qual Alice Vaz de Melo aponta os diversos problemas que existem na cidade e se torna, por isso, alvo de críticas de várias pessoas:

Você vai passear, cai num buraco. Vai ver as onças na Someco, elas nem te ligam e continuam a dormir. Vai assistir um filme, o dito cujo não tem visão, não tem diálogo, não tem graça, não tem fim, não tem começo e ainda por cima está arriscando a sentar-se numa cadeira sem assento e ver a roupa se desmanchar num prego e ouvir atrás de você a irradiação completa da última fofoca ou amor em grande escala com suspiros e tudo.

Referindo-se aos comentários negativos dos leitores referentes a essa crônica, provenientes das “pichações” feitas pela autora a respeito da cidade, Alice inicia o texto do dia 14 justificando que suas críticas e censuras resultam de sua preocupação com as melhorias daquele lugar e de seu afeto por Ivinhema. Assim ela introduz:

Muita gente se esquentou com a nossa crônica anterior, achando que estávamos pichando Ivinhema, esquecendo-se que antes deles desconfiarem da existência de nossa querida cidade, nós já a amávamos e lhe... descíamos o sarrafo! (...) Vejamos então, meus prezados ofendidos, falamos mal de nossos filhos, de nossas famílias, mas não permitimos que nenhum estranho o faça. Assim acontece conosco em relação à Ivinhema. Ousarão dizer que existe aqui, alguém que goste mais dela do que nós, seus humildes pichadores?

Após essa breve “resposta” às acusações de difamação presentes em suas crônicas de alguns “ofendidos” por seus comentários, a autora continua enumerando os problemas existentes naquele lugar, dessa vez referindo-se à falta de consciência com relação aos bens públicos e a sua conservação. A cronista prossegue:

Continuando; as cadeiras do nosso cinema estão sem assento... de quem é a culpa? Dos proprietários? Não. A culpa é dos próprios ivinhemenses que, talvez tenham sangue de índio, de bugre, sei lá, pois que vantagem existe em depredar uma coisa que é nossa? E não é só no cinema não. Em toda parte se

evidencia o vandalismo, uma falta de educação e escrúpulos que precisa ser corrigida: árvores decepadas, torneiras arrebentadas...

O texto traz consigo as inquietações de uma jovem intelectual preocupada com a preservação do seu lugar, dos bens comunitários que constituem o patrimônio histórico e que serão heranças para as próximas gerações. As denúncias realizadas por Alice às depredações mostram, além da consciência de conservação do patrimônio já existente, o seu engajamento com as necessidades daquele povo, com o descaso de alguns, com as possibilidades de melhorias por meio da contribuição e empenho de todos.

Mas a autora não é genérica em seus comentários, essas denúncias e críticas não envolvem todos os moradores da cidade, apenas os que têm em suas práticas atos de vandalismos. Alice sabe diferenciar e motivar os que, assim como ela, empenham-se pelo desenvolvimento e progresso daquele lugar, prova disso é o recorte que faz alertando sobre a serenidade da maioria dos moradores que não se enquadram nesse grupo de vândalos que não estariam preocupados com o patrimônio público: “Não queremos generalizar, pois os ivinhemenses em sua maioria são pacatos e ordeiros (...)”.

Também fica visível na sequência a preocupação com o futuro: “(...) mas perguntamos: o que sucederá quando for inaugurado o novo cinema? Vai ser um cinema moderno, uma casa de espetáculos que poucas cidades interioranas se gabarão de ter... Teremos classe para frequentá-lo?”, inquietude esta proveniente do seu visível desejo de que Ivinhema se torne um lugar de destaque por seu desenvolvimento e conquistas, não um local de vandalismos e depredação. Esses anseios se confirmam no apelo aos responsáveis pela ordem coletiva:

Aos proprietários e dirigentes das coisas novas, que vão surgindo em Ivinhema, a nossa sugestão: severidade, muita severidade. Que os culpados da destruição e arruaças sejam vigiados e punidos, para que aprendam a conservar e dar valor àquilo que é nosso, pois servirá como cartão de visita ao nosso querido Ivinhema, ou então jamais teremos nada limpo e novo.

Mas a responsabilidade com a ordem pública, a fiscalização ao patrimônio público, a preservação dos bens coletivos não é tarefa atribuída apenas aos dirigentes e administradores, é sim responsabilidade de toda a população que precisa estar atenta e preocupada com os bens coletivos. O apelo às pessoas a se envolverem com os problemas que atingem a coletividade fica visível na crônica que segue.

3.1.4. Crônica do dia 30 de outubro de 1970: apelo à indiferença diante dos atos de vandalismo

Mais uma vez salta aos olhos o envolvimento da autora com os problemas que atingem toda a população. A denúncia à destruição aos bens públicos e particulares, o alerta para que as pessoas despertem da indiferença e abram os olhos para os atos de vandalismo e crueldade que as rodeiam antes que os acontecimentos maléficos tomem conta da cidade e dominem seus habitantes são preocupações centrais dessa crônica. A denúncia começa tomando como exemplo um filme exibido no cinema da referida cidade:

Há pouco tempo, o nosso cinema teve a oportunidade de exibir um filme que todos os moradores de Ivinhema deveriam ter assistido. O filme em questão foi: CAÇADA HUMANA onde se revela com toda crueza a indiferença, a maldade, o cinismo de um povo diante de acontecimentos que não chegavam a perturbá-lo senão quando os feria em sua própria carne, em seu próprio egoísmo. A indiferença chegou a tal ponto que nem o assassinato, o crime, chegou a despertar aquela gente.

A menção ao filme e a indiferença das pessoas diante dos acontecimentos ruinosos chama a atenção para dois problemas presentes no contexto da autora: o egoísmo, já mencionado em outras crônicas, que cega as pessoas diante dos acontecimentos recorrentes a sua volta e drasticamente são ignorados a menos que cada um sinta na própria pele as marcas da criminalidade, e o destino lamentável que a cidade terá caso as pessoas não despertem de seu egoísmo e percebam a sua responsabilidade diante dos fatos. Aos que se fazem de desentendidos da situação, a cronista esclarece:

Perguntarão vocês: que temos nós com isso? (...) Exatamente o que eles também tinham com o que aconteceu. Não podemos absolutamente alegar completa ignorância do que anda sucedendo em nossa cidade. Ouso afirmar que no passo que vamos, em breve estaremos às voltas com algo semelhante a um crime. Ninguém mais pode ir a um baile, a um cinema, à casa de um amigo, de carro, tem que ir a pé, se quiser; pois está arriscando a ter seu veículo depredado, arranhado, amassado, de pneus vazios e outras coisas piores!

Esses males citados e outros ainda que a autora enumera na sequência como, por exemplo, a destruição das carteiras de uma sala de aula, precisam da atenção e engajamento de todos para que os casos de vandalismo sejam solucionados, acontecimentos estes que passam despercebidos porque falta a preocupação com o bem comum, com os problemas

alheios. Por isso, a cronista não restringe a culpa apenas às autoridades, mas coloca como responsáveis todos os que não fazem nada para punir os culpados pela baderna e vandalismo. Assim podemos encontrar em seu texto:

O que nos agita o sangue, nos enraivece é que ninguém vê, ninguém sabe, ninguém escuta... Nossos filhos que vão estudar aonde quiserem, e se quiserem que sejam criados nesse ambiente de vândalos, de criminosos, de cafajestes. Eu, você, todos nós, somos, em parte responsáveis por esse estado de coisas. Que fizemos até agora para punirmos os culpados, para encontrarmos os donos da balbúrdia?

Alice Vaz de Melo tem consciência de que a preservação do patrimônio público e o bem-estar da população são responsabilidade de todos. É essa percepção que a faz declarar-se também culpada pelos incidentes e convidar a todos a se empenharem em punir os culpados pelos vandalismos, os “donos da balbúrdia”. E alerta para os resultados caso as pessoas continuem de olhos vendados às ocorrências de violência:

Ou tomamos providências urgentes ou esse bando de salafrários tomará conta da cidade, dominarão nossos filhos com seu veneno, invadirão nossos lares e impedirão para sempre que essa cidade seja aquela que todos nós sonhamos. (...) Quem viu? Quem sabe? Ou só vamos tomar conhecimento depois de vermos a cor do sangue de um dos nossos?

Essas denúncias e alertas comprovam novamente o engajamento de Alice Vaz de Melo com o lugar em que vive e a consciência de que todos são responsáveis pelo desenvolvimento, conservação e preservação dos bens públicos, atitude que a faz persistir em suas denúncias e reflexões acerca de acontecimentos que envolvem a população.

Além da preocupação com a preservação do patrimônio histórico e cultural (carteiras das salas de aula, cadeiras do cinema...), é interessante observar também como Alice considera importantes alguns aspectos diretamente voltados para a compreensão e assimilação da cultura e do desenvolvimento histórico e socioeconômico de Ivinhema. Exemplo disso são os destaques que dá aos eventos sociais, tais como bailes dançantes e outras festividades coletivas que auxiliam o bem-estar da população e promovem a boa convivência social. A menção aos momentos de distração e lazer aparece na crônica do dia 05 de setembro que veremos a seguir.

3. 1. 5. Crônica do dia 05 de setembro de 1970: cuidados com os espaços destinados ao lazer

Ganha destaque aqui a preocupação com os espaços destinados ao lazer, tanto da juventude quanto daqueles que necessitam de distração para esquecerem as atribuições desgastantes do dia a dia e os empecilhos que dificultam esses momentos necessários à vida coletiva. A crônica inicia-se desse modo:

Vai daí, você resolve ir a um baile. Faz um vale, informa a namorada que se estrumbica e faz um vestido novo. E lá vão os dois certos que beberão umas e outras e dançarão a noite toda completamente esquecidos da semana de trabalho e das atribuições...

Uma pausa para a frase “E lá vão os dois certos que beberão *umas e outras*”. É visível nessa expressão a relação direta e com sentido contrário ao título da coluna do jornal na qual Alice Vaz de Melo publica suas crônicas. Contrário porque a sessão jornalística é um espaço dedicado a enfatizar e trazer para discussão os problemas do dia a dia, já na crônica, beber “umas e outras” tem como objetivo esquecer as dificuldades do cotidiano.

Mas os objetivos dos que querem o direito de se divertir em paz são frustrados ao se depararem com o que a cronista aponta como “acontecimentos deploráveis”, que se trata não de atos de vandalismos, como citado em crônicas anteriores, mas da falta de consciência de algumas pessoas que levam ou autorizam a entrada de crianças em recintos inadequados e em horários impróprios aos mesmos, como aponta a autora:

Então você entra pelo cano. E sabe por que? No baile já tem mais ou menos uma dúzia de inocentes criancinhas que tudo farão para infernar sua vida, impedi-los de comer, beber e dançar. E vá você falar alguma coisa; leva a maior sessão de nomes pequenos e grandes, pra não falar dos médios que vem de contrapeso. (...) Não é exagero nosso, todos sabem que não, pois tem assistido a esses espetáculos deploráveis quase todos os sábados ou noites dançantes. São grupos e mais grupos de garotos que permanecem no bar, na pista, em volta das mesas, lá fora insultando, enfim, em todos os lugares e o pior de tudo, além do horário em que é permitido a presença de menores em locais públicos.

Esses acontecimentos desagradáveis inspiram Alice a mais um apelo, dessa vez aos responsáveis pela presença de menores em lugares que deveriam ser reservados à diversão de um público adequado ao ambiente. E para terminar o texto, uma pequena amostra do tom irônico utilizado pela cronista em quase todos os seus textos: “E você que vai dançar, toma

cuidado ao voltar à sua mesa; não vá pisar no irmãozinho de sua namorada que está embaixo da cadeira colecionando caixinhas de fósforos vazias...”.

A crônica em questão exemplifica como o olhar atento de Alice Vaz de Melo está voltado para as diversas questões sociais, seja com o patrimônio público e particular, seja com os eventos culturais que proporcionam momentos de lazer e distração para jovens e adultos. Em todos os casos o que se percebe é a tentativa de despertar nas pessoas o interesse pela boa convivência social.

Outro fator que se destaca nessa crônica é a preocupação com a juventude, aspecto recorrente em outros textos que demonstram sua inquietação e denúncia com relação ao descaso com a juventude, com a falta de incentivos e apoio das pessoas para com estes que poderiam ser os provedores da vivacidade com a realização de eventos onde seriam beneficiados não apenas os jovens, mas toda a população com diversão e alegria. É o que poderemos perceber na próxima crônica.

3.1.6. Crônica do dia 7 de julho de 1970: denúncia aos descasos com a juventude

A referida crônica é mais um exemplo de que a autora apresenta um olhar voltado para os problemas dos diversos setores daquela pequena cidade, o que a torna uma das principais vozes e representante da escrita do município. As inquietações motivadoras que permeiam o universo de Alice é característica de sua atitude transgressora dentro de seu contexto, um mundo ainda em formação, marcado por duras rotinas de um lugar com poucos recursos onde, em especial, à mulher não era dada voz ativa.

Destacando o descaso relacionado aos jovens daquele lugar, Alice chama a atenção para as necessidades dessa faixa etária como, por exemplo, planos sadios de divertimento e apoio da população para realizarem eventos que demonstrem suas capacidades de organização e que beneficiarão a todos com momentos de distração e lazer.

A juventude de Ivinhema, justiça haja, sempre esteve jogada às traças, sem um plano sadio de divertimento, sem alguém que se interessasse por elas, dando-lhe um pouquinho de alegria e incentivo. Senão vejamos: alguém se lembra de mencionar uma festinha; o que acontece? “Lá não vou”, “Não dá pé, o fulano não se dá com meu pai”, “Conversa sô, tão querendo é arrancar dinheiro da gente”, e assim por diante...

Novamente a autora menciona atitudes de pessoas que não estão preocupadas com o bem-estar da população e por isso sempre arranjam desculpas para desprestigiarem as

iniciativas que partem da juventude ou que são a ela destinadas. Aos jovens, Alice mostra mais uma vez que os pensamentos e comentários negativos não são suficientes para impedir os bons resultados de eventos planejados por eles.

Vocês sabem o que aconteceu na sexta feira? A juventude fez um simulacro de reunião, xingou, discutiu, discordou, concordou, tornou a discordar e a discutir... e sabe qual foi o resultado? Duas festas boas, alegres, onde todo mundo se divertiu, cantou e dançou. (...) Então vocês não acham que a juventude deveria se reunir mais vezes? Se for preciso brigar para que aconteçam festinhas similares, vamos discutir e brigar, minha gente! Assim provamos que a mocidade ivinhemense existe, vibra e quer aparecer, com a graça de Deus.

O envolvimento com os jovens é uma atitude constante nos textos de Alice Vaz de Melo, e sua preocupação com essa temática aparece também em outras crônicas. Aliás, até o surgimento do jornal mantém relação direta com a juventude, como podemos observar neste trecho da crônica do dia 20 de junho que anuncia o nascimento do jornal *O Grito*:

Junho e meio... Quermesses, fogueiras, bailes, etc. Ivinhema, como renasce em animação e euforia. E foi exatamente nesta época que o nosso jornal nasceu, aproveitando a onda esperançosa e jovem. Talvez nos chamem de presunçosos por apelidarmos de jornal a um amontoado humilde de palavras mal colocadas. Sabemos, porém, de antemão que, poucos serão aqueles que não compreenderão o nosso esforço em apresentar algo já novo à nossa querida cidade-menina. (...). Portanto de agora em diante, a nossa juventude, o nosso comércio, a nossa adolescência terão a sua página, o seu representante, a sua vida em nosso “jornal”...

Como anunciado, é em meio à “animação e euforia” que nasce o jornal, “aproveitando a onda esperançosa e jovem” do clima festivo do mês de junho. Mas não é apenas o entusiasmo da mocidade que fará parte das páginas do novo veículo de comunicação apresentado à população daquela cidade recém-formada, nas palavras da autora: a “cidade-menina”. Em suas folhas estarão também os anseios, as expectativas, as necessidades daquele povo. Trata-se, enfim, de um mecanismo que irá representar a vida das pessoas, especialmente da juventude.

Fica visível ainda nesse trecho que a cronista tem plena consciência da importância do jornal como um meio de denúncia, de manifestação, ou seja, um recurso relevante de interferência social e, principalmente, cultural, capaz de informar e transformar, de despertar nas pessoas a noção de que a solução dos problemas depende da contribuição e do empenho de cada um.

Voltando para a crônica do dia 7 de julho, mais um detalhe chama atenção: o apelo que Alice faz para a falta de valorização do que pertence a Ivinhema e o convite à população para apreciar “o que é nosso”. Segundo ela, o grupo musical “Os Vira-Sons” não estaria recebendo o devido valor sem nenhum motivo aparente, já que em outros lugares eram prestigiados. A reprovação do referido grupo seria decorrente de um pensamento colonialista que tende a valorizar o que vem de fora e a colocar as próprias produções numa condição inferior. É o que podemos perceber no trecho que segue:

Falando em juventude, ainda, o que acontece com o conjunto “Os Vibra-Sons”? os rapazes tocam direitinho, são esforçados, já foram animar muitos bailes aí por fora. Por que, então, a turma daqui não os prestigia? Será política? O que é que há minha gente? Vamos dar valor ao que é nosso.

Para finalizar a crônica, uma expressão curiosa: “E viva a juventude “Prarentex” de Ivinhema”. O emprego da gíria alude tanto ao envolvimento de Alice com a juventude, quanto à disposição dos jovens de superar as expectativas comuns a eles atribuídas.

Com essas observações, fica perceptível que Alice Vaz de Melo foi expectadora atenta de todos esses acontecimentos, já que se estabeleceu na região desde 1960 e fez-se ouvir, participou ativamente da história e se tornou uma figura única para a época, com seus registros, denúncias, preocupações e incentivo constante à cultura. Foi uma figura antenada com seu tempo e que ajudou a moldar os costumes dos moradores daquela região, como perceberemos também na crônica seguinte.

3.1.7. Crônica do dia 15 de setembro de 1970: a Santa Casa invisível

Alice Vaz de Melo inicia anunciando que a crítica desta crônica tem por objetivo fazer jus aos comentários que circulam a seu respeito: “como todo mundo diz que quando eu morrer meu corpo irá numa caixa de fósforo e a minha língua numa Scânia, lá vou eu valorizar, tornar sempre uma realidade constante o que dizem...”.

Marcada pelo forte questionamento às situações consideradas irregulares pela autora, como acontece também nas demais crônicas, esta do dia 15 de setembro se destaca especialmente pelo acentuado tom irônico presente do início ao fim do texto. Referindo-se à suposta existência de uma Santa Casa com recibos de mensalidades, diretoria, membros honorários, mas desconhecida por todos os moradores daquela cidade, a autora expõe uma situação inusitada de um hospital que não funciona por falta de pacientes ou, como escreve a

cronista, por falta de “matéria prima”, de “freguês”. É dessa forma que Alice introduz esse curioso episódio:

Vai daí... Vocês sabiam que em Ivinhema existe uma Santa Casa com recibos de mensalidades, impressos, estatutos, etc.? Existe sim! Acontece o seguinte: a dita Santa Casa ainda não teve a oportunidade de aparecer, porque na nossa abençoada cidade não existe indigentes, nem ao menos um doentinho pobre. É sim, ninguém tem culpa se a Casa Santa não consegue matéria prima, quero dizer, não consegue doentes para mostrar o que pode fazer por todos nós.

Os motivos para a falta de funcionamento ou invisibilidade da Santa Casa são diversos, mas todos voltados ironicamente para a população que não dá oportunidade para que os serviços apareçam simplesmente porque não existe necessidade de atendimento médico. Mas a Santa Casa existe, ainda que o leitor não acredite nas afirmativas da escritora. Até mesmo o clima da cidade, de acordo com a cronista, “atrapalha” o funcionamento da casa de saúde.

Você continua não acreditando? Puxa, mas você é pouco inteligente, heim? Estou dizendo que existe, é porque existe, com diretoria, membros honorário, etc. Só não tem freguês! Agora vem cá, temos culpa se o clima de Ivinhema é o mais saudável do mundo? E o povo, o mais rico? Temos culpa se você prefere ir para Angélica, Nova Andradina, Prudente para se tratar e à sua família? Temos culpa se ninguém acredita na existência da Santa Casa?

Nesse turbilhão de sarcasmo, até o nome do hospital se torna motivo de gozação para a autora: “Também não temos culpa nenhuma se você não tem nenhum pouco de imaginação, para notar a Santa Casa que é tão santa que é a única no mundo a ser invisível!”. Aqui se confirma a descrença na existência real da tal casa de saúde daquele local e ironicamente a imaginação se torna o lugar em que ela se concretiza.

Como pudemos perceber nessa crônica, o olhar atento de Alice Vaz de Melo envolve todas as esferas sociais, incluindo os possíveis casos de irregularidades, como a existência invisível de uma Santa Casa com todos os requisitos legais necessários para seu funcionamento: diretoria, estatuto, e com despesas ativas: mensalidades, membros honorários, só que precisa da imaginação do leitor para se tornar visível. Toda essa crítica aparece banhada em uma ironia peculiar aos textos da cronista, que provoca ao mesmo tempo humor e reflexão acerca dos acontecimentos que muitas vezes passam despercebidos ao olhar da população ou não chegam ao conhecimento da maioria das pessoas.

Também se destaca na crônica a proximidade que a autora mantém com o leitor por meio do pronome pessoal “você (s)”, que aparece no decorrer de todo o texto. Alice não se refere a qualquer pessoa, ela traz para o diálogo um “você” com quem mantém um contato direto e íntimo. Essa referência direta a seu emissor exige deste uma leitura atenta e ativa, especialmente nas indagações convidativas às reflexões induzidas pela cronista.

3.1.8. Crônica do dia 30 de setembro de 1970: marcas da narrativa tradicional

A liberdade de criação própria do gênero crônica, gerada em consequência de sua natureza híbrida, aparece nos textos de Alice Vaz de Melo de forma bastante visível. Algumas delas, como as analisadas anteriormente, são narradas em primeira pessoa e mostram as experiências adquiridas pela autora na vivência dos fatos relatados, seja em eventos do passado ou em acontecimentos contemporâneos à escrita. Outras, como a que aparece na sequência, são narradas em terceira pessoa e contam os acontecimentos de forma indireta, ou seja, pela criação de personagens que assumem as ações/atitudes de pessoas com existência real. Essa última apresenta traços semelhantes à narrativa caracterizada por Walter Benjamin. Para melhor observar esses traços dentro das crônicas, é indispensável retomar a concepção benjaminiana de narrativa.

No texto “O narrador”, Walter Benjamin discute formas diversificadas de narrativa e concebe a narrativa clássica como sendo a “verdadeira”, devido, dentre outros aspectos, à sua dimensão utilitária. Assim o autor elucida:

[...] Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos (BENJAMIN, 1994, p. 200).

Destaca-se como traços marcantes da narrativa clássica, segundo Benjamin, o aspecto oral, coletivo e pedagógico, características estas que se opõem ao individualismo e à inexistência de aconselhamento dos gêneros modernos como, por exemplo, o romance ou mesmo a notícia. O narrador tradicional oferece a troca de experiências e o leitor, por sua vez, se reconhece em sua narrativa, em sua dimensão humana. Para Walter Benjamin, só o narrador clássico se presta a transmitir a experiência, a “sabedoria”, o “senso prático”.

Na concepção de Benjamin, o passar do tempo e o surgimento dos traços da modernidade provocou uma lesão na capacidade de contar histórias, atividade que aos poucos vem desaparecendo. Segundo ele, “são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente” (BENJAMIN, 1994, p. 197). Isso graças à redução das ações da experiência, que se torna perceptível a partir das guerras mundiais e continua até hoje. A guerra, segundo o autor, fez com que os combatentes ficassem mais pobres de “experiência comunicável”, o que gera a privação da “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Para o autor, as melhores narrativas escritas são as que mais se aproximam das histórias orais contadas por diversos narradores anônimos, para os quais a sabedoria exercia papel fundamental, já que a fonte principal das histórias pautava-se nas experiências do narrador para transmissão de conhecimento e com propósito de aconselhamento, de ensinamentos morais. Se hoje essas práticas não estão presentes, um dos motivos é que o indivíduo isolado, produto do período moderno, não mantém em seus hábitos a troca coletiva de experiências e sim as práticas de leituras individuais, próprias dos leitores de romances.

O autor menciona dois indícios que põe em declínio a narrativa tradicional, culminando na morte da mesma: o romance e a difusão da informação, além de destacar a incompatibilidade entre a narrativa e a informação. A narrativa provoca reflexão, espanto, nunca se esgota, é produto de um saber que vem de longe. Já a informação tem curta duração, é breve, permanece apenas enquanto novidade. Diz Benjamin:

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver (1994, p. 204).

A informação para Benjamin é mais ameaçadora e provoca crise até mesmo no romance. Este, diferente da narrativa, está ligado ao livro, é industrial, não se origina da tradição oral, nem se volta para ela. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não recebe conselhos, nem sabe dá-los. A narrativa, por sua vez, nasce da tradição oral e tem como fonte as experiências do narrador ou as experiências relatadas por outra pessoa. Para o autor, o romance se move em torno do “sentido da vida”, enquanto a narrativa se detém na “moral da história”.

Diante de tais reflexões acerca da atividade narrativa dentro das concepções de Walter Benjamin, voltemos nossos olhares para uma observação mais detalhada da crônica de Alice

Vaz de Melo a fim de perceber aspectos convergentes ou divergentes à proposta benjaminiana.

Tomemos como exemplo a crônica publicada na sessão “Umas e Outras” do jornal *O Grito* no dia 30 de setembro de 1970. Nela, é possível perceber traços que se aproximam da narrativa tradicional. Vejamos como ela se inicia:

Era uma vez uma cidade localizada num país maravilhoso, cheio de encantos mil. Era uma cidade nova, - uma casa aqui outra ali e alguns habitantes cheios de vontade de construir e viver. Foram-se erguendo armazéns, lojas, escolas, etc...

Já no início do texto pode-se perceber que a narradora se utiliza de uma introdução clássica das narrativas tradicionais: “Era uma vez”, expressão que remete às histórias orais transmitidas por gerações e, normalmente, com o objetivo de repassar um ensinamento moral ou uma sugestão prática, o que se confirma ao final do texto. No entanto, a autora deixa claro que o seu texto não apresenta a mesma grandiosidade de tais narrativas. É o que podemos notar na sequência da mesma crônica:

Um dia, sempre existe um dia, *como dizem os escritores*, apareceu um novo personagem: esguio, elegante, culto e frio. Sua voz era macia como a dos diplomatas. Nada fazia, a não ser percorrer as ruas, as lojas, as residências e as chácaras e fazendas (grifo nosso).

A expressão destacada deixa transparecer a consciência de que seus escritos não se assemelham às grandes narrativas anunciadas pela introdução “Era uma vez” ou pela marcação temporal “Um dia”. É como se ela não fizesse parte dos que se intitulam “escritores”. Seu texto, como aponta Antonio Candido na caracterização da crônica, trata-se de um “gênero menor”, o que não a colocaria, portanto, no grupo dos grandes escritores.

Outro traço que faz desse texto uma crônica narrativa é o fato de nela, a narradora contar no presente ações realizadas no passado, é um “eu” falando das experiências de um “ele” que realizou as peripécias. E este “eu” que conta apresenta autoridade por ter presenciado os fatos, ou seja, narra a partir do que viu, do que sabe.

Percebemos nessa crônica a aproximação com a narrativa benjaminiana também no que se refere à dimensão utilitária. Do texto podemos tirar algumas lições como, por exemplo, não deixar-se levar pelas aparências (aparência de um homem elegante, culto, que se mostrava conhecedor do mundo, de outros lugares e se utilizava dessas condições para influenciar as pessoas, “ajudá-las” com instruções de melhores condições de vida, mas que no fundo não

passava de interesses próprios), não se deixar levar pelas opiniões alheias “- Terrinha infeliz... Planta não, seu Zé, aqui só dá capim... Acarmat? Besteira, é jeito de tirar dinheiro, de cobrar imposto... Vende tudo e compra um caminhão. Se arranque enquanto é tempo” (os conselhos que pareciam confiáveis pela aparente experiência de um desconhecido fez com que desaparecessem todos os habitantes de uma cidade por serem convencidos de que o lugar não lhes traria progresso).

O texto mostra ainda o poder destrutivo do egoísmo que, pensando apenas em si, pouco se importa com a consequência de seus atos. É o que podemos perceber ao final da crônica com o desfecho da história:

O tempo passou... Um dia passei por lá. Cadê a cidade? Tinha desaparecido. Em seu lugar havia alqueires e alqueires de pasto. No meio do colômbio avistei o dito cujo, montado num cavalo preto, de terno preto, fumando um cachimbo preto. A curiosidade venceu-me:

- Me desculpe, de quem é isso tudo?

A figura sorriu amplamente:

- Meu, todinho meu...

Antes de ir-me, perguntei a sua graça, aliás, o nome do desgraçado.

E ele respondeu, depois de uma baforada:

- Egoísmo da Silva, à seu dispor!

Ainda está presente na crônica o provérbio “quem desdenha quer comprar” (aos olhos da personagem intitulada como “Egoísmo”, aquele era um lugar sem futuro algum, não passava de uma “terrinha infeliz”, características estas utilizadas apenas para o convencimento dos outros, mas que para si não passavam de artimanhas com propósitos de tornar-se dono de tudo aquilo que “agourava”).

Sendo a ação a essência da narrativa, encontramos na crônica de Alice Vaz de Melo mais uma característica própria da narrativa benjaminiana, sendo ela também uma ação sequenciada, marcada com a presença dos indicadores temporais (“Era uma vez”, “um dia”, “O tempo passou”). Trata-se de um texto que representa temporalmente a realidade.

Vemos, então, que a crônica de Alice Vaz de Melo, apesar do suporte jornalístico, apresenta características que se aproximam do narrador benjaminiano. Coloquemos em evidência alguns deles: a história é narrada a partir de experiências vividas, próprias e é destinada a um público indeterminado; prioriza a experiência proporcionada por uma ação autêntica do passado; a narradora conta mergulhada nas próprias experiências, mas com distanciamento dos fatos relatados; existe uma pretensão de transmitir um ensinamento, seja cultural, social ou étnico-social, que se mantém ao longo do tempo, o que a coloca na situação

de alguém que sabe dar conselhos; utiliza a linguagem para tecer uma ação “verídica”, vivenciada pela narradora; os fatos que constituem o enredo se dão no passado e são narrados por alguém que está no presente; seus ensinamentos são pertinentes a outras épocas e lugares e não apenas para o momento em que foram escritos, fator que atribui maior durabilidade à história.

Esses traços se tornam possíveis devido ao caráter genérico que essa crônica assume. Ela pode ser tomada como ensinamento não apenas para o momento em que foi escrita, mas se propaga para lugares e momentos diversificados, indefinidos. Seus relatos procuram dar uma maior extensão aos acontecimentos, tornando-os mais generalizados. A crônica não está ligada apenas aos fatos, mas à reflexão sobre eles, traço fundamental para sua permanência e que a torna capaz de suscitar espanto e reflexão mesmo depois de muito tempo.

Diferente desta, a crônica do dia 11 de novembro de 1970, já apresentada anteriormente, não ganha, por exemplo, as mesmas proporções de durabilidade reflexiva. Nela estão presentes traços que a tornam específicas a seu tempo e seu lugar, distanciando-se, assim, da narrativa benjaminiana. Vimos nessa crônica que as comemorações do aniversário do município é o acontecimento que dá origem aos relatos. Nela a diarista pretende fazer por meio de suas experiências arquivadas na memória um “balanço” do que teria mudado ao longo dos sete anos de emancipação política de Ivinhema (entre novembro de 1963, data da autonomia, e novembro de 1970, data da publicação da crônica). Aqui, a autora relembra fatos do passado e compara Ivinhema em duas épocas diferentes: os trabalhos iniciais e após sete anos de crescimento.

Com vistas à atividade narrativa proposta por Benjamin, podemos perceber nessa crônica um distanciamento das longas narrativas orais, tomadas pelo autor como modelo de narrativa clássica. Além dos traços já mencionados, os de trazer presentes dados que a tornam específica, a voz narrativa parte de uma situação vivenciada por ela, enquanto atuante do momento presente. Alice conta os acontecimentos por ela vivenciados, as experiências individuais e coletivas presentes em sua memória e as que estão acontecendo no momento de seus relatos, diferente do narrador benjaminiano que é reconhecido pelo distanciamento. A esse respeito, Benjamin (1992, p. 197) elucida: “Por mais familiar que seja seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo de distante, e que se distancia ainda mais”.

Percebemos então que esse texto não se trata de uma crônica narrativa, mas de relatos feitos por alguém que vivencia os fatos e os conta sem o distanciamento do narrador

caracterizado por Walter Benjamin. É a proximidade com os fatos e a força dos acontecimentos do momento que impulsiona a criação da crônica.

Assim, traçando um paralelo entre as duas crônicas mencionadas, vemos que o texto do dia 11 de novembro apresenta maior distanciamento da narrativa benjaminiana. Destacam-se em suas divergências: a história é narrada a partir de experiências vividas pela narradora e é destinada a um público determinado, ou seja, aos moradores da região retratada. Ela fala de um lugar específico para um público específico; prioriza a experiência proporcionada por uma ação autêntica do momento presente; a narradora conta mergulhada nas próprias experiências, é um olhar individual de uma memória coletiva, mas com proximidade dos fatos relatados, uma linguagem que fala de perto; existe uma pretensão de transmitir um ensinamento, seja cultural, social ou étnico-social, mas destinado mais propriamente a um grupo específico de pessoas, àqueles pessimistas que não acreditaram no crescimento da cidade; os fatos que constituem o enredo se dão no presente da narrativa e são contados por alguém que está em meio aos acontecimentos; seus ensinamentos são pertinentes à sua época, é um convite para o exame de consciência dos que presenciaram os acontecimentos, não para outras épocas e outros lugares, fator que confirma a despreensão de durabilidade do texto, documentos que, no entanto, para nós, leitores contemporâneos, soam como importantes depoimentos a fazer parte da história e da memória coletiva de Ivinhema e região.

3.1.9. Crônica do dia 19 de março de 1971: uma lição de moral

Bastante parecida com a crônica anterior, esta apresenta traços que também se aproximam da narrativa benjaminiana. Narrado em terceira pessoa e com personagens ficcionais que representam pessoas próximas do contexto da autora, o texto gira em torno de fatos de um passado experimentados pela narradora e que, por isso, recebe autoridade para falar sobre o assunto. Por se voltar para fatos anteriores ao momento da narração, a cronista se mantém distante do episódio relatado, prática incomum ao gênero que normalmente se volta para a realidade do momento da escrita.

Outro traço semelhante é que se trata de um texto de caráter genérico. Destinado a um público indeterminado, os ensinamentos se estendem para outras épocas e outros lugares. Também traz em sua essência uma dimensão utilitária: há a pretensão de transmitir um ensinamento, além de apresentar indicadores temporais como: “Era uma vez”, “durante algum

tempo”, “nos primeiros dias”, “depois”, “hoje”, dentre outros que representam temporalmente a realidade.

O “Era uma vez” no início do texto traz presente a ideia de oralidade das contações de histórias existentes em tempos mais remotos e que tinham como traço característico a transmissão de experiência ou o ensinamento de uma lição de moral. O caso apresentado pela cronista, uma cidadezinha que funcionava sob o domínio do Sr. Strogonoff, também exhibe uma construção baseada nas experiências da narradora do episódio e expõe uma lição de moral explícita no final do texto com uma “moral da história”. Vejamos como o texto inicia:

Era uma vez uma cidade. Não, não é aquela que você está pensando. Cidadezinha nova, buracos novos, etc. (...) Vai daí, a cidadezinha recebia de braços abertos aqueles que desejavam começar a vida, trabalhar, construir e... falar mal da vida dos outros.

Merece destaque neste trecho, além dos já mencionados anteriormente, a expressão “falar mal da vida dos outros” após as reticências no final do parágrafo. Esta frase mantém ligação com a moral da história, talvez até por ser o “problema” que a cronista visa atingir com seus escritos. A seguir a autora contextualiza a história:

Só tinha uma coisa. Dominando a cidadezinha, havia o Sr Strogonoff. Não era um ditador, como vocês estão pensando. Aliás o Sr. Strogonoff era muito boa pessoa, pagava certinho seus empregados, cuidava da sua ulcerazinha e de vez em quando doava uma esmolinha para a igreja. Ninguém fazia nada sem falar antes com o Sr, Strogonoff. Não que ele exigisse isso, mas sabe como é...

Tudo naquela cidade funcionava sob o comando do Sr. Strogonoff, até que um dia, ao tomar conhecimento de que não era estimado pela população, resolve desaparecer daquele lugar com todos os seus parentes e comitiva. A reação das pessoas foi festiva, porque não teriam mais que seguir suas ordens. Mas o inusitado é que, para a surpresa das pessoas, junto com a ausência de ordens veio também a ruína da cidade e a inexistência de alguém que se empenhasse para resolver seus problemas. O resultado é desastroso:

Nos primeiros dias a cidadezinha vibrou. Estamos livres! Ninguém mais para impor, para exigir, para tapar buracos! (...) Depois... Fechou-se uma mercearia, a melhor da cidade. Quem iria comer “champignon” e cerejas importadas? Afinal de contas só quem usava essas coisas eram os Strogonoffs. A mais importante loja de tecidos se mudou, pois quem usaria vestidos de seda? (...) Os buracos aumentaram tanto que, num mesmo dia caíram dentro deles, uma coletoria, um bar e uma farmácia. (...) Hoje quem

passar por lá encontra apenas um diretor de cinema fazendo filmes sobre cidades fantasmas e os grandes “canyons” brasileiros.

No que se refere à dimensão utilitária do texto, podemos tirar algumas lições como, por exemplo, a de mostrar como as pessoas são capazes de criticar o que acontece a sua volta, mas são incapazes de fazer algo para mudar a sua realidade; ou contestar uma ideia aparentemente comum ao texto de que o poder só traz benefícios e pouco trabalho; ou as aparências enganam; ou ainda uma crítica alusiva aos que falam muito, mas pouco faz pelo bem estar da população, às pessoas que se acomodam diante da situação, aos que falam mal de quem são dependentes. Resumindo essas “lições de moral”, a autora encerra seu texto: “MORAL DA HISTÓRIA: Quem nasceu pra ser picadinho não entende a dureza de ser strogonoff!”.

Mesmo se tratando de um texto que não faz menção direta a um local e época, o que faz desta crônica um texto genérico que pode ter “utilidade” em diversos contextos e sem “prazo de validade”, fica visível o envolvimento da autora com questões sociais que envolvem o bem coletivo e a crítica aos que, de alguma forma, prejudicam a boa convivência social e criticam mais do que se empenham para contribuir com o desenvolvimento daquele lugar.

De um modo geral, com a observação das crônicas selecionadas, podemos perceber que Alice Vaz de Melo participou ativamente da construção da memória coletiva de sua região. Suas preocupações e críticas mostram que a cronista era uma pessoa atenta às dificuldades e necessidades daquele lugar, uma figura incômoda aos que agiam com indiferença aos problemas do dia a dia e motivadora dos que, assim como ela, ansiavam pelo progresso e bem estar da população.

3.2. Gênero memorialístico: a escrita de si

Textos memorialísticos existem há muito tempo, mas apenas recentemente vem ganhando espaço e destaque nas discussões literárias e reconhecimento enquanto representação da “boa” literatura. Sua permanência por longo período às margens da literatura deve-se ao fato de a crítica tradicional negar-lhe o mesmo valor artístico atribuído aos textos ficcionais. A proximidade com o real é um dos principais fatores responsáveis pelo rótulo de gênero literário menor. Prova dessa desproporção comparando-o aos demais gêneros são as histórias da literatura que quase sempre deixaram de lado a diversidade de textos pertencentes

à literatura confessional ou simplesmente os mencionavam enquanto bibliografia secundária de grandes escritores. A esse respeito, Eliane Zagury, em seu texto *A escrita do eu*, comenta:

Ao nos debruçarmos sobre a literatura memorial produzida no Brasil, precisamos ter em mente que se trata de matéria difusa e pouco estudada, talvez vítima de um purismo esteticista que a tenha desdenhado, por estar mais próxima de suas motivações sociais e psicológicas que o fascinante produto de transformação que são a poesia, a ficção ou o teatro – não por outras razões ainda detentores com exclusividade da denominação de grandes gêneros (ZAGURY, 1982, p. 14).

A partir do século XX, a literatura íntima – autobiografia, memórias, diário, etc. – começa a ganhar destaque nos repertórios de leitura, fato que se deve, em grande medida, ao importante espaço que a individualidade adquire nos tempos modernos. Com a modernidade, a literatura confessional sai da periferia e conquista o gosto dos leitores que buscam nos chamados “relatos de vida” conhecer a biografia de pessoas com “existência real”. No entanto, é só a partir da década de 1970 que o gênero memorialístico adquire maior destaque nos estudos voltados para a literatura.

Antes disso, vários escritores se dedicaram aos estudos da memória, como vimos no capítulo anterior. Nenhum deles, no entanto, abordou as manifestações mnemônicas como gênero literário, até mesmo porque não se tratavam de teóricos da literatura, mas de estudiosos de outras áreas como filosofia, sociologia, teologia, psicanálise. É Philippe Lejeune quem se dedica ao reconhecimento dos textos memorialísticos enquanto gênero literário. O autor inicia seus estudos sobre o tema em 1971, com a publicação da obra *L'autobiographie en France*, texto que recebe adaptações do próprio autor e resulta no livro *Le pacte autobiographique*. Seus estudos se tornam um marco na história do memorialismo ao reconhecer o gênero e caracterizar os diversos subgêneros da literatura confessional. Mesmo diante de escritos mal vistos e incompreendidos, como a autobiografia, por exemplo, ele se empenha em colocá-lo no mesmo patamar de outros gêneros que compõem o cânone literário.

Lejeune dedica mais de 30 anos de estudo ao gênero memorialístico e publica vários ensaios resultantes dessa pesquisa. Esses textos estão reunidos nas reescrituras de seu “Pacto autobiográfico” (em 1986 e 2001) e ilustram a expansão de seus horizontes ao se dedicar à observação das várias manifestações da “escrita do eu”. Com a observação detalhada do gênero memorialístico, o autor oferece suporte para a identificação dos vários subgêneros que constituem a literatura íntima.

O “Pacto autobiográfico” explica as diferenças entre os vários textos que compõem o gênero memorialístico e esclarece pontos fundamentais para uma formulação teórica de tal gênero. A partir de suas publicações, as discussões relacionadas ao que antes era excluído do cânone literário, por ser considerado como literatura secundária, ganham espaço significativo nas reflexões acadêmicas e nos interesses de críticos e leitores que passaram a reconhecer em tais textos sua complexidade. A respeito da relevância dos estudos de Philippe Lejeune, Paulo Bungart Neto, em seu texto “O reconhecimento tardio da autobiografia como gênero legítimo: Philippe Lejeune e seu ‘exército de um homem só’”, elucida:

[...] os estudos de Philippe Lejeune ao longo de quase 40 anos são, sem sombra de dúvida, a grande referência dentre as teorias que tratam a memória como gênero literário, sobretudo a autobiografia, o diário e outros subgêneros que não escapam à sua curiosidade e interesse constantes (BUNGART NETO, 2012, p. 178).

Dada a importância dos estudos de Lejeune para a caracterização do gênero memorialístico, cabe aqui a apresentação de alguns conceitos presentes em seu livro, especialmente no que se refere à autobiografia, por ser ela o ponto de partida para os estudos dos demais subgêneros da literatura confessional, e os enfoques atribuídos ao diário por ser a categoria na qual se encaixam os escritos de Alice Vaz de Melo que serão abordados mais adiante.

3.2.1. Lejeune e o “Pacto autobiográfico”

Como dito anteriormente, o livro *Le pacte autobiographique*, de Philippe Lejeune, foi publicado em 1975 e reescrito por duas vezes – 1986 e 2001 – e publicado em 2008 pela Editora UFMG com o título *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. As obras de Lejeune buscam esclarecer os problemas do gênero autobiográfico e, a partir de sua caracterização, diferenciá-lo das demais manifestações da literatura confessional. Para Lejeune, a definição de autobiografia seria a seguinte: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14).

Lejeune define a autobiografia como sendo uma narrativa em prosa que se volta para o passado e trata da vida individual de uma pessoa real. Para que o “pacto” se cumpra, é necessário também que haja uma tríplice identidade, ou seja, uma correspondência entre autor

(pessoa real), narrador e personagem principal. Com esses traços, o autor diferencia a autobiografia de “gêneros vizinhos” como memórias, biografia, romance pessoal, diário, dentre outros. Entre a autobiografia e o diário, por exemplo, a categoria distintiva é que o diário não apresenta narrativa retrospectiva, os relatos são imediatamente posteriores aos acontecimentos. Passando para a biografia, o que a diferencia da autobiografia é que não há correspondência de identidade entre narrador e personagem principal.

No entanto, Lejeune aponta que essas categorias não são absolutamente rigorosas, a única condição que não comporta modificações para a autobiografia é a equivalência de identidade entre autor, narrador e personagem principal. Como podemos observar nas palavras do próprio autor:

É óbvio que essas categorias não são absolutamente rigorosas: certas condições podem não ser preenchidas totalmente. O texto deve ser *principalmente* uma narrativa, mas sabe-se a importância do *discurso* na narração autobiográfica; a perspectiva, *principalmente* retrospectiva: isto não exclui nem seções de auto-retrato, nem diário da obra ou do presente contemporâneo da redação, nem construções temporais muito complexas; o assunto deve ser *principalmente* a vida individual, a gênese da personalidade: mas a crônica e a história social ou política podem também ocupar um certo espaço. Trata-se de uma questão ou, antes, de hierarquia: estabelecem-se naturalmente transições com os outros gêneros da literatura íntima (memórias, diário, ensaio) e uma certa latitude é dada ao classificar no exame de casos particulares. Em contrapartida, duas dessas condições não comportam graus – é tudo ou nada (LEJEUNE, 2008, p. 15; grifo do autor).

Dessas duas condições fundamentais que definem a autobiografia – identificação entre autor e narrador e entre narrador e personagem principal – o autor destaca alguns problemas sobre os quais dedica três ensaios do mesmo capítulo. São eles: “Eu, tu, ele” (2008, p.16-19), que expõe as formas de expressar a identidade do narrador e do personagem principal; “Eu abaixo assinado” (p.19-35), onde se discute as manifestações da identidade autor-personagem-narrador; e “Cópia autenticada” (p. 35-41), no qual o autor diferencia autobiografia e biografia, explicando as noções de identidade e de semelhança.

No primeiro ensaio, Lejeune destaca que é possível a correspondência entre narrador e personagem principal sem o emprego do pronome na primeira pessoa, da mesma forma que pode haver narrativa em primeira pessoa sem a mesma correspondência. Para esclarecer possíveis confusões e dar conta da complexidade dos modelos existentes de autobiografia, o autor dissocia pessoa gramatical e identidade dos indivíduos. A autobiografia clássica (ou autodiegética, segundo Gérard Genette) se define quando narrador e personagem principal

possuem a mesma identidade e a narração é feita em primeira pessoa, mas há casos em que a mesma condição de identidade aparece na segunda pessoa (tu) ou terceira pessoa (ele). Este caso Lejeune classifica como “autobiografia em terceira pessoa”, aquele como “autobiografia em segunda pessoa”. Já quando a narrativa aparece em qualquer uma das três pessoas gramaticais, mas o narrador é diferente da personagem principal, estamos diante de uma biografia: homodiegética (eu), endereçada ao modelo (tu) e clássica ou heterodiegética (ele).

Na sequência, Lejeune chama a atenção para o fato de que nenhum pronome remete ao conceito, mas sim a um nome próprio e é, portanto, a ele que narrador e personagem precisam manter relação de identidade. Esse é o critério mínimo de todos os gêneros da literatura íntima, dentre os quais está o diário.

A identidade entre autor, narrador e personagem deve ser claramente assumida no texto, pois, segundo Lejeune, “a autobiografia não é um jogo de adivinhação, mas exatamente o contrário disso” (2008, p. 26). Para a concretização do pacto autobiográfico há, então, a necessidade de, em meio às diversas formas de manifestação, a intenção de honrar sua assinatura. Concluimos, por meio dessas observações, que:

O que define a autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio. E isso é verdadeiro também para quem escreve o texto. Se eu escrever a história de minha vida sem dizer meu nome, como meu leitor saberá que sou *eu*? É impossível que a vocação autobiográfica e a paixão do anonimato coexistam no mesmo ser (LEJEUNE, 2008, p. 33; grifo do autor).

3.2.1.1. O diário

É no ensaio “Um diário todo seu” que Lejeune vai aprofundar seus estudos sobre os traços que caracterizam esse subgênero da literatura íntima. Para ele, escrever um diário é uma atividade discreta e pode ser passageira ou irregular. Exemplo disso são os diários mantidos durante uma crise ou uma viagem que tem sua prática encerrada com o fim do evento a que o diarista se propôs a registrar.

Compondo-se pela escrita cotidiana, o diário apresenta uma série de vestígios, dos quais destaca-se como elemento fundamental a data, primeira preocupação do diarista, que passa em seguida ao registro dos acontecimentos. Mas a datação não é o único elemento que caracteriza essa forma de escrita. Lejeune cita também como fatores a serem observados a “destinação”, o “conteúdo” e a “forma”. Por destinação, o autor se refere à função de “construir ou exercer a memória de seu autor (grupo ou indivíduo)” (2008, p. 261). O

conteúdo depende dos objetivos do diarista. Quanto à forma, o diário não apresenta uma regra fixa, os únicos traços invariáveis são a fragmentação e a repetição. A definição de diário para o autor seria, então, a escrita cotidiana, regular ou não, que se inicia por uma data e tem como marcas principais a fragmentação e a repetição, uma espécie de crônica que visa relatar objetivamente os acontecimentos e impressões de um período bem próximo do que antecede o registro.

Mas afinal qual é a utilidade de um diário? Para essa indagação, Lejeune elucida algumas possíveis respostas. O diário é capaz de conservar a memória, nos permite, após um longo período, reencontrar os elementos do passado livres de fantasias e reconstruções da memória devido à curta distância entre os acontecimentos e seu registro. Outra utilidade do diário é sua modesta contribuição para a memória coletiva. O tempo aumenta o valor das informações contidas no papel.

O diário serve também como confidente de quem escreve, assume função de um “amigo” no qual o diarista descarrega suas emoções com maior liberdade, longe das pressões sociais e contribuindo, portanto, para “a paz social e o equilíbrio individual” (2008, p. 262). Além disso, por meio do diário, podemos nos conhecer melhor. A escrita no papel permite nos olharmos com distanciamento. Esse relato íntimo “pode ser espaço de análise, de questionamentos, um laboratório de introspecção” (2008, p. 263).

Mais um fator que aponta para a utilidade do diário é que ele está voltado para o futuro. “Fazer o balanço de hoje significa se preparar para agir amanhã” (2008, p. 263). Dessa forma, o diário se torna também um instrumento de ação e não uma forma de passividade, visto que, por meio dele, podemos reformular os desafios para serem repensados posteriormente. O diário pode servir também de apoio diante de problemas graves e trazer coragem para enfrentar as difíceis “provas” do cotidiano.

Ainda como utilidade do diário, Lejeune aponta as atividades de pensar e escrever. O pensar remete ao processo de criação, “torna o presente mais leve, mais aberto a suas contradições, e comunica ao leitor a dinâmica da reflexão tanto quanto seu resultado” (2008, p. 264). Finalmente, o diário é resultado do gosto pela escrita. Escrever os acontecimentos do dia a dia nas páginas de um diário pressupõe a liberdade de escolher as próprias regras da escrita.

Mais adiante, Lejeune tenta resolver outro problema percebido ao longo de seus estudos: “o que é o fim de um diário?”. Para tanto, o autor divide suas reflexões em três

dimensões: “o fim como horizonte de expectativa”; “o fim do ponto de vista de sua relação com a finalidade”; e “o fim como realidade”.

A primeira dimensão abordada por Lejeune, a do horizonte de expectativas, busca retratar o diário como escrita sem fim, que apresenta sempre a esperança do dia seguinte. O diário pressupõe a presença do futuro, ele envia sinais para posteriores releituras pelo diarista ou leitura por outra pessoa. Sua narração não prevê um fim, desperta a expectativa da posterioridade. De acordo com Lejeune:

[...] O diário é o registro de presentes sucessivos, aberto para um futuro indeterminado e fatalmente limitado pela morte. Desde o começo, ele programa sua releitura. Talvez não seja lido de fato, mas poderia sê-lo. É um sinal de radar que enviamos ao futuro e que sentimos misteriosamente voltar para nós. Sem essa presença do futuro, não escreveríamos. O diário não dá acesso à contingência de um fim absoluto, mas à transcendência de uma ou várias releituras futuras. Não o imaginamos terminado, mas o vemos antes relido (por nós) ou lido (por outro) (2008, p. 272).

Aqui está um aspecto que diferencia o diário da autobiografia: esta presume desde o início o seu fim, que deve ser o momento da escrita. Se algo escapa à autobiografia é o seu começo, enquanto que com o diário ocorre o inverso, só se conhece o ponto de partida, o ponto de chegada não é determinado, uma vez que existirá sempre um momento após a escrita que trará a possibilidade de uma nova escrita. A ideia de continuação protege o diário da ideia de fim. Além disso, a autobiografia está voltada para o passado, já o diário volta-se para o futuro.

A segunda dimensão, a da finalidade, difere da primeira por retratar o caráter passageiro do diário ao longo da vida, enquanto que aquela toma como ponto de referência a atividade de escrita que acompanha o percurso de toda uma vida, é generalizado. Nesta segunda dimensão, o autor discorre sobre as pessoas que não se mantêm fiéis a um único diário, mas o sustentam por um determinado período e põe fim a sua atividade após ter alcançado seus objetivos.

Lejeune, nessa segunda dimensão, diferencia quatro funções principais para se manter um diário por certo período, podendo essas funções se entrecruzarem. São elas: finalidade de expressão, que se refere tanto à prática de utilizar o papel para desabafar emoções, pensamentos e problemas, quanto à ausência de um confidente. No primeiro caso, a prática termina, normalmente, com a destruição do papel, no segundo, com a substituição do diário por um amigo. Outra função é a da reflexão. O diário, diante de uma crise, pode se tornar

instrumento de análise dos acontecimentos, de exame das escolhas a serem realizadas. Nesse caso, o fim do diário virá com o fim do acontecimento que motivou a escrita.

A terceira função é a de “construir uma memória de papel”, arquivar os acontecimentos, guardar vestígios do vivido. Aqui, o encerramento do diário seria equivalente a um fracasso. Já a quarta função diz respeito ao prazer da escrita, do reconhecimento naquilo que se escreve. Nesse último caso, o abandono do diário seria algo comum, sem o mesmo drama de quando a função é a de memória.

A terceira dimensão a que Lejeune se refere é o diário do fim, aquele que se mantém quando se está à beira da morte, seja como meio de suportar a própria condição, ou como instrumento de luta, é o diário confrontando com a morte do autor. Neste caso, o abandono da atividade pode ocorrer pela falta de força para enfrentar a realidade ou ser encerrado pela própria morte.

Com esses estudos sobre o diário e o gênero memorialístico como um todo, Lejeune busca acabar com o preconceito existente de que essa literatura é inferior aos demais gêneros já reconhecidos nos estudos literários. De 1971, data em que publica *L'autobiographie en France*, até 2001, última versão do *Le pacte autobiographique*, o autor reconhece o memorialismo enquanto gênero e mostra a complexidade que envolve os diversos subgêneros da literatura confessional. Como aponta Bungart Neto:

Ao “exército” de Philippe Lejeune, composto em 1971 por um “homem só”, aos poucos se somam uma Chantal Chaveyral ali, um Wander Melo Miranda aqui, e a “frente de batalha” a favor do reconhecimento dos textos autobiográficos como legítimos representantes da (boa) literatura cresce em progressão geométrica, seduzindo professores, universitários e leitores em geral. E finalmente, após o trabalho incansável de Philippe Lejeune e seus discípulos, o gênero memorialístico exige e obtém a condição que lhe é devida, e então nós, brasileiros, podemos ver, por exemplo, as *Memórias do cárcere* elevadas ao mesmo patamar de *Vidas secas*. Terceiro e último grande mérito de Lejeune, também uma lição: não há gênero literário maior ou menor, e as escrituras do eu, que nada têm de ingênuas, merecem o devido valor (BUNGART NETO, 2012, p. 178).

3.2.2. Registros do cotidiano: uma memória viva

O *corpus* selecionado para a análise que compõe as páginas seguintes constitui-se de dois textos escritos por Alice Vaz de Melo que trazem como traços característicos alguns aspectos enumerados por Philippe Lejeune na definição do diário presente no livro *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*, visto anteriormente, no segundo capítulo deste

estudo. No entanto, não ousamos atribuir tal classificação aos textos em questão por não pertencerem a um suporte maior sob o título de diário e ausente do que Lejeune chama de “pacto” explícito formulado entre autor e leitor. Trata-se de escritos avulsos encontrados nos pertences da autora após sua morte. Interessa-nos aqui perceber as semelhanças entre os apontamentos de Lejeune e os escritos de Alice Vaz de Melo e observar dentro desses textos a presença de registros voltados para questões relacionadas à memória, tais como lembranças da infância/adolescência, observações sobre a passagem do tempo, comparação entre a cidade em épocas passadas e no momento em que a autora escreve, etc. Foram esses propósitos que nos levaram a escolha de ambos os textos.

Iniciemos pela definição básica do subgênero feita por Lejeune, segundo o qual o diário se trata de uma escrita cotidiana, regular ou não, que se inicia por uma data e tem como aspectos fundamentais a fragmentação e a repetição, um relato dos acontecimentos e impressões de um período anterior bem próximo ao momento do registro.

Afirmar se os escritos de Alice foram cotidianos, regulares ou irregulares, não está ao nosso alcance, visto que, como já mencionado, o que restou desses escritos foram textos isolados. Em nossas mãos encontram-se, mais especificamente, oito textos completos, datados entre abril de 1962 e março de 1963. De qualquer forma, a descontinuidade dos textos não é um fator que impossibilita olharmos esses escritos tendo como norte os traços característicos de um diário, já que, conforme Lejeune:

Diz-se frequentemente que o diário se define por um único traço: a datação. A ordem cronológica é seu pecado original (...) Isso significa reduzir o gênero a uma de suas variantes, que não é a mais frequente. (...) o diário é, muitas vezes, uma atividade de crise: a descontinuidade lhe é habitual e se inscreve, alias, no âmago de seu ritmo (LEJEUNE, 2008, p. 274-275).

A descontinuidade (ou talvez a perda dos textos que compõem a sequência dos relatos) nos impossibilita também de voltarmos para outro questionamento feito por Lejeune: “o que é o fim de um diário?”, visto que a inexistência de uma obra completa tira-nos o recurso de analisarmos tal questão. É aos traços característicos de cada texto, portanto, que nos ateremos, e não à ordem cronológica das produções diárias ou aos motivos que tenha ocasionado o término da escrita.

Há, já no início dos dois textos selecionados, um elemento fundamental próprio do subgênero em questão: a data, primeira preocupação do diarista, um com a entrada “Amandina – Abril – 1962” e outro “Amandina – Agosto – 1962”. Percebe-se em ambas a

ausência do dia, apenas o mês e o ano são anunciados. Esse modelo não se repete também nos outros textos, todos os demais apresentam identificação completa, como, por exemplo, o de dezembro que tem como entrada “25.12.1962 – Terça-feira”.

Em seguida, a autora passa ao registro dos acontecimentos e impressões. Vejamos um trecho do texto de Agosto de 1962:

Os olhos azuis brilhantes, por detrás dos óculos, eram olhos de menino. De menino liberto, feliz, solto. E ao ouvi-lo falar, numa tentativa patética, de soltar, esparramar sua alma de garoto, eu senti uma raiva desgraçada do pessoal barulhento que nos rodeava, nos comprimia e acima de tudo insistia em afastá-lo de mim. [...] Quando nos aproximávamos da conclusão de ambos haveremos nascido no século errado, fui obrigada a deixá-lo levando o desejo de ilhar-me com ele num recanto sossegado e aconchegando sua cabeça no meu regaço, acariciar seus cabelos brancos e perder-me para sempre na pureza boa dos seus olhos de menino.

Nesse fragmento, a partir de uma conversa em mesa de bar com um homem que, assim como ela, encontra-se no período conhecido como “terceira idade” (ideia explicitada no fragmento “acariciar seus cabelos brancos”), a autora compara duas situações (a “presente”, isto é, o tempo da escrita do texto, e a “passada”, tempo em que se deu a cena narrada) e evoca um tipo de envolvimento amoroso que a faz recordar uma espécie de “paixão adolescente”, atitude que se materializa na metáfora da “pureza” de seus “olhos de menino”. Ao aproximar as situações, distantes no tempo, mas próximas em intensidade, de certa forma a autora nostalgicamente lamenta o tempo “passado” e “perdido” e constata, com uma dose de amargura, ter “nascido no século errado”.

Finalizando o texto, a autora relata: “A título de despedida piscou-me os olhos marotos e pediu ao garçom uma mais gelada. Na porta do bar voltei-me. Já me havia esquecido”. A expressão “uma mais gelada” mantém ligação com o título “Em busca da mais gelada” exposto no início do texto¹⁴. Essa relação traz a impressão de que o título visa enfatizar o curto espaço de duração do episódio: o tempo exterior abrange apenas a duração do consumo de uma garrafa de cerveja. No entanto, o tempo psicológico arrasta o acontecimento para um tempo mais duradouro, ele abre espaço para a recordação de tempos passados e outras possibilidades de acontecimentos motivados pelos desejos da autora.

¹⁴ É visível a relação que o título deste texto mantém com a tradução de Mario Quintana do romance autobiográfico de Marcel Proust, *A la recherche du temps perdu* (*Em busca do tempo perdido*). Embora essa intertextualidade não seja uma das temáticas contempladas neste estudo, tamanha proximidade desperta uma curiosidade: terá ela conhecido a tradução da Editora Globo, de Porto Alegre, feita no final dos anos 1940 e início de 1950?

Percebemos, por essa citação, que o texto se trata de um relato fragmentado da vivência da autora, traço presente também na caracterização do diário feita por Lejeune quanto à forma da escrita e que, segundo ele, é um traço invariável na identificação desse subgênero da literatura confessional. Mas qual seria a finalidade dos textos de Alice Vaz de Melo?

Esta é uma indagação que Lejeune também levanta com relação ao diário, e se fizermos um paralelo entre a enumeração das possíveis respostas que o autor faz sobre a utilidade do diário com os textos de Alice, perceberemos traços convergentes entre ambos: devido à curta distância entre os acontecimentos e seu registro, o texto permite conservar os fatos e suas impressões e permite, após muito tempo, reencontrar os elementos do passado sem as fantasias e reconstruções da memória. Assim, com a escrita do texto, o episódio relatado da mesa de bar e os sentimentos ocasionados no calor dos acontecimentos, ficarão registrados para uma posterior recordação de quem escreve sem a necessidade de recorrer à imaginação para preencher os espaços vazios deixados na memória pelo esquecimento, ou para conhecimento de outros leitores como uma modesta contribuição para a memória coletiva.

Os textos de Alice se utilizam, ainda, da possibilidade apontada por Lejeune que é a de valer-se da folha de papel como um confidente fiel, um amigo no qual a autora descarrega suas emoções com maior liberdade, longe das pressões sociais. É o que podemos perceber na confissão das impressões e sentimentos que a persegue no decorrer dos acontecimentos como, por exemplo, em “eu senti uma raiva desgraçada do pessoal barulhento que nos rodeava, nos comprimia”, ou na exposição de seus desejos, como em “fui obrigada a deixá-lo levando o desejo de ilhar-me com ele num recanto sossegado e aconchegando sua cabeça no meu regaço, acariciar seus cabelos brancos e perder-me para sempre na pureza boa dos seus olhos de menino”. Nesses exemplos fica visível o tom íntimo e pessoal existente na elaboração do texto, como se o papel fosse uma pessoa em quem a escritora descarrega suas emoções, seus desejos.

Outro fator que merece ser observado é que o diário, segundo Lejeune, é resultado do gosto pela escrita. Escrever os acontecimentos do dia a dia nas páginas de um diário pressupõe a liberdade de escolher as próprias regras da escrita. O gosto pela escrita e as singularidades da escrita de Alice Vaz de Melo trazem para seus textos uma linguagem poética por meio de construções figurativas como, por exemplo, na expressão “e aconchegando sua cabeça no meu regaço, acariciar seus cabelos brancos e perder-me para

sempre na pureza boa dos seus olhos de menino”. Ou ainda em trechos como “Ainda não me fui e a saudade do que ainda não deixei já está comigo” ou “Sob as pontes os rios se debruçarão em prantos contra o cascalho...” presentes no texto de agosto de 1962.

Neste último texto, alguns traços do anterior permanecem, como, por exemplo, a datação, a escrita fragmentada, dentro outros aspectos que veremos na sequência, mas outros se diferenciam. Temos aqui não um relato de um acontecimento de um período passado, próximo ao que antecede o registro, trata-se de uma despedida melancólica da sua condição atual e de uma previsão do que provavelmente acontecerá após a concretização de suas escolhas: “Adeus...(…) Adeus varjões floridos... Adeus cafezais meninos e pomares infantes. Adeus velhos e adorados pais... Adeus córregos saltitantes e adeus Ivinhema – rio e Ivinhema – cidade que desperta e bruxoleia”.

É a exaltação do ambiente em que vive: das flores, das matas, dos córregos, que traz ao texto esse tom melancólico. Alice despede-se de sua vida atual lamentando o que deixará para traz quando for embora, impulsionada, ao que parece, por um amor sofrível, talvez impossível, como alude o trecho:

Não. Não vou por tua causa, sertão. Vou para longínquos e desconhecidos horizontes por causa “dele”. Por meu amor. Amor que me vem matando aos poucos através dos anos. E eu não quero morrer de amor... Quero viver... (...) Não maldigo o destino, nem o homem que aceitou meu amor e com o passar do tempo passou a procurá-lo. Antes, bendigo os momentos raros que passamos um nos braços do outro. Mas estou cansada de viver poucos dias no ano. Por isso vou partir.

A troca desproporcional de sua “terra querida” “pelos dias sem crepúsculo da cidade grande”, “pelo palavreado convencional da turba hipócrita que me envolverá amanhã” e que talvez traga como consequência a sua transformação em um ser irreconhecível, tem apenas um propósito: “a esmola do esquecimento”. Mesmo pertencendo a um ambiente “perfeito” a seus olhos, a existência de um amor que torna sua vida estéril por sua constante ausência provoca a necessidade de transformação.

Há nesse texto uma visível romantização dos acontecimentos: um amor “absorvente, louco, letal”, que a faz sofrer, que torna sua vida estéril, que provoca um sentimento contraditório de incompletude mesmo diante da exaltação da natureza e de tudo o que a rodeia, pois tudo o que a cerca traz a imagem da pessoa amada: “Quando eu me for... (...) Os cafezais falarão dele...”, mas ainda assim a faz bendizer esse amor e os raros momentos em que passou em sua companhia.

Com essas observações, podemos perceber que, talvez até com maior intensidade que o texto anterior, este se utiliza da escrita como forma de descarregar suas emoções, tem no papel o espaço e o refúgio para se abrir sem o risco de julgamentos sociais, o que contribui modestamente para o equilíbrio individual. Descarregar o peso das emoções e dos pensamentos, esvaziar o coração no papel pode ser uma atividade que substitui a ausência de um ouvido amigo para apoiar ou aconselhar nos momentos de crise.

O exercício da escrita aqui também pode ser uma forma de conhecer-se melhor. A escritora projeta-se no papel e, na exposição de seus sentimentos, na atenção dada a si, transforma a escrita num espaço de construção interior, de laboratório de introspecção. O texto se transforma, assim, numa espécie de viagem de exploração individual, possibilidade encontrada, segundo Lejeune, na prática de elaboração de um diário.

E essa reflexão ocasionada pelo aparente conflito vivenciado pela autora apresenta duas faces apontadas por Lejeune: “analisar-se e deliberar”. O espaço que o texto oferece como refúgio para meditar tranquilamente sobre os problemas enfrentados, também abre caminhos para examinar as escolhas que precisam ser realizadas, como uma atividade em busca de um fim, no caso desse texto de Alice, do esquecimento.

Não podemos esquecer ainda a contribuição desse texto para a memória coletiva. Sobretudo na descrição do ambiente que contextualiza os relatos de Alice Vaz de Melo acerca de “Ivinhema – rio e Ivinhema – cidade”, temos a possibilidade de conhecer melhor os traços que compunham o cenário da região nos primeiros anos de existência daquele lugar, especialmente porque o tempo aumenta o valor dessas informações contidas no papel.

Mais um fator que se torna perceptível nesse texto é que, junto com a despedida, a autora faz um balanço de como está a sua vida no momento da escrita, por isso podemos dizer que o texto está voltado para o futuro, é um instrumento de ação e não uma forma de passividade, já que, de acordo com Lejeune, “Fazer o balanço de hoje significa se preparar para agir amanhã” (2008, p. 263), ou seja, por meio dele, Alice tem a possibilidade de reformular os desafios para serem repensados posteriormente. Dessa forma, percebe-se aqui mais um ponto em comum com a descrição do autor a respeito das funções de um diário.

Um elemento, no entanto, presente nos textos de Alice que não pertence aos elementos enumerados por Lejeune são os títulos que antecedem a datação de cada texto. Incomum ao subgênero em discussão, o título é um artifício utilizado pela autora em todos os fragmentos desse possível diário.

Diante das observações realizadas até aqui, notamos que os textos de Alice Vaz de Melo apresentam vários elementos em comum com as definições feitas por Philippe Lejeune em seus estudos sobre o diário. Quer em aspectos como datação, fragmentação e repetição, quer nas possíveis utilidades que tais textos desempenham na prática de sua escrita, as convergências superam em muito os traços que se divergem da caracterização de um diário. E mesmo esses aspectos divergentes da proposta desse estudioso da literatura confessional, podem ser justificados pelas variações que o subgênero memorialístico apresenta. Conforme aponta Lejeune no trecho: “O diário é simplesmente humano. Tem suas forças e suas fraquezas. E as formas que assume, as funções que preenche são tão variadas que é bem difícil tratá-lo como um todo” (2008. p 267).

Dois aspectos ainda trabalhados no decorrer deste estudo se manifestam nos textos de Alice Vaz de Melo: a presença de atividades de rememoração, mais especificamente no primeiro texto, e a menção ao esquecimento no segundo. O primeiro texto de Alice, ao buscar em um relacionamento maduro resquícios de uma espécie de “paixão adolescente”, alude a um tempo há muito vivenciado, necessitando, assim, de lembranças que tragam para o presente os fatos e sentimentos que ficaram no passado. Quanto ao esquecimento, Alice o menciona em seu texto não como uma deficiência, semelhante aos conceitos platônico ou aristotélico, mas como um recurso necessário a sua vivência, como meio de pôr fim a seus conflitos interiores.

Considerações finais – Alice Vaz de Melo: a voz feminina da literatura memorialística do Vale de Ivinhema

em mim / eu vejo o outro / e outro / e outro / enfim /
dezenas / trens passando / vagões cheios de gente /
centenas // o outro / que há em mim / é você / você / e
você // assim como / eu estou em você / eu estou nele /
em nós / e só quando / estamos em nós / estamos em paz /
mesmo / que estejamos a sós (Leminski, 1983, p. 12).

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 2006, p. 30).

No trajeto percorrido até aqui, procuramos destacar como as produções de Alice Vaz de Melo vinculam-se ao projeto “A memorialística no Mato Grosso do Sul como gênero representativo da identidade cultural fronteiriça”, citado no início deste estudo, que busca, dentre outras coisas, mostrar a variedade de produções do gênero confessional existente no estado mencionado no título do projeto e trazê-las ao conhecimento do público leitor e da comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, esta dissertação visou dar notoriedade à parte da obra de Alice, especialmente por ser a autora desconhecida até mesmo na cidade em que residia e que retrata em seus escritos.

Nessa atividade de apresentação e inserção das produções de Vaz de Melo ao conjunto de obras confessionais dos escritores sul-mato-grossenses, os textos selecionados para investigação foram observados pelo viés dos estudos memorialísticos, o que nos permitiu perceber as manifestações fenomenológicas da memória e verificar a presença de aspectos históricos e culturais dentro dos textos analisados.

Ao incluir algumas teorias que buscam dar conta da fenomenologia da memória e aproximar algumas delas das produções da escritora ivinhemense, procuramos demonstrar como seus textos utilizam-se de atividades mnemônicas para recriar um passado vivenciado coletivamente e, a partir daí, avaliar o presente e criar expectativas para o futuro. Alice reconstrói o passado com base em espaços sociais do presente, suas lembranças não aparecem apartadas da sociedade, elas demonstram que o indivíduo é o resultado das interações com o grupo a que pertence, a presença do “outro” está em si, em seus escritos, em sua memória, suas lembranças “permanecem coletivas”, fato que justifica a relação estabelecida entre as produções de Alice e os conceitos de Maurice Halbwachs, já que, para este, “a representação das coisas evocadas pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas (2006, p.61)”, ou ainda:

Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

E ao inserir em seus textos a narração de fatos históricos mergulhados em suas impressões pessoais, Alice Vaz de Melo vai além de dados informativos, ela revela verdades e possibilidades do contexto de sua época, expressa formas de pensar e de agir, discutem

aspectos culturais e históricos da formação e desenvolvimento da cidade de Ivinhema e região. Suas produções são o retrato de um determinado tempo e lugar e se fazem pertinentes à medida que revelam a complexidade de obras literárias ricas em aspectos histórico-identitários, estreitando, assim, os laços entre literatura e história.

Também vale lembrar que os textos de Alice se destacam pelas condições de produção em que eles se manifestam. Em um tempo e lugar em que a educação das mulheres se limitava ao mínimo e necessário às formações de boas esposas e mães, confinadas aos espaços privados, domésticos, ausentes, portanto, das mesmas instruções e experiências de vida vivenciadas pelos homens, Vaz de Melo se faz conhecer pelo envolvimento social, histórico e cultural com o meio em que vive, ela rompe com as regras do silêncio e transgredir até mesmo os limites discursivos demarcados pelas “paredes” da esfera privada impostos ao sujeito feminino pelos conceitos patriarcalistas.

Essas transgressões de Alice Vaz de Melo devem-se às suas constantes preocupações com o desenvolvimento da cidade, com o bem estar da população e principalmente pela conservação dos bens públicos e do patrimônio cultural que fazem parte da memória coletiva e que ficarão para as próximas gerações. É o que podemos perceber, por exemplo, na denúncia aos atos de vandalismos ou no convite que faz aos leitores de suas crônicas a refletirem sobre suas responsabilidades diante dos acontecimentos que os envolvem, como vemos em: “Você acha que estamos construindo a cidade perfeita para os nossos filhos?”, na crônica do dia 25 de agosto de 1970, ou na outra do dia 30 de outubro do mesmo ano: “Que fizemos até agora para punirmos os culpados, para encontrarmos os donos da balbúrdia?”. Suas preocupações e envolvimento com a região também se manifesta no elogio e incentivo às pessoas que lutaram/lutam pelo crescimento da cidade, na crítica aos incrédulos da prosperidade alcançada pelas conquistas e, até mesmo, no acentuado tom de ironia com que a autora dosa seus escritos.

Outro aspecto ainda merece destaque: os diferentes enfoques utilizados pela autora. Vimos anteriormente que, nas crônicas, Alice se volta ao público, aos problemas sociais, como forma de denúncia e preocupação com a memória coletiva e com o patrimônio da população, já os textos com aspectos de diário se volta para o privado. A escrita íntima aparece como forma de vasculhar o próprio “eu”, o que, conseqüentemente, resulta num maior conhecimento de si. As crônicas estabelecem um diálogo com o leitor, os textos íntimos, consigo mesma.

Por meio da análise das crônicas, foi possível perceber o quanto os vestígios e marcas da memória influenciam na construção psicológica e identitária de uma pessoa e, com o auxílio da escrita, possibilitam reviver e propagar os fatos que marcam a história do indivíduo e da sociedade. Temos nos textos de Alice Vaz de Melo uma fonte de conhecimento do passado, pois seus escritos são palco dos episódios que possibilitam a construção de uma memória coletiva. Seus textos merecem destaque, já que resgatam o passado para garantir às gerações futuras a busca da identidade, a memória do passado materializado nos valores atuais das memórias individual e coletiva.

Diante dos resultados obtidos com essa pesquisa e das conclusões às quais as reflexões dos textos de Alice Vaz de Melo nos conduziram, é possível afirmar que a autora foi uma figura relevante para seu tempo e seu lugar. Seus escritos, suas denúncias contribuíram significativamente para a conscientização e envolvimento das pessoas com o seu meio. Hoje, se torna fundamental para a literatura e para a história sul-mato-grossense porque mostram o texto literário como possibilidade de reconstruir uma época. Por todos esses aspectos e tantos outros que poderão surgir em novas análises, os textos de Alice Vaz de Melo precisam sair do anonimato, ganhar notoriedade e compor o rol de produções memorialísticas do Mato Grosso do Sul.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221. (Obras escolhidas, v. 1).

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia. (org.) *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3ª ed. Maringá: Eduem, 2009.

BUNGART NETO, Paulo. O memorialismo no Mato Grosso do Sul como testemunho da formação do estado. In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos (Org.). *Literatura e práticas culturais*. Dourados: Editora UFGD, 2009, p. 111-127.

BUNGART NETO, Paulo. O reconhecimento tardio da autobiografia como gênero legítimo: Philippe Lejeune e seu “exército de um homem só”. In: _____.; PINHEIRO, Alexandra Santos (Orgs.). *Estudos culturais e contemporaneidade: literatura, história e memória*. Dourados: Ed. UFGD, 2012, p. 161-180.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: _____. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.

COUTINHO, Eduardo. Sem centro nem periferia: é possível um novo olhar no discurso teórico-crítico latino americano?. In: *Literatura e memória cultural: Anais do 2º congresso ABRALIC*. Belo Horizonte: ABRALIC/Editora UFMG, 1995, v. 11, p. 621-633.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. Trad. de Beatriz Sidou.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges.

LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. Org. Jovita Mª Gerheim Noronha. Trad. Maria Inês Coimbra Guedes e Jovita Mª Gerheim Noronha.

LEMINSKI, Paulo. *Contranarciso. Caprichos e Relaxos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

MELO, Alice Vaz de. *Decisão*. Ivinhema: 1962.

MELO, Alice Vaz de. *Em busca da mais gelada*. Ivinhema: 1962.

MELO, Alice Vaz de. Umas e Outras (crônicas). In: *O grito*. Ivinhema: 1970-1971.

MENESES, Adélia Bezerra. Memória, História e Ficção: Blade Runner. In: *Literatura e memória cultural: Anais do 2º Congresso ABRALIC*. Belo Horizonte: ABRALIC/Editora da UFMG, 1991, v. 2, p. 207-217.

MIGNOLO, Walter de. A razão pós-ocidental: a crise do ocidentalismo e a emergência do pensamento liminar. In:_____. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 133-180.

MOISES, Massaud. A crônica. In:_____. *A criação literária: prosa: formas em prosa: o conto: a novela: o romance: o ensaio: a crônica: o teatro: outras expressões híbridicas: a crítica literária*. 11. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1983, p. 245-258.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In:_____ (Org.). *Rompendo o silêncio: Gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p.11-55.

PEIXOTO, Nelson Brissac; SALLES, João Moreira. Paz revê horror e maravilhas da América. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, Caderno “Ilustrada”, 19 de novembro de 1989, p. 14.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In:_____ *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUC, 2005, p. 33-43.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. História e Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho & MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p.11-27.

PONTES, José Couto Vieira. *História da literatura sul-mato-grossense*. São Paulo: Editora do escritor, 1981.

PONTES, Roberto. Três modos de tratar a memória coletiva nacional. In: *Literatura e memória cultural: Anais do 2º Congresso ABRALIC*. Belo Horizonte: ABRALIC/Editora da UFMG, 1991, v. 2, p. 149-159.

QUEIROZ, Carlos Eduardo Japiassú de. A escritura da memória como fundamento identitário do eu. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 12, 2008, p. 365-377. Disponível em: www.abralic.org.br/revista/2008/12. Acesso: 03/04/2012.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

SANTOS, Eloísa Prati dos. Pós- Colonialismo e Pós-Colonialidade. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (org.) *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 341-365.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Memória e esquecimento. In: *Literatura e memória cultural: Anais do 2º Congresso ABRALIC*. Belo Horizonte: ABRALIC/Editora da UFMG, 1991, v. 2, p. 202-206.

SCHÜLER, Donaldo. A fragmentação da memória. In: *Literatura e memória cultural: Anais do 2º Congresso ABRALIC*. Belo Horizonte: ABRALIC/Editora da UFMG, 1991, v. 2, p. 417-427.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Escrituras da história e da memória. In: _____ (Org.). *Palavra e imagem: Memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006, p. 205-225.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. Representação das cidades. In: *Formação: Revista da Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus Presidente Prudente/SP*, n. 8, 2000-2001, p. 75-97.

SOUZA, Tânia Regina de. *A infância do velho Graciliano: Memórias em letras de forma*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

TEDESCHI, Losandro Antonio. As mulheres e a história: entre a invisibilidade e o protagonismo no discurso histórico. In: PINHEIRO, Alexandra Santos; BUNGART NETO, Paulo (Orgs.). *Estudos culturais e contemporaneidade: literatura, história e memória*. Dourados: Ed. UFGD, 2012, p. 135-157.

VÁRIOS AUTORES. Arquivos da empresa SOMECO S. A. Consulta em: maio de 2013.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1990.

ZAGURY, Eliane. *A escrita do eu*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

Anexo 1: Crônicas

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 01 – 20 de junho de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Junho e maio... Quermesses, fogueiras, bailes, etc. Ivinhema, como renasce em animação e euforia. E foi exatamente nesta época que o nosso jornal nasceu, aproveitando a onda esperançosa e jovem. Talvez nos chamem de presunçosos por apelidarmos de jornal a um amontoado humilde de palavras mal colocadas. Sabemos, porém, de antemão que, poucos serão aqueles que não compreenderão o nosso esforço em apresentar algo já novo à nossa querida cidade-menina.

Portanto de agora em diante, a nossa juventude, o nosso comércio, a nossa adolescência terão a sua página, o seu representante, a sua vida em nosso “jornal”...

Sabemos que o povo de Ivinhema, sempre pronto a colaborar com a nossa comunidade, tudo fará, para prestigiar as nossas humildes páginas. Precisamos desse apoio.

Contamos com todos.

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 02 – 07 de julho de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Mais uma vez ficou provado que de discussões, quase sempre, brota algo aproveitável; uma réstia de luz...

A juventude de Ivinhema, justiça haja, sempre esteve jogada às traças, sem um plano sadio de divertimento, sem alguém que se interessasse por elas, dando-lhe um pouquinho de alegria e incentivo. Senão vejamos: alguém se lembra de mencionar uma festinha; o que acontece? “Lá não vou”, “Não dá pé”, o fulano não se dá com meu pai”, “Conversa sô, tão querendo é arrancar dinheiro da gente”, e assim por diante...

Vocês sabem o que aconteceu as sexta feira? A juventude fez um simulacro de reunião, xingou, discutiu, discordou, concordou, tornou a discordar e a discutir... e sabe qual foi o resultado? Duas festas boas, alegres, onde todo mundo se divertiu, cantou e dançou.

Então vocês não acham que a juventude deveria se reunir mais vezes? Se for preciso brigar para que aconteçam festinhas similares, vamos discutir e brigar, minha gente! Assim provamos que a mocidade ivinhemense existe, vibra e quer aparecer, com a graça de Deus.

Falando em juventude, ainda, o que acontece com o conjunto “Os Vibra-Sons”? os rapazes tocam direitinho, são esforçados, já foram animar muitos bailes aí por fora. Por que, então, a turma daqui não os prestigia? Será política? O que é que há minha gente? Vamos dar valor ao que é nosso.

E viva a juventude “Prarentex” de Ivinhema.

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 04 – 04 de agosto de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Você vai passear, cai num buraco. Vai ver as onças na Someco, elas nem te ligam e continuam a dormir. Vai assistir um filme, o dito cujo não tem visão, não tem diálogo, não tem graça, não tem fim, não tem começo e ainda por cima está arriscando a sentar-se numa cadeira sem assento e ver a roupa se desmanchar num prego e ouvir atrás de você a irradiação completa da última fofoca ou amor em grande escala com suspiros e tudo.

Meio chateado, você resolve ir tomar uma gelada no bar do Hoston, mas não pode porque lá virou ponto de taxi. Tenta então conversar com a Yolanda mas ela está mais chateada ainda com o correio, com a vida e até com você.

Conversar com o Pieretti? Nem pense, ele está muito preocupado com a construção do Hotel Novo. Aí você volta e tenta um papo com o agrônomo da ACARMAT. E... eu sabia, esqueci de avisar que ele só gosta de conversar com ele mesmo.

Bem, então você encosta na construção do novo cinema e fica olhando até que alguém lhe joga um tijolo em cima.

Em desespero de causa, você vai descendo a rua, chutando areia, tossindo por causa da areia e pensando na vida. Queria comer um bauru, uma pizza, um treco diferente, mas não tem. Queria conversar com alguém, falar de Belfast, do Cambodje, do Milor Fernandes, do Pelé, mas ninguém sabe nada. Só sabe que o Chiquinho do Hoston e a Eulina estão escrevendo para um jornal que é uma droga, que a Maria de tal está namorando não sei quem, que a Dona Carolina soube que a Dona Margarida falou que o que a Dona Sara disse é pura mentira, que quem sabe do caso direito mesmo é a Dona Clarinda, pois estava lá e escutou tudo o que a mulher do Segismundo contou pra cunhada do Chico Pororoca.

Aí você entorta. Senta na calçada da Coletoria, olha pra casa do Sr. Aquiles e berra, cheio de fé e coragem:

_ IVINHEMA, EU TE AMO!!! _

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 05 – 14 de agosto de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Muita gente se esquentou com a nossa crônica anterior, achando que estávamos pichando Ivinhema, esquecendo-se que antes deles desconfiarem da existência de nossa querida cidade, nós já a amávamos e lhe... descíamos o sarrafo!

Vejamos então, meus prezados ofendidos, falamos mal de nossos filhos, de nossas famílias, mas não permitimos que nenhum estranho o faça. Assim acontece conosco em relação à Ivinhema. Ousarão dizer que existe aqui, alguém que goste mais dela do que nós, seus humildes pichadores?

Continuando; as cadeiras do nosso cinema estão sem assento... de quem é a culpa? Dos proprietários? Não. A culpa é dos próprios ivinhemenses que, talvez tenham sangue de índio, de bugre, sei lá, pois que vantagem existe em depredar uma coisa que é nossa? E não é só no cinema não. Em toda parte se evidencia o vandalismo, uma falta de educação e escrúpulos que precisa ser corrigida: árvores decepadas, torneiras arrebentadas... é o máximo: ao apagarem-se as luzes num baile qualquer, a boça agora é quebrarem-se copos e roubarem-se garrafas de bebidas.

Não queremos generalizar, pois os ivinhemenses em sua maioria são pacatos e ordeiros, mas perguntamos: o que sucederá quando for inaugurado o novo cinema? Vai ser um cinema moderno, uma casa de espetáculos que poucas cidades interioranas se gabarão de ter... Teremos classe para frequentá-lo? Ou continuaremos a assistir os vandalismos e depredações que sempre temos visto no velho cinema que durante tanto tempo nos divertiu? E o novo clube? Será que irá continuar os quebra-quebras?

Aos proprietários e dirigentes das coisas novas, que vão surgindo em Ivinhema, a nossa sugestão: severidade, muita severidade. Que os culpados da destruição e arruaças sejam vigiados e punidos, para que aprendam a conservar e dar valor àquilo que é nosso, pois servirá como cartão de visita ao nosso querido Ivinhema, ou então jamais teremos nada limpo e novo.

E aos que se julgam ofendidos com as nossas gozações, uma pergunta: “a nossa crônica diminuiu a frequência no cinema”? Outra coisa: vocês conhecem alguém mais que vá tanto ao cinema como nós? Então que diabos... deixa a gente falar, ué... E vê se dá para passar os filmes bons na “terça feira” que não tem aula de matemática...

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 06 – 25 de agosto de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Ninguém pode negar que, quase todos os moradores adultos de Ivinhema, vieram de outras cidades, outros ambientes, outras plagas... E sabe o que aconteceu com todos nós, através dos anos? Nós estamos transformando em verdadeiras ostras! Sim, podemos nos vangloriar de que estamos construindo um magnífico arquipélago. Uma ilha aqui, outra ali, etc...

Vejamos: eu, você, quase todos ainda nos lembramos de pacatas cidadezinhas, onde todos se conheciam, se estimavam, discutiam... Havia sempre um professor que gostava de cantar em festinhas de aniversário, alguém que tocava violão, a moça vizinha que declamava, os rapazes que organizavam teatro, as donas de casa que se reuniam em qualquer casa para jogar, conversar ou simplesmente falar dos maridos que, ou estavam jogando, reunidos em algum bar ou pescando uma garrafa, no rio mais próximo. E as excursões, os pic-nics onde todas as famílias iam, tornando seu filhos os mais felizes do mundo?

Sejam sinceros, o que acontece em Ivinhema? Você acha que estamos construindo a cidade perfeita para nossos filhos? Você sabia que existe um plano magnífico para a construção de um clube, ou você foi o primeiro a desacreditá-lo, a dizer que não vai colaborar porque sabe que não vai dar em nada? Continuamos o jogo da verdade: se não fosse uns poucos meninos animados, existiria a quadra, a famosa quadra do “Zé Martins”? E o que você fez para incentiva-los? Nada. Eu sei porque nós nunca fazemos nada que anime a vida em coletividade... Ao contrário, nos fechamos cada um, em nossas conchas e fazemos questão absoluta que nada perturbe o nosso egoísmo. Só nos conversamos no cinema ou na igreja. Depois cada um segue seu caminho, satisfeito com seu mundo, sua concha. As crianças? Ora, elas não sabem nada. Os adolescentes? De que reclamam eles? Não precisam dessas bobagens de bailes e jogos, no meu tempo não tinha nada disso! Mas, confesse que tinha... Ora se tinha! No interior de São Paulo ou do Paraná, você deve se lembrar... Eu sei que se lembra, porque no seu álbum de fotografias, lá está a turma toda reunida em alegres brincadeiras e serões...

Ou mudamos nossa mentalidade ou Ivinhema se transformará na cidade-egoísmo. E nossos filhos sairão daqui para construir outro arquipélago à margem da Transamazônica.

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 07 – 05 de setembro de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Vai daí, você resolve ir a um baile. Faz um vale, informa a namorada que se estrumbica e faz um vestido novo. E lá vão os dois certos que beberão uma e outras e dançarão a noite toda completamente esquecidos da semana de trabalho e das atribulações...

Então você entra pelo cano. E sabe por que? No baile já tem mais ou menos umas duas dúzias de inocentes criancinhas que tudo farão para infernar sua vida, impedi-los de comer, beber e dançar. E vá você falar alguma coisa; leva a maior sessão de nomes pequenos e grandes, pra não falar dos médios que vem de contrapeso.

Não é exagero nosso, todos sabem que não, pois tem assistido a esses espetáculos deploráveis quase todos os sábados ou noites dançantes. São grupos e mais grupos de garotos que permanecem no bar, na pista, em volta das mesas, lá fora insultando, enfim, em todos os lugares e o pior de tudo, além do horário em que é permitido a presença de menores em locais públicos.

Nosso apelo em nome da comunidade e da juventude ivinhemense que tem feito tudo para organizar bailes bons e que estejam à altura daqueles que trabalhando a semana toda querem o direito de poderem se divertir em paz. Noite e madrugada não foram feitas para as crianças e os responsáveis por estes anjinhos tem que tomar providências nesse assunto.

E você que vai dançar, toma cuidado ao voltar à sua mesa; não vá pisar no irmãozinho de sua namorada que está embaixo da cadeira colecionando caixinhas de fósforos vazias...

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 08 – 15 de setembro de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Como todo mundo diz que quando eu morrer meu corpo irá numa caixa de fósforo e a língua numa Scânia, lá vou eu valorizar, tornar sempre uma realidade constante o que dizem...

Vai daí... Vocês sabiam que em Ivinhema existe uma Santa Casa com recibos de mensalidades, impressos, estatutos, etc.? Existe sim! Acontece o seguinte: a dita Santa Casa ainda não teve a oportunidade de aparecer, porque na nossa abençoada cidade não existe indigentes, nem ao menos um doentinho pobre. É sim, ninguém tem culpa se a Casa Santa não consegue matéria prima, quero dizer, não consegue doentes para mostrar o que pode fazer por todos nós.

Você continua não acreditando? Puxa, mas você é pouco inteligente, heim? Estou dizendo que existe, é porque existe, com diretoria, membros honorário, etc. Só não tem freguês! Agora vem cá, temos culpa se o clima de Ivinhema é o mais saudável do mundo? E o povo, o mais rico? Temos culpa se você prefere ir para Angélica, Nova Andradina, Prudente para se tratar e à sua família? Temos culpa se ninguém acredita na existência da Santa Casa?

Também não temos culpa nenhuma se você não tem nenhum pouco de imaginação, para notar a Santa Casa que é tão santa que é a única no mundo a ser invisível!

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 09 – 30 de setembro de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Era uma vez uma cidade localizada num país maravilhoso, cheio de encantos mil. Era uma cidade nova, - uma casa aqui outra ali e alguns habitantes cheios de vontade de construir e viver. Foram-se erguendo armazéns, lojas, escolas, etc...

Um dia, sempre existe um dia, como dizem os escritores, apareceu um novo personagem: esguio, elegante, culto e frio. Sua voz era macia como a dos diplomatas. Nada fazia, a não ser percorrer as ruas, as lojas, as residências e as chácaras e fazendas. A mulher cansada da rotina caseira e com sonhos de grandeza, ele sussurrava entre um gole de café e um bolinho:

- A senhora é louca de morar aqui: olhe seus filhos como estão: precisam de outros ambientes, escolas melhores, bons clubes, outras vivências... A senhora mesmo, precisa de conforto, de alimento melhores e mais baratos.

Na loja, onde o dono cochilava sobre suas peças de pano, lá vinha a voz macia do homem de terno preto:

- Isso aqui não vai pra frente... Olha, o senhor mal ganha pra comer... Lugar é São Paulo, lá com uma portinha o senhor ganha cem vezes mais... Que futuro o senhor tem aqui? Com quem suas filhas vão conviver e se casar? O vizinho é mal casado, as outras moças são assanhadas, os rapazes vagabundos... Lugar é São Paulo.

E lá seguia a ave de mau agouro.

- Aquele médico? Deus me livre, é pau d'água, ateu e amigado! Deixa o desgraçado ir clinicar no inferno!

E puxando uma tossinha:

- Terrinha infeliz... Planta não, seu Zé, aqui só dá capim... Acarmat? Besteira, é jeito de tirar dinheiro, de cobrar imposto... Vende tudo e compra um caminhão. Se arranque enquanto é tempo.

Às vezes até as moças ouviam:

- Minha filha, isso aqui não é lugar... Você não pode ter amizade com ninguém, cai logo na língua do povo! A Maricota? A Florisbela? Cruzes, as famílias não têm nem carro!

O tempo passou... Um dia passei por lá. Cadê a cidade? Tinha desaparecido. Em seu lugar havia alqueires e alqueires de pasto. No meio do colômbio avistei o dito cujo, montado num cavalo preto, de terno preto, fumando um cachimbo preto. A curiosidade venceu-me:

- Me desculpe, de quem é isso tudo?

A figura sorriu amplamente:

- Meu, todinho meu...

Antes de ir-me, perguntei a sua graça, aliás, o nome do desgraçado. E ele respondeu, depois de uma baforada:

- Egoísmo da Silva, à seu dispor!

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 16 – 30 de outubro de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Há pouco tempo, o nosso cinema teve a oportunidade de exibir um filme que todos os moradores de Ivinhema deveriam ter assistido. O filme em questão foi: CAÇADA HUMANA onde se revela com toda crueza a indiferença, a maldade, o cinismo de um povo diante de acontecimentos que não chegavam a perturbá-lo senão quando os feria em sua própria carne, em seu próprio egoísmo. A indiferença chegou a tal ponto que nem o assassinato, o crime, chegou a despertar aquela gente.

Perguntarão vocês: que temos nós com isso?

Exatamente o que eles também tinham com o que aconteceu. Não podemos absolutamente alegar completa ignorância do que anda sucedendo em nossa cidade. Ouso afirmar que no passo que vamos, em breve estaremos às voltas com algo semelhante a um crime. Ninguém mais pode ir a um baile, a um cinema, à casa de um amigo, de carro, tem que ir a pé, se quiser; pois está arriscando a ter seu veículo depredado, arranhado, amassado, de pneus vazios e outras coisas piores!

Outro dia sucedeu outro caso lamentável. Ao anoitecer acabaram com as carteiras das salas de aula e se não tivesse aparecido alguém, possivelmente teriam ido mais adiante.

O que nos agita o sangue, nos enraivece é que ninguém vê, ninguém sabe, ninguém escuta... Nossos filhos que vão estudar aonde quiserem, e se quiserem que sejam criados nesse ambiente de vândalos, de criminosos, de cafajestes. Eu, você, todos nós, somos, em parte responsáveis por esse estado de coisas. Que fizemos até agora para punirmos os culpados, para encontrarmos os donos da balbúrdia?

Onde estamos? Quem são os criminosos? Quem forma essa corja de vagabundos, imorais e irresponsáveis, sem respeito nenhum ao bem comum e à propriedade alheia? Até quando vamos aturar isso? É de seu conhecimento que na outra noite o filho de um proprietário teve sua mão ferida à faca por um desses bandidos e teve medo de usar sua arma porque percebeu que um dos atacantes era menor?

Ou tomamos providências urgentes ou esse bando de salafrários tomará conta da cidade, dominarão nossos filhos com seu veneno, invadirão nossos lares e impedirão para sempre que essa cidade seja aquela que todos nós sonhamos.

Quem viu? Quem sabe? Ou só vamos tomar conhecimento depois de vermos a cor do sangue de um dos nossos?

O Grito/Ivinhema – MT

Ano I – Nº 12 – 11 de novembro de 1970

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Parece que foi ontem... O ruído surdo dos machados, o grito aflitivo das araras, a algaravia dos peões paraguaios, os ranchos junto ao Ponta Porã, a estrada para a Gleba Azul que era apenas um Nome e nada mais. E quem não se lembra ainda de quando a chaminé da Serraria Piravevê se tornou um marco em meio aos trancos calcinados? Motivo de orgulho para uns e de escárnio e descrença para outros?

Mas a Ivinhema querida, mais progressista e esperançosa que nunca, abrindo os braços para aqueles que chegam e querem trabalhar.

Sete anos... Fazem sete anos que nos trouxeram notícia de sua emancipação política à 11 de novembro de 1963. E quantos não acreditaram na sua sobrevivência? Para esses é a lição viva de uma terra bendita da terra prometida!

Nós que a conhecemos sem armazéns, sem escolas, sem ônibus, sem correio, sem conforto algum, nós a saudamos hoje, com o coração cheio de alegria e embevecimento, com a alma repleta do justo orgulho daqueles que a viram crescer ou que estão crescendo juntos.

As sibipirunas que foram plantadas – para florescerem exatamente na época de seu aniversário a saúdam num festival verde amarelo. Tudo em Ivinhema é cor, alegria e festa.

Foram sete anos de trabalho, de luta, de esperança. E para aqueles que com seu pessimismo pretenderam abafar a nossa fé em Ivinhema, o exame de consciência, e balanço obrigatório: Ginásio, ACARMAT, cinema, cafeeiros produzindo, soja, trigais, Banco, estradas! E as glebas que eram apenas nomes e mapas que não convenciam? Elas estão aí para provar que somos o que seremos, para provar que aqui só ficam as pessoas de fibra, de coragem, de brio!

Nossos parabéns Ivinhema! Vitória, Cristalino, Jaborandi, Ubiratã, Azul, Piravevê, Itapoã, nossos agradecimentos!

E para aqueles que têm dor de cotovelo, a célebre frase do filósofo popular “IVINHEMA É NOSSA E BOI NÃO LAMBE!”

O Grito/Ivinhema – MT

Ano II – Nº 15 – 19 de março de 1971

Sessão “Umas e outras” (Alice Vaz de Melo)

Era uma vez uma cidade. Não, não é aquela que você está pensando. Cidadezinha nova, buracos novos, etc.

Vai daí, a cidadezinha recebia de braços abertos aqueles que desejavam começar a vida, trabalhar, construir e... falar mal da vida dos outros.

Só tinha uma coisa. Dominando a cidadezinha, havia o Sr Strogonoff. Não era um ditador, como vocês estão pensando. Aliás o Sr. Strogonoff era muito boa pessoa, pagava certinho seus empregados, cuidava da sua ulcerazinha e de vez em quando doava uma esmolinha para a igreja. Ninguém fazia nada sem falar antes com o Sr, Strogonoff. Não que ele exigisse isso, mas sabe como é...

Se houvesse um buraco na rua, ninguém iria tapá-lo sem ordem do Sr, Strogonoff. Os ônibus só paravam onde o Sr. Strogonoff sugeria e não havia quem despejasse um inquilino sem a aprovação do Sr. Strogonoff.

Se alguém desejava um emprego tinha que levar todos os documentos e mais um atestado provando que era parente ou ao menos dava uma puxada nos parentes do Sr. Strogonoff.

E todos eram felizes. Construía, trabalhavam, puxavam e comentavam...

Vai daí, a Mariazinha colocou seu diploma debaixo do braço e resolveu dar aulas na tal cidadezinha. Chegando lá, tirou foto-cópias de todos os documentos apresentados, suas notas altas, suas medalhas de aproveitamento e até uma outra medalha provando que ela havia salvo um ex-Presidente da República de morte certa dentro de um formigueiro de formigas carnívoras. Apresentou-se e... foi recusada. Por que, perguntou espantada e desiludida. Responde o funcionário encarregado:

_ Falta o documento mais importante, a senhora não apresentou o atestado de parentesco ou parentesco do parentesco do Sr. Strogonoff.

Mariazinha se revoltou, bateu o pé, xingou todo mundo, disse que ia procurar seus direitos, etc. etc. Por fim, sossegou e tudo ficou por isso mesmo, se resignando a ir dar aulas num lugar esquisito chamado “Vai quem qué” a mais ou menos cento e cinquenta quilômetros da tal cidadezinha.

O negócio ia nesse pé quando o Sr. Strogonoff soube que afinal de contas depois de tudo que ele tinha feito o pessoal da cidadezinha não o estimava. Ficou magoado. Trancou-se durante algum tempo com seus ministros e seguiu a grande resolução: abandonou a cidade com seus parentes e os parentes dos parentes e todo o séquito de puxas.

Nos primeiros dias a cidadezinha vibrou. Estamos livres! Ninguém mais para impor, para exigir, para tapar buracos!

Depois... Fechou-se uma mercearia, a melhor da cidade. Quem iria comer “champignon” e cerejas importadas? Afinal de contas só quem usava essas coisas eram os Strogonoffs. A mais importante loja de tecidos se mudou, pois quem usaria vestidos de seda?

Os buracos aumentaram tanto que, num mesmo dia caíram dentro deles, uma coletoria, um bar e uma farmácia.

Hoje quem passar por lá encontra apenas um diretor de cinema fazendo filmes sobre cidades fantasmas e os grandes “canyons” brasileiros.

MORAL DA HISTÓRIA: Quem nasceu pra ser picadinho não entende a dureza de ser strogonoff!

Anexo 2: Textos íntimos

Em busca da mais gelada

Amandina – Abril – 1962

Os olhos azuis brilhantes, por detrás dos óculos, eram olhos de menino. De menino liberto, feliz, solto. E ao ouvi-lo falar, numa tentativa patética, de soltar, esparramar sua alma de garoto, eu senti uma raiva desgraçada do pessoal barulhento que nos rodeava, nos comprimia e acima de tudo insistia em afastá-lo de mim.

Aconteceu um intervalo.

Não gostava de pintura, escultura ou arquitetura moderna. Nascido e criado em cidade grande confessou-me que possuía espírito, gostos e tristezas de sertanejo. Por sua vontade terminaria seus dias num rancho de beira de rio.

_ Na cidade vegeto. No sertão vivo.

Descobri que ele era um desses homens raríssimos que mesmo bêbados continuam lúcidos, plausíveis, encantadores. Acariciando as garrafas vazias sobre a fórmica, continuou falando sobre o estilo colonial e a sua fazenda à margem do Paraná.

Quando nos aproximávamos da conclusão de ambos haveremos nascido no século errado, fui obrigada a deixá-lo levando o desejo de ilhar-me com ele num recanto sossegado e aconchegando sua cabeça no meu regaço, acariciar seus cabelos brancos e perder-me para sempre na pureza boa dos seus olhos de menino.

A título de despedida piscou-me os olhos marotos e pediu ao garçom uma mais gelada. Na porta do bar voltei-me. Já me havia esquecido.

Decisão

Amandina – Agosto – 1962

Adeus...

Adeus varjões floridos... Adeus cafezais meninos e pomares infantes. Adeus velhos e adorados pais... Adeus córregos saltitantes e adeus Ivinhema – rio e Ivinhema – cidade que desperta e bruxoleia.

Pressinto que não voltarei. E é preciso que eu parta, que me vá... Que tente outra vida diferente e menos estéril. Mas quero que saibas, terra querida, que não foi a monotonia humilde das tuas matas, nem o azul gritante do teu céu aberto que me empurraram a enfrentar o mundo lá fora.

Vou-me embora. Talvez morra de tédio longe daqui. E talvez me transforme tanto que nem eu própria me lembre mais, depois, da antiga eu.

Não. Não vou por tua causa, sertão. Vou para longínquos e desconhecidos horizontes por causa “dele”. Por meu amor. Amor que me vem matando aos poucos através dos anos. E eu não quero morrer de amor... Quero viver...

Não maldigo o destino, nem o homem que aceitou meu amor e com o passar do tempo passou a procurá-lo. Antes, bendigo os momentos raros que passamos um nos braços do outro. Mas estou cansada de viver poucos dias no ano. Por isso vou partir. Troco minha alma de sertaneja por um coração prático de boneca cidadina.

Troco a estrada empoeirada onde as borboletas se confundem com as folhas que caem, pela simetria sem alma do asfalto. Troco as tardes cambiantes onde extática me quedo a olhar os ipês floridos contra o céu cobalto, pelos dias sem crepúsculo da cidade grande. Troco a amizade da gente simples que me rodeia pelo palavreado convencional da turba hipócrita que me envolverá amanhã. E na minha troca apenas uma vantagem quero levar: a esmola do esquecimento. E como é desesperadora a incerteza de conseguir essa esmola...

Ah! Canções que ficarão... Ah! Sorriso que me acompanhará.

Ainda não me fui e a saudade do que ainda não deixei já está comigo.

Só agora percebo a extensão de meu amor. Absorvente. Louco. Letal.

E percebo que até agora vivi em função dele...

Quando eu me for...

Os cafezais falarão dele...

Sob as pontes os rios se debruçarão em prantos contra o cascalho...

Só a terra e meus pais chorarão a ausência do meu riso e das minhas canções. Só eles me compreenderão...

E sinto que antes de ir já estou voltando. Porque é belo morrer de amor.